

ANPOCS

ISSN 0100-199X

bib

BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

38

Neste Número:

A Ciência Política nos EUA

Leituras do Leste

Sociologia Rural e Sustentabilidade Agrícola

RELUME



DUMARÁ

O **BIB** — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Charles Pessanha (UFRJ, IUPERJ)

Guita Grin Debert (UNICAMP)

Ilse Scherer-Warren (UFSC)

Lourdes Sola (USP)

Lúcia Lippi de Oliveira (CPDoc-FGV)

Miguel W. Chaia (PUC-SP)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900
São Paulo, SP
Tel.: (011) 818-4664
Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 542-0248
Fax : (021) 275-0294

Impresso no Brasil

Editoração Eletrônica
MMFREIRE – Editoração e Arte

Sumário

O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos	3
Theodore Lowi	
Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)	15
Luis Fernandes	
Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia	51
Julia Silvia Guivant	
Teses e Dissertações	79

Colaboram neste número:

Julia Silvia Guivant é Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Luis Fernandes é Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

Theodore J. Lowi é *Senior Professor* de Instituições Americanas na Universidade de Cornell.

O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos*

Theodore J. Lowi

A ciência política americana é um produto do Estado americano. Razões políticas explicam a hegemonia alcançada por determinadas subáreas ao longo do processo de emergência da "Segunda República" depois da II Guerra Mundial. Essas três subáreas são opinião pública, política pública e escola pública. Cada uma representa um caso típico de consonância com os modos de pensar e os métodos de ação de um governo burocrático moderno comprometido com a tomada de decisões em bases científicas. A proximidade excessiva com o Leviatã deu origem a três conseqüências principais: 1) o fracasso na compreensão do alcance da substituição do direito pela economia como linguagem do Estado; 2) a perda da paixão no discurso da ciência política; e 3) o fracasso da ciência política na avaliação do significado das marés ideológicas que acompanham as mudanças de regime.

Agora que minha peregrinação presidencial chegou ao fim, posso declarar que a Associação Americana de Ciência Política sobrevive e passa bem. Mas uma peregrinação não é uma experiência nos caminhos da felicidade. É antes um movimento de busca que só se completa quando o peregrino regressa e divide com os demais as angústias da descoberta.

Do alto de sua experiência pioneira, os peregrinos *quakers* proclamavam: "Fale a verdade ao poder." Eu, partindo de minha própria peregrinação, retruquei: "E quem quer ouvir?", "Que verdades devem ser compartilhadas?" Ao longo de minha jornada, mantive-me atento ao diálogo entre a ciência política e o poder, e é meu dever comunicar que os termos do discurso têm sido determinados pelo poder. Efetivamente não somos os mestres que pensávamos ser.

Minha jornada permitiu-me tomar consciência de três fatos: 1) a ciência política americana é ela mesma um fenômeno político e, sendo assim, é produto do Estado; 2) não há uma única ciência da política, mas várias, cada uma delas representando uma determinada solução de adaptação àquilo que estuda; 3) mesmo admitindo que estamos todos sinceramente empenhados na busca da verdade (um suposto sempre mais estimulante), outras razões, além da busca da verdade, explicam os tipos de ciência política que praticamos e por que certas subdisciplinas se tornaram hegemônicas. Em poucas palavras, quero dizer que todo regime tende a gerar uma forma de política consoante consigo mesmo; portanto, todo regime tende a criar uma ciência política compatível com ele próprio. A consonância entre Estado e

* Agradeço aos professores Mauro Calise, Raymond Seidelman, David Collier, Walter Mebane, Richard Bensele e Michal Goldfield pela assistência ao longo da jornada. [A tradução do original inglês, "The State in Political Science: How we Become What we Study", é de Vera Pereira.]

ciência política é um problema que merece ser pensado pelos cientistas políticos.

A fim de examinar essas relações, selecionei casos típicos das três subdisciplinas hegemônicas de nossa época — opinião pública, política pública e escolha pública. A apresentação desses casos é precedida por uma breve descrição do processo de transformação do antigo para o novo Estado e da antiga para a nova ciência política. Concluindo, faço uma rápida avaliação das consequências para a ciência política de ter-se tornado uma “variável dependente”.

É desnecessário demonstrar para cientistas políticos a natureza aparentemente contraditória do Estado americano até a década de 30. O nível da atividade governamental era quase tão baixo em 1932 quanto fora um século antes. Contudo, se grandes movimentos sociais não conseguiram expandir o governo central após a Guerra Civil, eles lograram nacionalizar o foco do interesse da atividade política norte-americana. A Guerra Civil e a industrialização tornaram este país uma nação de fato. *Wabash, St. Louis, and Pacific Railway v. Illinois*, de 1886 (118 U.S. 557) foi em parte responsável pela doutrina de que os governos estaduais eram constitucionalmente incompetentes para fazer face a uma economia em processo de nacionalização. Os meios de comunicação de massa transferiram sua dependência dos partidos políticos fortemente locais para as grandes empresas ávidas por criar um consumo de massa por intermédio da publicidade.

Como uma profissão, a ciência política foi um resultado dessa nacionalização do foco de interesse político. Historiadores das idéias como Somit e Tannenhaus (1967) e Seidelman (1985) afirmam que a APSA fez parte do movimento progressista de reformas. Somit/Tannenhaus contam que apenas 20% dos membros da Associação durante seus primeiros dez anos eram “professores” (p. 55). Desde o início da década de 90 do século passado, quando os estudos tinham um caráter “legalista, formalista, eram conceitualmente vagos e carentes do que hoje se

chamaria de dados empíricos” (p. 69), os fundadores da Associação mantinham um compromisso com o realismo político, quer dizer com os fatos, o aqui e agora, e com a demonstração da discrepância entre as instituições formais e a realidade social. Em seu discurso de posse como quarto presidente da APSA, James Bryce exortava da seguinte maneira os cientistas políticos: “Atenham-se aos fatos. Nunca se percam em abstrações... O Fato é o elemento primordial. Verifiquem os fatos, esclareçam seus contornos, dêem-lhes polimento até que tomem o lustre e o brilho de uma pedra preciosa” (citado por Somit e Tannenhaus, 1967, p. 70). O título do discurso presidencial de Woodrow Wilson no sétimo encontro anual da APSA foi “A Lei e os Fatos”. Logo no início de sua fala, Woodrow Wilson afirmou: “Considero a ciência da política como a observação cuidadosa e detalhada dos processos pelos quais as lições da experiência se tornam conscientes, se transformam em propósitos ativos, passam pelo escrutínio do debate, são examinadas minuciosamente e, finalmente, tomam uma forma definida na lei” (1911, p. 2). Mas esses fatos não eram apenas para uso próprio. Alguns cientistas políticos pioneiros foram ativos reformadores sociais; outros, radicais opositores da corrupção política e administrativa; apenas uns poucos puderam manter-se totalmente à parte. Mas os fatos tinham de ser postos a serviço do julgamento: Será que uma determinada instituição política atingiu seus objetivos? Segundo Wilson, os cientistas políticos deveriam compor uma espécie de “comissão autônoma ... com a finalidade de desvendar, por entre o caos atual de nossa economia, um interesse comum, de modo que se possa legislar em benefício de todo o país e não deste ou daquele interesse, em separado” (pp. 6-7).

Não temos bases concretas para afirmar que a geração dos fundadores estava tentando constituir uma *intelligentia*, ou seja, uma organização de intelectuais para fazer oposição ao Estado. Na realidade não havia Estado contra o qual organizar-se. No máximo, havia resquícios dos dois Estados que trava-

ram a mais devastadora guerra da história do país até 1865. Mas esses dois Estados ruíram logo após o término da Guerra Civil e posteriormente voltaram a unir-se em uma “organização política sem Estado” que constituiu a União restaurada (Bensel, 1990). É possível afirmar, porém, que a APSA, em seu início, foi uma espécie de *contra-intelligentzia*, formada para defender um Estado que ainda não existia. A ciência política praticada por toda a primeira geração da APSA estruturou-se em torno da política — dos fatos observáveis, imediatos e dos objetivos de curto prazo a serem atendidos. Mas a política não era apenas um fenômeno, era também um problema. Para Goodnow, por exemplo, a finalidade da ciência política era mostrar, “levando em conta o modo particular como se apresentavam as condições políticas nos Estados Unidos, que o sistema formal de governo estabelecido pela lei não é sempre equivalente ao sistema real” (citado por Ross, 1991, p. 274). Para muitos integrantes dessa primeira geração havia uma solução de fácil manejo para o problema da política — o governo, apropriadamente caracterizado como “a construção de um novo Estado americano” (Skowronek, 1982). Essa meta de construir um novo Estado, por sua vez, pode ser definida como a construção de um governo sem Estado ou uma administração esclarecida. Woodrow Wilson, enquanto ainda era um obscuro professor de ciência política da Universidade Johns Hopkins, fez campanha em prol do estudo da administração, em 1887. Esse estudo deveria ser entendido, porém, no contexto de sua declaração mais geral de que o tempo da elaboração constitucional já terminara “do ponto de vista do estabelecimento dos princípios essenciais” (citado por Ross, 1991, p. 275). A administração poderia ser uma solução para a política porque, nas palavras de Wilson, poderíamos fazer o Estado prussiano respirar um pouco do ar livre reinante na América (Wilson, 1887). Como observou Seideman, “o estudo da política, para Wilson, teria, então, de evoluir para o estudo da singularidade da cultura americana e da adminis-

tração européia” (1985, p. 44). Wilson, portanto, ratificava a premissa básica da ciência política, se bem que não explícita, de que o sistema americano era duradouro e que a ciência da política implicava o estudo e a avaliação das coisas políticas no interior de um contexto singular e permanente. Nós constituíamos uma república, para todo o sempre. Os cientistas políticos permaneceriam como uma *contra-intelligentzia* não porque todos compartilhassem do consenso liberal de Locke, mas porque se tratava de cientistas envolvidos com a tarefa de construção do Estado, ainda que, na tradição de Bentley, combatessem o próprio conceito de Estado como “matéria do espírito” (ibid, pp. 70-71). Por essa mesma razão, a ciência política era avessa à teoria. Os estudos elaborados pela geração dos fundadores mantêm-se válidos até mesmo pelos padrões atuais de ciência e são melhores do que a maioria dos nossos trabalhos, do ponto de vista da qualidade do conhecimento produzido e do manejo da língua inglesa. Mas eram essencialmente empíricos e se tornaram quase tecnocráticos em sua participação no movimento de reformas, basicamente por não contarem com nenhuma concepção de regime alternativo para os Estados Unidos.

Deve ter sido absolutamente evidente para qualquer cientista político de 1887, ou até mais tarde, que o sistema americano constituía um novo regime, depois da Guerra Civil, e por isso mereceria receber uma nova denominação. Por que não a de Segunda República? A resposta foi que essa denominação sugeria uma impermanência do regime. Se podia haver uma Segunda República, por que não uma Terceira ou Quarta? Minha mulher às vezes me apresenta aos seus amigos como seu primeiro marido, o que não deixa de ser uma designação razoável. A ciência política era avessa à teoria porque não tinha uma concepção de Segunda República ou de qualquer outro regime alternativo. Em último caso, os cientistas políticos tinham de praticamente reescrever a teoria da democracia a fim de dar espaço aos partidos políticos, igualmente como faziam

com a teoria republicana para dar conta da transferência de poderes constitucionais do Congresso para a Presidência da República. Mas essa não era uma atitude envergonhada por parte da ciência política; ao contrário, fazia parte do “estudo das condições políticas do modo como realmente se apresentavam”. No interior da organização política sem Estado da época dos fundadores, a ciência da política era o estudo dos fatos políticos e das instituições políticas numa estrutura atemporal e especificamente americana.

Penso que a idade de ouro da ciência política americana durou até o término dessa época de fundação, que corresponde, naturalmente, ao final da ordem política sem Estado. Os trabalhos de ciência política dos anos 30 e 40 eram admiráveis por sua capacidade de descrever uma totalidade política complexa; cabais e minuciosos, verazes e imaginativos no uso de estatísticas para descrever uma realidade dinâmica; eficientes e convincentes na indicação de falhas e desvios em relação aos ideais americanos. Mas essas observações fazem parte do lado sentimental de minha peregrinação. Sonhar com aquele tipo de pesquisas sobre eleições, almejar por aqueles estudos específicos de grupos de interesse e tomada de decisões, pelas análises históricas de sistemas partidários e processos de representação é também ansiar pela riqueza da Primeira República, agora que nos encontramos irreversivelmente imersos na Segunda e dispomos pelo menos de um esboço de concepção da possibilidade de uma mudança de regime nos Estados Unidos.

Não há dúvida de que, hoje em dia, já se processou realmente uma mudança de regime, que denomino de Segunda República, na falta de uma ordenação oficialmente reconhecida. Não se trata do Estado francês ou prussiano, mas, pelo menos, é possível dizer que o Estado americano já não é um paradoxo. Seus pontos altos, em linhas gerais, são os seguintes: 1) é um Estado positivo, não reativo, que se concentrou desde o início na órbita do executivo; 2) os limites constitucionais à influência do governo federal sobre

a economia e à repartição de poder entre as esferas no interior do governo federal foram rapidamente sepultados; 3) muitos aspectos da atividade política tradicionalmente realizados na órbita do privado (por exemplo, o registro de candidaturas, a apuração de votos, a administração eleitoral, a escolha de candidatos, a nomeação para cargos, as pesquisas eleitorais e o financiamento de campanhas) passaram a ser controlados pelo governo — ou seja, o governo tem assumido responsabilidades por seus próprios atos políticos; 4) os partidos políticos, assim como as famílias nucleares, perderam influência por falta do que fazer; 5) houve uma ampliação do tamanho e da escala da burocracia independente do partido e do Congresso, levando-a a deter uma autonomia que a aproxima de uma força social; 6) em estreita vinculação com este último aspecto, o governo tem-se envolvido de modo intensivo com a ciência. Esse envolvimento não é produto do acaso ou mera estratégia política. A ciência é parte integrante do novo Estado burocratizado em pelo menos duas dimensões. A primeira destaca um compromisso com a construção da ciência como instituição, isto é, uma obrigação do governo *para com* a ciência. A segunda implica uma obrigação com o governo *por parte* da ciência — ou seja, um compromisso com a tomada de decisões em bases científicas. Esse aspecto tem sido bem definido como uma tendência para a *tecnocratização*, o que para mim significa “prever para controlar” (veja-se Mills, 1959, p. 113). Mas um outro aspecto dessa expansão da ciência que me parece mais interessante, embora tenha sido menos observado, é que *a economia substituiu o direito como linguagem do Estado*.

Podemos repetir em relação à Segunda República o que Tocqueville disse a respeito da Primeira: “Há necessidade de uma nova ciência da política para dar conta de um novo mundo” (citado por Wood, 1969, p. V). Só que a vida não é tão simples assim. Se os Estados modernos são diferentes, é quase certo que há diversas ciências da política, não apenas uma. Essas diferentes ciências ten-

dem a ser consideradas subáreas, mas, a despeito de continuidades e sobreposições, elas são bastante distintas entre si. Cada uma delas pode ser vista como produto dos fenômenos que estuda. Meu interesse aqui, no entanto, não é explicá-las ou situá-las, umas em relação às outras, e sim compreender o processo de “hegemonia” das disciplinas — em outras palavras, saber por que e quando as áreas de opinião pública, política pública e escolha pública se tornaram temas de forte interesse na ciência política.

Há quem considere a opinião pública como ciência do comportamento. Eu acredito ser mais exato chamando-a diretamente de opinião pública. Um observador recém-chegado de outro planeta acharia muito estranho que o estudo das opiniões e atitudes das pessoas pudesse ser chamado de ciência do comportamento — isso até que ele chegasse à desconstrução analítica do diálogo entre o novo Estado burocrático e a nova ciência política. A minha maneira de desconstruir essa discussão é a seguinte:

1. Para que a ciência seja pública ela deve ser neutra.
2. Ela também deve ser racional e, portanto, tem de ocupar-se dos fenômenos racionais, isto é, regulares, repetíveis e previsíveis. É exatamente isto que torna a ciência e a burocracia tão compatíveis entre si. Karl Mannheim escreveu em 1929, cerca de vinte anos antes da revolução comportamentalista, que “o pensamento burocrático está impregnado pela mensuração, formalização e sistematização na base de axiomas fixos ... (de tal modo que) as únicas formas de conhecimento legítimas são as que tocam e atingem o que há de comum entre todos os seres humanos” (1936, p. 167).
3. A ciência deve também ser microscópica até a raiz da menor unidade irredutível. Não me parece paradoxal observar que, à medida que o Estado foi se tornando cada vez maior, as unidades de análise em nossa ciência tenham-se tornado cada vez menores. Este é um aspecto profundamente relevante da racionalidade: os

grandes números originam-se das pequenas unidades e se comportam de acordo com as regularidades da probabilidade matemática. (Neste sentido, é fácil compreender a razão pela qual o pedido de Arthur Bentley para que se isolasse o grupo como a menor unidade de análise, formulado, pela primeira vez, em 1907, somente tenha sido realmente ouvido, ou atendido, cerca de quarenta anos mais tarde (Seidelman, 1985, pp. 72-74).

4. A ciência, como a administração, precisa seguir um método previamente definido. Conforme observou Robert Wiebe, “o pensamento burocrático ... praticamente fez da ‘ciência’ um sinônimo de ‘método científico’. A ciência tornara-se um procedimento ... mais do que um conjunto de resultados” (1967, p. 147).
5. A própria linguagem tem de ser microscópica, isto é, a ciência deve ser traduzível na linguagem das variáveis.

Os fenômenos e a metodologia dos estudos de opinião pública evidentemente preenchem todos os requisitos de uma ciência compatível com o pensamento burocrático. Tomemos agora o ângulo das unidades de análise utilizadas nas pesquisas por amostragem e que estabelecem os vínculos entre o estudo da opinião pública e o comportamento político: o voto e a participação. Essas unidades revelam uma consonância ainda mais evidente com o Estado por serem comportamentos políticos aceitos e reconhecidos (isto é, patrocinados pelo Estado e necessários à sustentação da legitimidade dos regimes e das elites).

Há quem considere a ciência do comportamento como representando um passo decisivo em direção à *hard science* e, por isso, um progresso, no sentido de permitir uma melhor compreensão da sociedade e da política. Eu não discordo dessa opinião, mas minha análise política também me leva a crer que a hegemonia da subdisciplina da ciência do comportamento, ou opinião pública, foi em grande medida uma decorrência de sua compatibilidade com o estilo de pensamento burocrático em vez de um resultado do êxito

do intercâmbio de idéias no interior da ciência política.

É importante ressaltar, porém, que a hegemonia da subárea da opinião pública é um caso de seleção natural, não de uma manipulação política ou do oportunismo intelectual. Quem conhece pessoalmente os introdutores da revolução comportamentalista na ciência política certamente concordaria com o argumento de que se fosse necessário habilidade política para vencer, não haveria necessidade de centros de pesquisa assim como provavelmente não haveria uma ciência do comportamento. Sua própria desatenção ao jogo político é que torna tão interessante a análise do êxito desse campo de estudos. A explicação deve ser procurada não na atividade política no sentido vulgar do termo, mas na política em sua acepção mais alta — a construção do Estado.

Atribuindo uma nova ênfase à ciência, a Segunda República também determinou o que ela deveria ser. A ciência política já tinha capacidade para realizar pesquisas de opinião pública desde o final do século XIX, pelo menos. A estatística, cujo nome, por sinal, deriva de *estado* e *estatista*, alcançou maturidade ainda mais cedo no século passado; sua importância cresceu à medida que os Estados se democratizavam e os indivíduos passavam a ter alguma relevância. A amostragem já era também bastante avançada e extensamente praticada, especialmente nas ciências agrárias (Porter, 1986, pp. 23-25). Já se faziam experiências com pesquisas de opinião pública para campanhas eleitorais desde 1892, a despeito das objeções de muitos defensores da santidade das eleições (Jensen, 1969, pp. 228-229). Logo depois, essas pesquisas foram adotadas pelas empresas de publicidade e pelos jornais. Contudo, o estudo da opinião pública só veio a tornar-se uma subdisciplina hegemônica no interior da ciência política com o advento da Segunda República.

A genealogia da política pública, como subdisciplina, é ainda mais longa do que a da área de opinião pública, embora a primeira tenha demorado mais de uma década para

emergir como hegemônica. É certo que os estudos sobre política pública iniciaram-se pelo estudo da legislação, cuja história geralmente é reconstituída a partir do direito divino, passando pelo direito comum, até chegar ao que se denominou de direito positivo, sugerindo uma desmitificação da lei e o caráter de deliberação que caracterizaria a legislação moderna. A isso sucede uma etapa posterior, chamada de política pública, que revela a intervenção da administração no espaço entre o poder legislativo e os cidadãos. A expressão política pública é um termo engenhoso que reflete a interpenetração entre o governo liberal e a sociedade, insinuando a existência de uma flexibilidade e uma reciprocidade maiores do que permitem alguns sinônimos unilaterais tais como *lei*, *estatuto*, *ordenação*, *édito* e semelhantes. A área de política pública começou a ganhar popularidade na administração pública durante os anos 30. A administração pública tinha sido uma das subdisciplinas hegemônicas no campo da ciência política daquela ordem política sem Estado a que me refiro pela expressão Primeira República. O declínio e a transfiguração da administração pública fornecem-nos a chave para a explicação da ênfase na política pública. A administração pública tradicional foi praticamente eliminada da APSA por obra e graça de uma única e diabólica influência, a de Herbert Simon, que transformou o campo de estudos pelo rebaixamento de seu discurso. Simon reduziu o fenômeno burocrático à menor unidade possível, a decisão, e introduziu a racionalidade para vincular as decisões ao sistema — não a um sistema qualquer, mas ao sistema econômico. Seu doutorado foi obtido em ciência política, mas o prêmio Nobel foi ganho em economia.

Mas Simon não fez tudo isso sozinho. Sua façanha intelectual beneficiou-se com as mudanças efetivamente ocorridas nas instituições administrativas da Segunda República. Durante a Primeira República, a autoridade administrativa continha um pouco da sólida tradição de separação entre o público e o privado por intermédio de uma multiplicidade de regras e procedimentos legais reu-

nidos no que Joseph Vining denomina de “magistral mito do império da lei”. Na Segunda República, essas regras e mitos caíram por terra — não por si mesmos, mas em virtude da ascensão do pensamento econômico tanto no mundo dos negócios quanto no governo (Vining, 1978, p. 27).

A hegemonia da área de política pública desenvolveu-se nesse contexto, ofuscando o próprio comportamentalismo. Os estudos de política pública no âmbito da ciência política ao longo da Primeira República basearam-se no direito público e na economia institucional. Alguns desses trabalhos, hoje fora de moda, ainda se encontram disponíveis, mas a abordagem moderna deve ser definida com mais precisão como um campo de análises de políticas públicas, que se inspira nos métodos da macroeconomia e nos sistemas de pensamento econômico. A melhor maneira de demonstrar a extensão e o caráter dessa nova subdisciplina é chamar a atenção para a presença de cursos de análise de políticas nos departamentos de ciência política e para o extraordinário crescimento dos programas isolados de análise de políticas, ao lado dos requisitos de conhecimento de economia, vigentes nas escolas de administração pública e política pública, além das faculdades de direito. Em todos esses centros de formação profissional os estudantes estão aprendendo a nova linguagem do Estado.

Não há desserviço para a área de escolha pública em associá-la a um outro comentário de Mannheim, datado de 1929, de que, na ciência política de um Estado burocrático, “um homem da economia, um homem da política etc., independentemente de época e raça, pode ser formado a partir de umas poucas características axiomáticas” (Mannheim, 1936, pp. 167-68). E prossegue ainda Mannheim dizendo: “Apenas o que se podia saber por meio da aplicação desses axiomas era considerado digno de ser conhecido. Todo o resto derivava da contumaz ‘diversidade do real’, de que não era necessário ocupar-se a teoria ‘pura’” (p. 168). Vale comparar essa idéia com a arrogante declaração de Kenneth Arrow, quase quarenta anos depois, de

que toda hipótese que vai além do ator racional leva ao misticismo e à irracionalidade (Goldfield e Gilbert, 1990, pp 14-15). Esses comentários já nos indicam uma pista para a explicação política das razões pelas quais a escolha pública veio a se tornar a área mais quente da ciência política atual.

A despeito dos méritos que a análise da escolha pública possa ter como método e independentemente da fidedignidade das verdades que afirma, a hegemonia dessa subárea hoje em dia decorreu de causas políticas ou, para usarmos uma expressão mais nobre, de razões de Estado. Permitam-me ilustrar esse argumento nos termos bem tangíveis do ator racional: a maioria dos luminares dessa subárea da ciência política tiveram origem, exerceram cargos ou estão efetivamente trabalhando nas mesmas jovens universidades que mantiveram acesa a chama da ideologia do livre-mercado: Chicago, Rochester, Washington University of Saint Louis (e também não se deve esquecer dos assessores do Federal Reserve em Saint Louis) (Johnson, 1991). Vale notar que, mais uma vez, não se trata de oportunismo político, mas de consonância institucional — uma relação simbólica entre Estado e ciência política.

As afinidades entre o moderno governo burocrático e a economia — já bastante fortes — foram ainda consolidadas pelo renascimento da popularidade política da ideologia do *laissez-faire* no interior do Partido Republicano. Durante a maior parte deste século, o liberalismo do tipo *laissez-faire* (erroneamente chamado de conservador) havia constituído o eixo de gravitação do Partido Republicano. Mas, depois da Depressão, essa ideologia surtiu pouco efeito entre os eleitores e ainda perdeu espaço no meio dos intelectuais das ciências sociais. Poucos dentre estes intelectuais participavam dos círculos partidários republicanos. A expressão *intellectual conservador* não passava de mais um paradoxo. É claro que, hoje, as administrações republicanas estão tão abarrotadas de intelectuais quanto os institutos de pesquisa filiados ao partido e as seções especializadas da grande imprensa. Não vejo ainda sinais de

um assalto republicano à APSA, mas posso distinguir um beneficiário da era do Partido Republicano na ciência política: a disciplina da escolha pública. O campo de estudos está repleto de pessoas de valor, mas a hegemonia da área não tem quase nada a ver com seus méritos. Seu êxito, como grupo, é inteiramente eventual.

Nós, cientistas políticos, também temos um pouco da sabedoria primitiva de um Mr. Dooley, cuja proposição científica mais famosa era a de que “tanto faz se a Constituição acompanha a nação ou não; a Suprema Corte segue de perto os resultados das eleições”. Com uma certa fidalguia poderíamos dizer “a APSA acompanha de perto o Leviatã”.

Concluo meu raciocínio expondo as três conseqüências dessa proximidade excessiva com o Leviatã que me parecem mais importantes. Em primeiro lugar, deixamos de perceber e avaliar o significado da ascensão da economia como linguagem do Estado. Em segundo lugar, não conseguimos identificar até que ponto essa linguagem nos transformou numa ciência tão pobre quanto a economia. Em terceiro lugar, por termos estado tão perto do Leviatã, fracassamos na compreensão, caracterização e avaliação das grandes marés ideológicas que acompanham as mudanças de regime.

Quando ao primeiro ponto, pergunto: e por que logo a economia? Que vantagem a economia traz para a política? Se a economia sempre foi uma ciência preditiva cheia de falhas, por que exerceu tamanha atração sobre os dirigentes e burocratas do novo Estado? Por que ela sempre pareceu tão sedutora para os cientistas políticos?

Meu diagnóstico levou em consideração um comentário feito trinta anos atrás pela renomada economista Joan Robinson: “A economia ... sempre foi em parte um instrumento da ideologia dominante de cada período histórico, em parte um método de investigação científica” (Robinson, 1962, p. 1). A conclusão a que chego é que a análise econômica é politicamente útil porque bloqueia o debate, principalmente numa assembléia

representativa tão pública quanto o Congresso. A ascensão da economia como linguagem de Estado encontra paralelo no declínio do Congresso como instância criadora do poder legislativo. (Esse argumento está desenvolvido com mais profundidade em Lowi, 1991.) A capacidade de formular políticas é menos delegada ao órgão do que a fórmulas decisórias inerentes ao órgão. A utilização da análise econômica para bloquear o debate fortaleceu-se à medida que os republicanos descobriram que esse tipo de análise podia ser empregado com igual eficácia tanto a seu favor quanto a favor dos democratas — por meio da manipulação do aspecto dos custos, em lugar do dos benefícios, numa análise de custos-benefícios. Recomendo que se ouça a crítica de John Schwarz à escandalosa manipulação praticada por Murray Weidenbaum dos “custos de regulação” que sustentou o compromisso da administração Reagan com a desregulamentação da economia (Schwarz, 1988, pp. 90-99). Devo confessar, porém, que democratas e republicanos foram mais inteligentes do que os cientistas políticos, pois os primeiros encararam o assunto como arma estratégica, enquanto que nós o tomamos como ciência. A verdade é que nós acreditamos piamente na economia antes de submetê-la a uma análise política.

Deveríamos ter prestado atenção para o fato de que a economia quase nunca pretende falar a verdade ao poder. Se verdades substantivas fossem anunciadas, seria aberto um espaço para a contestação. Mas a economia, principalmente se a consideramos como uma ciência que formula políticas, ressalta acima de tudo o método. E a chave para o método está no seu vocabulário, que é o do *índice*. Um índice não é uma verdade, mas um acordo ou convenção entre os usuários a respeito da melhor alternativa para a verdade. M_1 , a média Dow-Jones, o IPC, a taxa de desemprego, o PNB: este é o novo governo representativo, um índice que representa uma verdade. Os índices são dotados de capacidade analítica porque se enquadram em sistemas definidos e, certamente, os sistemas

também não são verdades, mas ficções úteis. (Diga-se de passagem que não estou refutando os índices ou os sistemas. Faço apenas uma avaliação política de ambos.)

Passemos, pois, à segunda conseqüência, a de que o Estado burocrático moderno fez da ciência política mais uma disciplina pobre. O adjetivo não conota apenas a produção de previsões sombrias, segundo a tradição malthusiana — refiro-me à ausência de *paixão*.

Ao longo de minha peregrinação, tive ocasião de ouvir freqüentes reclamações a respeito da *American Political Science Review*. Concordo com pelo menos uma delas, mas não a tomo como exclusividade da *APSR*. Pouquíssimos artigos procuram transcender a análise no sentido de alcançar um nível de discussão mais abrangente. Em conseqüência, há pouco estímulo para a controvérsia substantiva. Pode-se alegar que uma revista científica deve ser dedicada à réplica e à refutação. Mas a verdade é que poucos artigos refutam alguma coisa com independência; e ainda que o fizessem, a refutação pura e simples é muito pobre. A ciência política é ainda mais *hard* do que as assim-chamadas ciências *hard* porque lida com um universo não-natural, que exige julgamento e avaliação. Sem isto, não pode haver amor ao assunto, apenas um compromisso profissional com o método e o processo de análise. O Estado moderno transformou-nos numa ciência pobre e nós a tornamos mais miserável ainda por conta da prática científica de nos retirarmos para bem longe da experiência dos sentidos. Os cientistas políticos sempre quantificaram tudo o que puderam, sempre que puderam; a maioria procurou ser rigorosa, mas eles permaneciam muito perto da experiência sensorial. Até mesmo com o auxílio de nosso instrumento mecânico originário, o separador-classificador de cartões, era possível manter uma relação sensorial com os dados. Quanto prazer havia em ficar olhando os cartões caírem em seus escaninhos! E como é lamentável que os empiristas de hoje somente contem com seus *printouts*!

Por último, volto-me para a questão do nosso fracasso na identificação ou diagnóstico das marés ideológicas que se seguem às mudanças de regime. O tempo de que dispoño permite-me apenas fazer um breve inventário das oportunidades perdidas, mas acredito que elas falem por si mesmas.

A distância de quase cinquenta anos favorece a percepção do que nos escapou a respeito do *New Deal* como um novo regime. Embora os cientistas políticos tenham captado no ar o significado do novo liberalismo, eles não conseguiram distinguir se todos os elementos dessa ideologia eram coerentes com o liberalismo ou com o constitucionalismo. Deixaram, por exemplo, de entender e avaliar o significado do “direito administrativo”. Foram capazes de observar, mas limitaram-se a saudar, a transferência de poder do Congresso para a órbita do executivo. Naquele momento, essa transferência de poder significava apenas o cumprimento do programa do *New Deal*. Mesmo com o passar do tempo, a tendência foi de explicar as mudanças segundo sua coerência com os nossos modelos de sistema político. Não houve praticamente nenhuma pesquisa séria que se dedicasse a verificar se as modificações na doutrina constitucional, na estrutura do governo e nas políticas praticadas constituíam uma mudança de regime. Alguns republicanos sugeriram que os Estados Unidos haviam aderido ao regime socialista, mas a ciência política não deu resposta a essa provocação. Deveria ter sido um assunto de interesse primordial, assim como de grande satisfação, lançar-se com gosto na disputa pela definição dos critérios de determinação do momento em que uma mudança política é suficiente para constituir uma mudança de regime. O *New Deal* ajudou-nos a ter uma nova ciência política, mas não nos forneceu o estímulo necessário para o diagnóstico do novo.

Encontramo-nos, neste momento, diante de mais um fracasso, o de não termos compreendido a natureza e o alcance da mudança ideológica que vem acompanhando a era republicana atual. A incapacidade da ad-

ministração Reagan para concluir qualquer programa importante do New Deal deveria, no mínimo, levar-nos a refletir sobre a natureza do próprio New Deal como um novo regime. Até mesmo uma avaliação *a posteriori* seria valiosa. Enquanto isso, a era republicana tem introduzido profundas modificações ideológicas que a ciência política está deixando de ver, embora nossas próprias pesquisas de opinião pública estejam mostrando seus sinais. A ciência política não conseguiu perceber e avaliar os dois elementos distintos que compõem a coalizão republicana: o velho liberalismo do livre mercado e o autêntico e puro conservadorismo. A ciência política tem permanecido impassível e tem permitido que os candidatos republicanos e seus assessores intelectuais considerem o núcleo tradicional do liberalismo republicano do livre mercado como conservador para depois ocultar o delito estigmatizando o liberalismo como uma crença alienígena afim ao socialismo. Esse abuso extremado praticado contra uma terminologia rica vem literalmente envenenando o discurso político nos Estados Unidos, e grande parte da culpa por essa situação cabe à ciência política.

Da mesma maneira, também deixamos de atentar para a ascensão de um autêntico conservadorismo. Apesar de nossas pesquisas terem revelado significativos movimentos reacionários, continuamos a considerar meras aberrações o fenômeno de Falwell e seus antecedentes como a Cruzada Cristã Anticomunista. Assistimos passivamente à reunião do liberalismo com a ala francamente direita do conservadorismo, como se entre eles houvesse uma oposição coerente ao governo central. Os republicanos defensores do *laissez-faire*, com o apoio de seus economistas, defendem um ideal de individualismo radical e consideram todo tipo de governo como uma ameaça à liberdade. Ao contrário, os conservadores autênticos não são individualistas, mas estatistas. Eles desejam um controle policial rígido e restrito por parte do Estado e dos governos locais, mas não deixam de ser partidários do Estado. Os conservadores autênticos jamais se sentiram à von-

tade no âmbito de relações puramente de mercado e nunca defenderam o ideal do individualismo racional, menos ainda sua metodologia. (Muitos intelectuais conservadores, de origem católica, tentaram, sem sucesso, encontrar uma forma confortadora de harmonização entre suas idéias e o liberalismo do mercado livre.) Intelectuais conservadores vêm trabalhando como redatores para o poder executivo e são responsáveis pela maior parte da literatura que ataca violentamente o Congresso e o governo representativo. Assim como os cientistas políticos não se deram conta do significado ideológico da literatura que defendia o poder presidencial dos partidários do New Deal nos anos 50 e início dos 60, estamos deixando passar o significado do fato de que a maioria dos estudos que ora defendem o presidencialismo origina-se da extrema-direita. Os intelectuais de extrema-direita assinam também boa parte dos novos trabalhos acerca da fundação do Estado, com o objetivo não só de contribuir para a erudição histórica, como para reconstruir sua constituição de forma a situar a Presidência acima da lei e a ação positiva abaixo desta.

Não procurei de modo algum disfarçar meu antagonismo frente à ideologia da era republicana. Mas considero minha posição pessoal irrelevante. Cientistas políticos de esquerda, direita ou de centro igualmente falharam na tarefa de sustentar uma visão crítica e nítida da consciência política. Análises causais e formais de feixes de variáveis não serão suficientes, assim como também não serão as tentativas meticulosas de realizar pesquisas originais. Já é tempo de nos tornarmos intelectuais.

Ao término de minha peregrinação, chego à conclusão de que, entre os maiores pecados por omissão da ciência política moderna, está o de ter preterido a paixão. Não existem exames de qualificação para ingressar na APSA. Mas se me fosse dado o poder de estabelecer padrões, eles incluiriam o de que um associado deveria ter amor pela política, deveria amar uma boa Constituição, sentir uma grande alegria na investigação das

relações entre ambas e estar preparado para perder algumas batalhas no *front* doméstico e internacional a fim de manter viva uma relação positiva entre os dois. Não defendo a paixão da ideologia, embora não a descarte. Refiro-me ao prazer de descobrir um padrão, ao estímulo espiritual que se obtém com a elaboração de um argumento sólido, à satisfação de ter tido uma boa idéia acerca do funcionamento da democracia e de ter dado um belo empurrão em direção ao avanço das perspectivas da racionalidade no comportamento humano.

As mudanças de regime que vêm se processando em todo o mundo desde 1989 deveriam fornecer-nos um horizonte mais claro a respeito de algumas das novas ciências da política. Embora poucos dentre os novos regimes recém-estabelecidos venham a ser democracias liberais, eles estão provocando um extraordinário crescimento da de-

manda pela transferência de *insights* a respeito dos padrões de funcionamento das instituições nas democracias liberais, particularmente nos Estados Unidos. Quem dera que essa demanda consiga deslocar os cientistas políticos americanos da sombra do Leviatã e os transporte a níveis mais elevados e mais amplos de discussão que façam jus à importância do problema. Não é hora para brincarmos de rei-filósofo. Esta é uma oportunidade para irmos ao encontro de nossas próprias necessidades intelectuais sem abandonarmos o serviço do interesse público. Não precisamos nos preocupar em falar a verdade para o poder. Basta que falemos a verdade para nós mesmos.

(Recebido para publicação
em maio de 1994)

Bibliografia

- Bensel, Richard F.
1990 *Yankee Leviathan — The Origins of Central State Authority in America, 1859-1877*. Nova York: Cambridge University Press.
- Goldfiled, Michael e Alan Gilbert
1990 "The Limits of Rational Choice Theory". Trabalho apresentado no Encontro Anual da American Political Science Association, São Francisco.
- Jensen, Richard
1969 "American Election Analysis". In *Politics and the Social Sciences*, Seymour Martin Lipset (org.). Nova York, Oxford University Press.
- Lowi, Theodore J.
1991 "Knowledge, Power and the Congress". In *Knowledge, Power and the Congress*, William H. Robinson e H. Wellborn Clay (org.). Washington, Congressional Quarterly.
- Mannheim, Karl
1936 *Ideology and Utopia*. Nova York, Harcourt Brace Jovanovich.
- Mills, C. Wright
1959 *The Sociological Imagination*. Nova York, Oxford University Press.
- Porter, Theodore M.
1986 *The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900*. Princeton, Princeton University Press.
- Robinson, Joan
1962 *Economic Philosophy*. Nova York, Doubleday Anchor.

- Ross, Dorothy
1991 *The Origins of American Social Science*. Nova York, Cambridge University Press.
- Schwarz, John E.
1988 *America's Hidden Success*. Nova York, W. W. Norton.
- Seidelman, Raymond
1985 *Disenchanted Realists: Political Scientists and the American Crisis, 1884-1984*. Albany, State University of New York Press.
- Skowronek, Stephen
1982 *Building a New American State: The Expansion of National Administrative Capacities, 1877-1920*. Nova York, Cambridge University Press.
- Somit, Albert e Joseph Tannenhaus
1967 *The Development of Political Science: From Burgess to Behavioralism*. Boston, Allyn & Bacon.
- Vining, Joseph
1978 *Legal Identity: The Coming of Age of Public Law*. New Haven, Yale University Press.
- Wiebe, Robert
1967 *The Search for Order, 1877-1920*. Nova York, Hill & Wang.
- Wilson, Woodrow
1887 "The Study of Administration". *The Political Science Quarterly* 2:202-17.
1911 "The Law and the Facts". *American Political Science Review* 5:1-11.
- Wood, Gordon S.
1969 *The Creation of the American Republic, 1776-1787*. Nova York, Norton.

**Leituras do Leste:
O Debate sobre a Natureza das Sociedades
e Estados de Tipo Soviético***
(Primeira Parte — As Principais Interpretações Ocidentais)

Luis Fernandes

Introdução

A história do século XX foi marcada pelo surgimento e colapso — no Leste europeu e no continente asiático — de um grupo de Estados que procurou viabilizar um caminho de desenvolvimento alternativo às formas capitalistas que se generalizaram no mundo no século anterior. Ainda hoje, sentimos os tremores e as incertezas provocados pelo desaparecimento deste bloco, encabeçado pela antiga União Soviética, que polarizou o sistema internacional durante quase meio século. Ao longo desse tempo, acadêmicos e políticos, comentaristas e observadores, desenvolveram as mais diversas teorias para determinar a natureza dessas sociedades e Estados. O debate em torno dessa caracterização *teórica* sempre foi (e continua sendo) altamente polêmico, pois envolve um posicionamento *político* diante de opções de desenvolvimento que continuam polarizando a humanidade.

Este artigo faz uma resenha das principais interpretações sobre a natureza das sociedades e dos Estados que compunham o antigo “campo socialista” no Leste. Como esses Estados tenderam a reproduzir um modelo de organização econômica, política e social baseado na experiência soviética do entre-guerras, este artigo se concentra no exame das diferentes teses sobre a natureza da sociedade e do Estado na URSS. A vali-

dade deste procedimento é reforçada pelo fato de que a maioria das interpretações tendeu a generalizar, para todos os integrantes do “bloco soviético”, a caracterização teórica que faziam da URSS. A resenha se divide em duas partes que serão publicadas separadamente, em edições distintas do *BIB*, refletindo duas “arenas” de debate que se desenvolveram, no fundamental, de forma separada e isolada: na primeira, as leituras desenvolvidas nos marcos das perspectivas teóricas predominantes nos meios acadêmicos dos principais países ocidentais; na segunda, as leituras geradas no âmbito da tradição do pensamento marxista.

Na primeira parte da resenha, publicada neste número do *BIB*, a maior atenção é dada ao conceito de *totalitarismo* que dominou por largo tempo tanto as reflexões acadêmicas quanto os discursos políticos e jornalísticos sobre a URSS no Ocidente (e agora, com o colapso daquela, parece estar vivendo um certo ressurgimento). Na segunda parte, a ser publicada em um dos próximos números do *BIB*, o exame das diferentes abordagens converge para a análise do conceito de *stalinismo*, que acabou servindo de refúgio teórico para muitos intelectuais e líderes de esquerda que procuram distinguir e separar as formas concretas assumidas pela sociedade e pelo Estado na URSS do projeto emancipador originalmente formulado por Marx

* Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a concessão de bolsa que viabilizou a pesquisa para a elaboração deste artigo, efetuada na London School of Economics (LSE).

(e, para alguns, também por Lênin). Ao final, o poder explanatório dessas diferentes teorias e interpretações será confrontado com o “teste empírico” do colapso dos Estados de tipo soviético em 1989-1991 e da profunda crise econômica, social e política que se lhe seguiu (e ainda prossegue).

Antes de proceder à primeira parte da resenha, cabem algumas palavras de alerta. A classificação das diferentes leituras feita neste artigo obedece a uma lógica expositiva que não deve ser entendida de forma rígida ou mecânica. Como ficará claro ao longo da resenha, inúmeros autores e enfoques, na verdade, combinam elementos de leituras distintas. O volume e a variedade das interpretações teóricas sobre os países do Leste é, de fato, monumental. Limitações de espaço em uma resenha deste tipo naturalmente forçam a uma simplificação de exposição que acaba sacrificando a riqueza e complexidade das teses examinadas. Ela serve melhor para dar um visão panorâmica das interpretações existentes e indicações bibliográficas para quem queira se aprofundar no seu exame.¹ Por isto, para além dos textos citados diretamente no artigo, incluo, ao final, uma bibliografia mais completa sobre cada abordagem examinada e o debate entre elas.

As Principais Leituras Ocidentais

Até o fim da Segunda Guerra, os estudos sobre a União Soviética nos meios acadêmicos ocidentais eram eminentemente *descritivos*. Estes abarcavam desde grandes resenhas históricas (Chamberlin, 1930 e 1935a), a estudos descritivos sobre a evolução da URSS (Batsell, 1934; Maxwell, 1930; Webb e Webb, 1935; Harper, 1938) até relatos de viagem, tanto críticos quanto laudatórios (Gide, 1936; Johnson, 1940). Nos anos 30, alguns analistas começaram a agrupar a União Soviética e a Alemanha nazista na mesma tipologia de regime político autocrático e/ou totalitário, em oposição aos regimes democrático-liberais (Chamberlin, 1935b; Florinsky, 1936; Russell, 1938; Hayes, 1940). Esta classificação, no entanto, era um aspecto secundário dos seus estudos e não chegou

a merecer maior fundamentação teórica ou conceitual.

O estudo das sociedades e dos Estados de tipo soviético só emergiu como uma área específica de interesse nos meios acadêmicos ocidentais nos anos 40, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Correspondem a esse período os primeiros esforços acadêmicos para sistematizar conceitualmente a natureza do Estado e da sociedade soviéticos (que se erigiam, então, como “modelos” para os esforços de reconstrução nos países da Europa Central e do Leste, onde o Exército Vermelho havia jogado papel determinante na derrota do nazi-fascismo). A esta altura, a institucionalização do *mainstream* das Ciências Sociais ocidentais (sobretudo nos países anglo-saxões) já estava bastante adiantada, marcada pela opção metodológica de retalhar a realidade social em esferas de conhecimento altamente segmentadas, compartimentalizadas e especializadas, em detrimento de enfoques ou abordagens mais holísticas.² O resultado foi a emergência de leituras centradas em análises isoladas de diferentes dimensões da complexa e multifacética realidade social dos Estados do Leste. Nesta primeira parte da resenha, examino as distintas interpretações surgidas com base no privilegiamento das dimensões política, econômica e cultural, bem como alguns esforços de síntese mais recentes.

Leituras Centradas na Dimensão Política³

O Totalitarismo

O termo *totalitarismo* surge pela primeira vez no vocabulário político a partir da descrição do projeto fascista pelos seus próprios dirigentes, na década de 20. Segundo Abbott Gleason, os primeiros autores a se referir ao termo foram os teóricos e ideólogos do fascismo italiano Giovanni Gentile e Alfredo Rocco (Gleason, 1984:146). O próprio Mussolini afirmava que: “Para um fascista, tudo está no Estado, e nada de humano nem de espiritual existe e *a fortiori* vale fora do Estado. Neste sentido, o fascismo é

totalitário, e o Estado fascista, síntese e unidade de qualquer valor, interpreta, desenvolve e domina toda a vida do povo.” (Mussdim *apud* Birou, 1982:407-08)

Na sua autodescrição, os autores fascistas davam ao termo totalitarismo uma conotação positiva. Nos anos 30, como vimos anteriormente, o termo passou a ser usado — com conotação pejorativa — por autores que procuravam construir tipologias de regimes políticos agrupando as experiências soviética, fascista e nazista em uma mesma classificação oposta à das experiências democrático-liberais. De uma abordagem apenas marginal no período do entre-guerras, esta leitura — agora voltada exclusivamente para os países do novo bloco soviético no Leste — tornou-se amplamente dominante nos meios acadêmicos, políticos e jornalísticos do Ocidente a partir da erupção da Guerra Fria. Nas duas décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra — período em que os estudos do “comunismo” ou da “área soviética” se consolidaram e legitimaram na academia ocidental — houve uma autêntica avalanche de estudos referenciados na proclamação da “natureza totalitária” da URSS e dos seus aliados.⁴ Dois estudos, em particular, se destacaram ao fornecer uma maior sistematização teórica do conceito de totalitarismo: o livro de Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism* (Arendt, 1951), publicado pela primeira vez em 1951, e o livro de Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (Friedrich e Brzezinski, 1965), publicado originalmente em 1956.

O enfoque introduzido por Hannah Arendt localiza as origens do fenômeno totalitário na emergência conjunta do imperialismo e do anti-semitismo no cenário mundial ao final do século XIX. Segundo ela, esse duplo desenvolvimento teria levado à entrada das “massas” na arena política do início do século XX, levando à formação de regimes políticos caracterizados pelo exercício do terror total sobre indivíduos atomizados na sociedade (que eram “mobiliza-

dos” enquanto tal pelos próprios Estados totalitários).

Embora tenha sido precedido pelo trabalho de Hannah Arendt, o livro de Friedrich e Brzezinski foi o que exerceu influência mais marcante, duradoura e decisiva sobre as análises dos Estados e sociedades de tipo soviético desenvolvidas no Ocidente. Preservando a identificação arendtiana do terror como elemento central do totalitarismo, Friedrich e Brzezinski ampliaram a definição do conceito, identificando-o como uma variante moderna dos regimes autocráticos caracterizada por uma “síndrome” de seis traços fundamentais interrelacionados: 1) uma ideologia oficial altamente elaborada, abrangendo todos os aspectos vitais da existência humana; 2) um partido único de massas, tipicamente liderado por um ditador, que se sobrepõe à (ou se mescla com a) burocracia governamental; 3) um sistema de terror, exercido por meio do controle do partido e da polícia secreta, dirigido contra classes da população selecionadas de forma mais ou menos arbitrária; 4) um monopólio quase completo do controle de todos os meios modernos efetivos de comunicação de massa pelo partido/Estado; 5) um monopólio quase completo do uso efetivo de armas de combate; e 6) o controle e direção central de toda a economia por meio da coordenação burocrática de entidades corporativas previamente independentes (Friedrich e Brzezinski, 1965:22).

A influência desta interpretação cresceu de tal maneira nos países ocidentais nos marcos da Guerra Fria, que a caracterização dos Estados e sociedades de tipo soviético como *totalitários* passou a ser quase uma “doutrina oficial”. Este sucesso não se deve, unicamente, à instrumentalização do conceito pela política externa norte-americana no pós-guerra. A leitura do totalitarismo ganhou legitimidade, igualmente, por destacar insuficiências e distorções muito reais e concretas no desenvolvimento democrático dos Estados do Leste (que, por sinal, sempre fizeram questão de destacar o compromisso com a “democracia socialista” nos seus discursos ofi-

ciais). Ela se tornou, por assim dizer, uma opção teórica “natural” para os autores, analistas e lideranças que queriam expressar sua condenação moral e política dos Estados em questão.

Em meados dos anos 60, no entanto, começaram a emergir — sobretudo nos meios acadêmicos — questionamentos crescentes a respeito da validade da caracterização dos países do bloco soviético como *totalitários*.⁵ Em parte, esses questionamentos refletiam a redução nas tensões da Guerra Fria e o desanuviamento das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética após a Crise dos Mísseis, em 1962. Eles refletiam, igualmente, a crítica crescente aos aspectos mais belicistas da política externa norte-americana no período, que culminou nas grandes mobilizações universitárias contra a guerra do Vietnã. O clima acadêmico gerado pela “revolução behaviorista” nas Ciências Sociais norte-americanas também generalizou o ceticismo em relação à concepção monista do Estado totalitário, já que esta não estava fundada na análise de variáveis claras e visíveis no processo político. Mas o principal problema enfrentado pela leitura totalitária nos anos 60 era mesmo a sua inconsistência empírica: ela era incapaz de explicar ou abarcar as mudanças políticas deflagradas nos países do bloco soviético a partir da campanha de “desestalinização” promovida por Krushev.

O fato é que todas as teorias do totalitarismo (tanto na sua versão original quanto nas tentativas posteriores de redefini-lo como mero tipo ideal classificatório) se apoiavam na noção de um Estado “onipresente” e “onipenetrante” que mobilizava e controlava indivíduos atomizados na sociedade. Essa construção teórica apontava para uma dinâmica interna de perpétua reprodução do sistema, que só poderia ser quebrada pela derubada violenta deste — quer por uma intervenção externa, quer por uma explosão interna. Não havia lugar nessa construção para mudanças e/ou transformações substanciais no próprio sistema “totalitário”.

Em resposta a estas crescentes inconsis-

tências, diversas e repetidas tentativas foram feitas para adaptar e redefinir o conceito de totalitarismo.⁶ Estes esforços, no entanto, acabaram por esticar o conceito em direções diferentes e contraditórias. Já não se podia falar em um único conceito ou teoria integrada, mas em *conceitos e teorias* do totalitarismo. O único denominador comum único entre estes era o viés ideológico liberal inscrito na sua própria construção tipológica (Barber, 1969; Fernandes, 1994).

Ao final dos anos 60, já era notório o acentuado declínio do fascínio pelo totalitarismo nos estudos sobre as sociedades do Leste nos meios acadêmicos ocidentais. As principais tentativas de resgatar o conceito tenderam a enfatizar a sua utilidade enquanto “tipo-ideal” weberiano no estudo comparativo de diferentes regimes, países e períodos de desenvolvimento político, em vez de um “modelo” teórico com pretensões explanatórias.⁷ A esta marginalização acadêmica não correspondeu um desuso político ou jornalístico do termo — com intensidades diversas, a contraposição entre “totalitarismo” e “mundo livre” continuou ocupando posição privilegiada nos discursos dos governantes e na cobertura da mídia (sobretudo nos Estados Unidos) até o colapso do bloco soviético e da própria URSS em 1989-1991.⁸ Este colapso, por sinal, fez o termo ressurgir como caracterização “oficial” dos antigos regimes nos discursos acadêmico, político e jornalístico dos próprios países do Leste. Ele tem alimentado, igualmente, um certo renascimento das teorias do totalitarismo nos meios acadêmicos ocidentais. Voltaremos a abordar isto ao final da segunda parte da resenha. Por ora, examinemos as abordagens teóricas que se apresentaram como alternativas ao enfoque totalitário após o ocaso acadêmico deste.

O Pluralismo

Quando a insatisfação com o conceito de totalitarismo começou a se ampliar nos anos 60, muitos autores começaram a identificar a raiz do problema no fato de os “estudos do comunismo” e a “sovietologia” terem se mantido à margem dos desenvolvimentos

teóricos que vinham marcando as disciplinas mais estabelecidas das Ciências Sociais (Laquer, 1964; Tucker, 1967; Fleron, Jr., 1969). Seguindo esta pista, uma nova abordagem teórica alternativa ao totalitarismo surgiu no final dos anos 60, incorporando ao estudo dos Estados e sociedades de tipo soviético a perspectiva teórica então predominante na Ciência Política norte-americana — a perspectiva *pluralista*, baseada na *teoria dos grupos de interesse*.

A perspectiva pluralista foi desenvolvida na Ciência Política norte-americana do pós-guerra em meio a uma dupla polêmica. Do ponto de vista externo, ela se dirigia contra a “nova ameaça *monista*” (o “totalitarismo”, nas suas versões nazi-fascista e comunista). Internamente, ela se voltava contra novas caracterizações *monistas* do sistema político norte-americano (especialmente a noção, desenvolvida por C. Wright Mills, da dominação do governo dos Estados Unidos por uma “elite do poder”) (Mills, 1956). A relação entre a perspectivas teóricas do pluralismo e do totalitarismo nos anos 50 e 60 era, assim, basicamente complementar. Ambas eram estruturadas pelo mesmo viés liberal analítico e normativo, tendo como base a dicotomia das esferas pública e privada. Ambas reproduziam a mesma oposição tipológica fundamental entre o totalitarismo/monismo e a democracia liberal/pluralismo.

Esta complementaridade foi quebrada, no entanto, quando se tentou aplicar a perspectiva pluralista dos grupos de interesse para o exame de sociedades que supostamente materializavam o “outro” conceitual. Do ponto de vista teórico, isto implicava que os processos políticos nas sociedades socialistas do Leste seguiam padrões mais próximos ao que se atribuía às democracias liberais. Por isto mesmo, a “importação” da perspectiva pluralista aos estudos dos Estados de tipo soviético enfrentou uma oposição cerrada dos autores que continuavam a defender a validade do conceito de totalitarismo (Janos, 1971; Odom, 1976).

O trabalho seminal que introduziu o novo “modelo” pluralista nos estudos ociden-

tais sobre as sociedades do Leste foi o texto de Gordon Skilling intitulado “Interest Groups and Communist Politics”, apresentado originalmente ao encontro da Associação Canadense de Ciência Política em 1965 (Skilling, 1967). Este trabalho efetuou dois cortes principais com as teorias do totalitarismo: 1) ele concebeu o Estado e o partido dominante nas sociedades de tipo soviético como entidades *não-monolíticas*, no interior das quais persistiam conflitos substanciais; 2) ele postulou a existência efetiva de processos de agregação de interesses individuais nestas sociedades com impactos importantes sobre a formulação de políticas oficiais.

Skilling identificou *grupos de interesse políticos* nos países do bloco soviético operando no mesmo sentido que os seus congêneres norte-americanos, conforme a formulação clássica de David Truman nos anos 50: nomeadamente, eram grupos que, “na base de uma ou mais atitudes em comum”, encaminhavam suas reivindicações a outros grupos da sociedade e, mais especificamente, “por dentro ou sobre qualquer uma das instituições do governo” (Truman, 1971; Skilling, 1967).

A incorporação do enfoque pluralista aos “estudos da área soviética” no Ocidente gerou uma ampla gama de pesquisas empíricas sobre diferentes aspectos dos processos de formação de políticas públicas nos países do Leste.⁹ Estes estudos revelaram a existência de interesses diferenciados nesses Estados e analisaram o seu impacto sobre os processos de formação de políticas públicas. Isto ampliou enormemente a autoridade e influência da leitura pluralista, sobretudo porque revelava quão insustentáveis eram as premissas fundamentais das teorias do totalitarismo (o controle absoluto do Estado sobre massas inteiramente atomizadas). Entre os autores que procuraram sistematizar teoricamente a natureza do pluralismo na URSS destaca-se Jerry Hough, que formulou o conceito de “pluralismo institucional” (Hough, 1977, 1983; Fainsod e Hough, 1979).

Nos anos 70, a perspectiva pluralista pa-

recia destinada a substituir o totalitarismo como quadro teórico dominante dos estudos ocidentais sobre as sociedades de tipo soviético. Mas os problemas teóricos inerentes à nova abordagem não tardaram a aparecer. O principal deles era a forma como a leitura pluralista concebia a agregação de interesses nos países do bloco soviético. Como vimos, ela projetou sobre os países do Leste o *mesmo tipo* de agregação de interesses que David Truman havia identificado na sociedade norte-americana. Isto era claramente problemático, já que estes Estados não se referenciavam na dicotomia entre o “público” e o “privado” que fundamenta o discurso liberal-democrático dos Estados Unidos, e, portanto, não aceitavam como legítima a formação de grupos *autônomos* de interesse fora dos parâmetros das organizações de massa oficialmente reconhecidas.

A perspectiva pluralista procurou contornar essa óbvia limitação concentrando sua atenção na formação de “subsistemas informais” ou “grupos de opinião” no interior de instituições estatais e organizações oficiais de massa (Lehmbruch, 1983). Mas, mesmo assim, ela preservava na análise destas sociedades o mesmo modelo de vetores formulado no estudo do sistema político norte-americano, com o poder e influência emergindo dos grupos para moldar a ação do governo. Ou seja, ela insistia em caracterizar os Estados de tipo soviético como sistemas políticos pluralistas no sentido democrático-liberal.

Isto nos conduz a uma segunda limitação fundamental — a obliteração do Estado pelo quadro teórico do pluralismo. Se a negação de qualquer autonomia significativa para o Estado já era altamente problemática no estudo dos sistemas políticos ocidentais, ela se tornava *fatal* quando a perspectiva pluralista era “exportada” para os países socialistas do Leste, dada a materialização administrativa do conceito de “partido de vanguarda” nestes e a decorrente fusão entre partido e Estado numa estrutura altamente centralizada e hierarquizada. À luz disto, um quadro teórico que negava autonomia fundamental ao Estado nos países do “bloco so-

viético” claramente deixava de captar fatores cruciais do desenvolvimento político desses países.

Estas limitações teóricas eram agravadas, ainda, por problemas normativos. O fato é que, além de preservar o mesmo viés idealizador dos regimes democrático-liberais ocidentais que já identificamos nas teorias do totalitarismo, a perspectiva pluralista não oferecia bases teóricas sólidas para uma crítica mais contundente das limitações e deformações democráticas nos antigos regimes do Leste. Afinal, o desenvolvimento político destes também acabava sendo idealizado com base no modelo vetorial dos grupos de interesse.

O crescente reconhecimento dessas limitações não permitiu à perspectiva teórica do pluralismo consolidar-se como herdeira do totalitarismo nos estudos sobre os Estados de tipo soviético. Ao final dos anos 70, muitos autores e pesquisadores da área já procuravam novas referências teóricas e conceituais.

O Corporativismo

A partir da publicação do trabalho seminal de Phillippe Schmitter em 1974 (Schmitter, 1974), a perspectiva teórica do pluralismo começou a sofrer contestação cada vez mais forte no *mainstream* da Ciência Política ocidental por parte de autores que procuravam resgatar e redefinir o enfoque teórico do corporativismo. Em contraposição às limitações teóricas do pluralismo discutidas acima, a abordagem neocorporativa conseguia abarcar conceitualmente tanto a existência de um Estado ativo e autônomo quanto a não-prevalência de grupos de interesses múltiplos e fragmentados na sociedade. Por isto mesmo, alguns autores a adotaram no início dos anos 80 como referência teórica ideal para superar as limitações da abordagem pluralista no estudo dos países do Leste, sem recair na falácia totalitária de negar a possibilidade da agregação de interesses nesses países.

O primeiro trabalho a aplicar de forma mais sistemática a nova perspectiva do cor-

porativismo ao estudo dos Estados de tipo soviético apareceu em 1980 (Bunce e Echols III, 1980). O argumento fundamental dos autores era o de que Brejnev havia inaugurado uma nova era no desenvolvimento político soviético, caracterizado pela busca ativa de estabilidade política por parte do Estado; pelo consenso social e pela cooperação; pela incorporação de grupos de interesse funcionais e especialistas ao processo de formulação de políticas públicas; pela expansão do Estado de Bem-Estar; e por um crescimento econômico contínuo. Segundo Bunce e Echols, todas estas características se encaixavam perfeitamente nos elementos essenciais do corporativismo identificados por Schmitter.

Na primeira metade dos anos 80, outros trabalhos foram surgindo procurando incorporar (com graus variados de sucesso e convicção) a perspectiva do corporativismo ao estudo dos países do Leste.¹⁰ É interessante notar que o próprio Schmitter nunca se converteu da propriedade de estender o seu conceito de corporativismo ao sistema político soviético. Ele preferiu caracterizar a URSS como um protótipo de “monismo leninista” (Schmitter, 1974). Na sua opinião, o que diferenciava este do corporativismo era o papel central do partido único, que concentrava nas suas mãos o poder de criar, subsidiar e controlar ideologicamente as unidades de representação de interesses no interior do sistema. Schmitter admitia, no entanto, a possibilidade do “modelo” corporativo ser relevante para o estudo dos desenvolvimentos políticos em outros Estados do Leste europeu.

Apesar de admitir a autonomia de um Estado ativo e a prevalência de formas segmentadas e não inteiramente autônomas de agregação de interesses nos países do Leste, a leitura corporativa acabou revelando limitações semelhantes às que já vinham afligindo o pluralismo. O problema fundamental, uma vez mais, era a forma como concebia a intermediação de interesses nos Estados de tipo soviético. O enfoque teórico do corporativismo enfatiza o estabelecimento e reconhecimento, pelo Estado, de corpos interme-

diários segmentados estruturados sobre linhas funcionais. Mas que “linhas funcionais” são estas? Elas envolvem, na verdade, funções de *produção*. O conceito de corporativismo se relaciona, fundamentalmente, à *política da produção* (Cawson, 1983). Aqui, a diferenciação funcional básica é a que opõe *proprietários privados de capital* (capitalistas) e *trabalhadores* dentro de cada setor da economia. A constituição de estruturas corporativas, portanto, depende do reconhecimento, pelo Estado, da legitimidade da existência desses interesses e da necessidade de incorporá-los ao processo de formulação de políticas oficiais. Trata-se, assim, de um processo de atribuição de *status* público a grupos de interesse privados (Offe, 1989). Enquanto tal, ele *pressupõe* a existência na sociedade de esferas “públicas” e “privadas” significativas que têm de ser articuladas para garantir a reprodução do sistema. Em outras palavras, pressupõe a *predominância* de formas privadas de propriedade na produção, distintas e separadas do Estado, que este procura controlar por meio da incorporação dos seus representantes funcionais em estruturas deliberativas ampliadas.

As limitações conceituais da aplicação deste “modelo” aos Estados socialistas do Leste são óbvias. Os Estados de tipo soviético nunca reconheceram ou admitiram a legitimidade “funcional” da propriedade privada sobre meios fundamentais de produção. Os dirigentes estatais tampouco precisavam ampliar o seu controle sobre a produção via a incorporação de diretores de empresas em estruturas deliberativas corporativas, porque estas empresas já faziam parte do aparelho de Estado e seus diretores já estavam submetidos à definição centralizada (e minuciosa) de metas produtivas. Assim, a tentativa de estabelecer uma analogia conceitual entre esses diretores e os capitalistas privados dos arranjos corporativos e neocorporativos no Ocidente era claramente problemática.

Talvez escaldados pelo acaso das duas leituras anteriores, os estudiosos dos Estados do Leste envolvidos com a abordagem corporativa não tardaram a reconhecer esta li-

mitação conceitual. Em meados dos anos 80, o flerte com a abordagem corporativa já estava praticamente encerrado. Basta ver que, apenas três anos depois de escrever que o corporativismo havia “chegado à União Soviética para ficar” (Bunce e Echols III, 1980:20-1), a mesma Valerie Bunce publicou outro artigo anunciando a “queda do corporativismo na URSS” (Bunce, 1983).

Leituras da Burocracia

No mesmo período em que as leituras pluralista e corporativista marcavam sua presença nos estudos sobre os Estados do Leste, um terceiro enfoque teórico também se apresentou como alternativa às teorias do totalitarismo, reunindo diferentes autores que traziam o conceito de *burocracia* para o centro das suas análises.¹¹ Embora as abordagens destes autores não fossem homogêneas entre si, elas tinham como matriz teórica comum as reflexões clássicas de Max Weber sobre a generalização da racionalidade burocrática no mundo moderno¹² e de Robert Michels sobre o impacto “oligarquizante” do imperativo organizacional na política moderna (Michels, 1982). Nesta base, elas identificavam como característica principal dos Estados e sociedades de tipo soviético o fato de a administração estatal, coordenada e unificada pelo “partido único”, substituir o mercado como mecanismo fundamental para o ordenamento das atividades sociais (Rigby, 1992). Segundo estes autores, o resultado (como já haviam previsto Weber e Michels) foi a expansão sem precedentes da lógica e das estruturas estatal-burocráticas, que passaram a dominar — de forma opressiva e alienante — todas as esferas da vida social. Assim, segundo o principal expoente desta abordagem nos meios acadêmicos ocidentais: “Como a burocracia moderna, a dominação comunista é essencialmente uma tentativa de impor a administração racional à vida social, por meio de uma complexa organização” (Meyer, 1969:190, tradução minha).

O nome dado a esta gigantesca estrutura organizacional e burocrática por cada um dos autores citados era diferente. Meyer op-

tou por uma denominação — “USSR Incorporated” — que marcava a analogia com as estruturas integradas das grandes corporações capitalistas (Meyer, 1961). Rigby optou pelo termo “sociedade mono-organizacional” (Rigby, 1976). A polonesa Maria Hirszowicz preferiu o título sugestivo de “Leviatã Burocrático” (Hirszowicz, 1980). Independente da nomenclatura (sem trocadilho...), todos apontavam para a generalização do mesmo tipo de fenômeno burocrático nos países do Leste.

A exemplo das demais leituras já resenhadas, a aplicação do enfoque da burocracia nos estudos sobre os Estados de tipo soviético também se deparou com graves problemas teóricos e empíricos. O próprio conceito geral de *burocracia* está carregado de imprecisões, indefinições e ambigüidades, que não são facilmente resolvidas do ponto de vista teórico.¹³ Aplicado aos Estados e sociedades do Leste, este enfoque não conseguia precisar os contornos e as fronteiras daquilo que era a sua categoria central: para uns, a burocracia se limitava aos ocupantes de cargos-chave de direção no Partido e no Estado; para outros, ela se materializava no conjunto do Partido dirigente; para outros, ainda, ela abarcava o conjunto das instituições do Partido e do Estado (o que significava que praticamente toda a sociedade a integrava, já que a quase totalidade das atividades econômicas, culturais e desportivas se desenvolvia em órgãos estatais!).

Quando definida no sentido weberiano estrito da lógica racional-legal, a transplantação do enfoque da burocracia se revelava ainda mais problemática. Em termos da sua construção conceitual, essa transplantação ignorava diferenças cruciais entre a racionalidade impessoal, rotinizada e formal, inscrita na definição da burocracia em Weber, e a lógica eminentemente política, improvisada e orientada para metas substantivas que imperava nos Estados de tipo soviético (tendo ao centro a direção altamente centralizada dos “partidos únicos”). Em outras palavras, a lógica político-partidária predominante no Leste era fundamentalmente distinta das

formas racionais-legais identificadas nos processos de burocratização do Ocidente.

Visto por este ângulo, como observou Alec Nove, o período da liderança de Stalin na URSS a partir do fim da Nova Política Econômica (NEP) teria de ser definido como eminentemente *antiburocrático*, já que esse dirigente fez de tudo para impedir a consolidação de uma elite burocrática com interesses e visão próprios (Nove, 1975a:60). Na mesma linha, Stephen Cohen apontou a incoerência de se identificar o advento e a dominação de uma burocracia eminentemente conservadora e cautelosa precisamente no período em que se operavam as mais violentas e profundas rupturas e transformações em todos os campos da vida social na União Soviética — o cancelamento das concessões da NEP, o lançamento dos primeiros planos quinquenais, os acelerados processos de coletivização e industrialização, os expurgos etc. (Cohen, 1977:26-27).

No final das contas, os enfoques centrados na burocracia acabavam por reproduzir alguns dos problemas fundamentais das leituras políticas resenhadas anteriormente. Como o totalitarismo, sua visão unitária, integrada e altamente hierarquizada do Partido/ Estado acabava reproduzindo uma concepção monista deste. Como o pluralismo e o corporativismo, sua ênfase em um processo comum de burocratização no Leste e no Ocidente acabava obliterando diferenças sistêmicas fundamentais entre os dois grupos de países. O reconhecimento dessas limitações fez com que mesmo os mais representativos expoentes do “enfoque burocrático” acabassem por tentar combinar sua abordagem com a de outras leituras para gerar uma interpretação mais consistente do desenvolvimento dos Estados e sociedades de tipo soviético.¹⁴

Leituras Centradas na Cultura Política

Uma abordagem alternativa aos estudos centrados na dimensão política é a que privilegia explicações e interpretações baseadas na *cultura* (sobretudo na *cultura políti-*

ca). O que este enfoque enfatiza é a reemergência de valores culturais “tradicionais” como um elemento central do desenvolvimento dos países do Leste no período “socialista”. A ênfase, portanto, é na *continuidade* dos sistemas pré e pós-revolucionários. Não se trata de uma leitura propriamente nova. Do ponto de vista da teoria política clássica, ela remete às reflexões de Montesquieu sobre o “espírito das leis” baseado nos “morais e costumes nacionais” (Montesquieu, 1950-1961) e de Tocqueville sobre os hábitos e costumes por trás das instituições democráticas norte-americanas (Tocqueville, 1945). Na teoria política contemporânea, ela se inspira nas formulações dos autores que procuraram examinar a relação entre a “cultura política” e o “desenvolvimento político” (Almond, 1956; Almond e Coleman, 1960; Almond e Verba, 1963; Pye e Verba, 1965; Huntington, 1968; Kavanagh, 1972 e 1980). Mais recentemente, essa perspectiva teórica ressurgiu com força nas reflexões de Samuel Huntington sobre as grandes linhas divisórias (culturais) na atual evolução do sistema internacional (Huntington, 1993).

Os principais responsáveis pela incorporação do enfoque da cultura política aos “estudos da área soviética” no Ocidente foram Robert Tucker (1977 e 1987), Archie Brown e Jack Gray (1977) e Stephen White (1979). Dissidentes emigrados russos, no entanto, já vinham levantando o tema do “renascimento da Grande Rússia no âmbito da URSS” desde os anos 20 (Miliukov, 1927; Timashev, 1946; Berdiaev, 1937, 1948 e 1966). Fora dos meios acadêmicos, trata-se de uma temática corrente e recorrente nos discursos jornalísticos, diplomáticos e políticos ocidentais ao longo do século.¹⁵

Esta abordagem cultural teve o grande mérito trazer para exame dimensões da vida social nos países do Leste (sobretudo os valores culturais) que eram ignoradas ou obscurecidas pelas leituras centradas unicamente em análises político-institucionais. Ela ajudou a compreender melhor como elementos da cultura tradicional desses países se recomposaram e se articularam com a nova ideolo-

gia oficial (marxista) de Estado, que propunha promover uma “revolução cultural” para formar um “homem novo” socialista. Ela chamou atenção para o fato de a montagem dos Estados de tipo soviético não ter se dado no vazio, mas em condições históricas concretas, onde os valores e imagens populares sobre a política e a experiência acumulada de relacionamento com o poder desempenham papel importante.

Mas isto marca, também, as limitações da abordagem cultural. Justamente por enfatizar o tema da *continuidade*, ela é incapaz de explicar processos de mudança e transformação. Para usar uma conhecida imagem da teoria marxista, ela consegue explicar por que elementos do “velho” reaparecem no “novo”, mas não o advento desse “novo”. Ela fornece elementos para compor uma visão global de fenômenos, mas é inadequada para a identificação da dinâmica interna básica desses mesmos fenômenos. E ao enfatizar o ressurgimento de “valores nacionais tradicionais”, ela muitas vezes resvala para uma visão reificada da própria cultura (incluindo a identidade nacional), que deixa de ser concebida como *construção social* (e, portanto, mutável) para ser tratada como um dado natural, objetificado e permanente.

O enfoque “culturalista”, portanto, nunca conseguiu gerar esquemas explicativos ou interpretativos gerais sobre o desenvolvimento dos Estados e sociedades de tipo soviético. Ele se mostrou inadequado, em particular, para dar conta das grandes transformações revolucionárias que marcaram o período inicial de formação dos Estados socialistas do Leste, e do seu colapso mais recente.

Leituras Centradas na Dimensão Econômica

Críticas à Economia de Comando

Diferentemente das abordagens políticas e sociológicas que só se desenvolveram mais plenamente no pós-guerra, o pensamento econômico ocidental gerou análises críticas importantes da evolução dos Estados socialistas já a partir dos anos 20. A tônica

central dessa produção foi a crítica ao advento da “economia de comando” e à “planificação centralizada” na URSS, feita a partir de um enfoque liberal ortodoxo. Os principais expoentes desta abordagem foram os mentores da chamada “Escola Austríaca” do pensamento econômico, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. (Mises, 1935, 1978, 1981a, 1981b, 1986; Hayek, 1935a, 1935b, 1940, 1948). Seu argumento fundamental, desenvolvido originalmente por Mises, era o de que a substituição da economia de mercado pela planificação centralizada seria inviável, já que elimina o único mecanismo capaz de gerar informações sobre a escassez relativa de recursos na economia (a formação de preços no mercado), o que torna impossível qualquer planejamento eficaz ou racional. Para Mises, a “economia planificada” seria, em última análise, uma impossibilidade. A abolição da propriedade privada e a adoção do princípio do planejamento centralizado nos países do Leste gerariam, assim, necessariamente, esbanjamento, ineficácia, desordem, estagnação e arbítrio.¹⁶

Estas formulações suscitaram uma viva resposta de autores socialistas nos anos 20, 30 e 40, no que ficou conhecido como o “debate do cálculo econômico”.¹⁷ Do ponto de vista da história econômica e social, ela instigou Karl Polanyi a escrever sua obra clássica *A Grande Transformação* (Polanyi, 1980), e o próprio Dobb a produzir um estudo sobre o desenvolvimento econômico da URSS (Dobb, 1978). Do ponto de vista interpretativo, no entanto, Mises e Hayek nunca se preocuparam em desenvolver uma análise mais elaborada da natureza dos Estados e sociedades de tipo soviético. Pela oposição destes ao mercado, eles tenderam a traçar analogias entre as experiências do Leste e formações políticas e sociais *pré-capitalistas*. Assim, enquanto para Hayek a “violação” das forças de mercado era o caminho seguro para a *servidão*,¹⁸ Mises caracterizava o socialismo como a “transposição do regime militar a todo o sistema de produção” (Mises, 1986:27).

Os grandes sucessos nos planos de reconstrução e industrialização na URSS e nos

demais integrantes do “campo socialista” no pós-guerra, no entanto, minaram a credibilidade dessas teses sobre a suposta “inviabilidade das economias de comando”. Duas outras abordagens econômicas emergiram, então, nos meios acadêmicos ocidentais, fornecendo interpretações mais globais sobre os Estados e sociedades do Leste: as leituras sobre a convergência de sociedades industriais e pós-industriais, e as leituras centradas nos desafios da modernização e do desenvolvimento.

Teorias da Convergência

A base fundamental das teorias da convergência é a noção de que a industrialização dos países capitalistas centrais e socialistas do Leste havia gerado um padrão comum ou análogo de desenvolvimento em ambos. Esta noção tem importantes pontos de contato com algumas das leituras resenhadas mais acima. Como vimos, tanto as abordagens pluralistas quanto as corporativistas apontavam para padrões convergentes nos processos de intermediação de interesses e formação de políticas públicas nos dois grupos de países. Já os enfoques referenciados no conceito weberiano de burocracia apontavam para a generalização e predominância, em ambos, da mesma lógica racional-legal-formal. Mesmo no âmbito das teorias do totalitarismo, alguns autores ligados à chamada “Escola de Frankfurt” do marxismo ocidental ligaram o conceito de “atomização” levantado por Hannah Arendt à temática hegeliano-marxista da *alienação* para identificar um processo global de *totalitarização* das sociedades industriais contemporâneas, com base na generalização da “racionalidade instrumental burguesa”.¹⁹

A origem intelectual das teorias especificamente econômicas da convergência, no entanto, remetem a formulações de James Burnham nos anos 40 (Burnham, 1941). Burnham fora, nos anos 30, colaborador de Trotsky, de quem adotara a concepção da “degeneração burocrática” da URSS (falaremos sobre esta tese na segunda parte deste artigo). Expandindo esta formulação, Burnham concluiu que o elemento-chave para a

composição do poder de classe nas sociedades contemporâneas não era propriamente a *propriedade* dos meios de produção — como havia pensado Marx —, mas o *controle* destes meios. Nesta base, ele indicou que os processos de industrialização estavam levando ao poder, tanto nos países capitalistas quanto na URSS, uma nova classe de administradores assalariados.²⁰

A tese da convergência crescente das sociedades industriais no Ocidente e no Leste foi retomada, nos anos 50, por Maurice Duverger na França (Duverger, 1956, 1964 e 1972). A convergência, no entanto, foi concebida por ele em termos diferentes dos que haviam sido indicados anteriormente por Burnham. Para Duverger, o advento das complexas sociedades industriais modernas gerava um processo de aproximação de mão dupla: no Ocidente, ele exigia uma intervenção cada vez maior do Estado na economia, evidenciado pela expansão dos Estados de Bem-Estar no pós-guerra; no Leste, exigia a superação de um modelo político e econômico altamente centralizado erguido na fase inicial de industrialização, conforme atestavam as reformas econômicas e políticas deflagradas no bloco soviético a partir de meados dos anos 50. Estaria se verificando, assim, um forte movimento para a convergência baseado na crescente “socialização” do Ocidente e “liberalização” do Leste. Este mesmo enfoque pode ser encontrado nas reflexões de Raymond Aron sobre a sociedade industrial nos anos 50 e 60, embora ele viesse a se tornar um crítico áspero da perspectiva da convergência mais tarde.²¹

Nos países anglo-saxões, outras versões de teorias da convergência também emergiram nos anos 60 e 70. Como vimos antes, algumas leituras centradas na burocracia continham um forte elemento de “convergência” nas suas abordagens.²² Na perspectiva específica das sociedades industriais, esta convergência foi concebida de forma mais “branda” nos trabalhos de David Lane (1970 e 1978). Para este, o advento da industrialização havia gerado os seguintes traços comuns nos países capitalistas e socialistas: 1) a

difusão do poder e influência na sociedade, em função da elevação do nível educacional do conjunto da população e da importância crescente dos conhecimentos técnicos; 2) a emergência de uma divisão do trabalho mais complexa; em que a ocupação e o nível de instrução se tornam os elementos-chave para a obtenção de *status* na hierarquia social, aumentando a mobilidade dentro desta; 3) a geração de um sistema de valores comum, com ênfase na eficiência e produtividade em detrimento de ideais utópicos; 4) a consolidação de procedimentos legais normativos, em detrimento de processos improvisados e arbitrários; 5) o predomínio da organização em larga escala — seja ela pública ou privada — e do seu concomitante ordenamento burocrático; 6) a substituição, como resultado dos acelerados processos de urbanização, dos laços familiares tradicionais por formas mais impessoais de solidariedade e socialização, com destaque para os meios de comunicação de massa; e 7) a ampliação da intervenção estatal na sociedade.

Daniel Bell levou esse enfoque ainda mais adiante e apontou, no início dos anos 70, para a crescente convergência de sociedades *pós-industriais*. Segundo sua previsão, Estados Unidos, Japão, Europa Ocidental e União Soviética assumiriam no fim do século o aspecto de sociedades *pós-industriais*, e teriam de enfrentar a administração dessas novas dimensões (Bell, 1977:534). Esta evolução seria marcada por três componentes fundamentais: 1) em termos econômicos, o crescente deslocamento da indústria para os serviços; 2) em termos tecnológicos, a centralidade assumida pela ciência e tecnologia; e 3) em termos sociológicos, a ascensão de novas elites técnicas e o advento de novos princípios de estratificação.

Do ponto de vista metodológico, as teorias sobre a convergência de sociedades industriais e *pós-industriais* identificam na *tecnologia* a base fundamental do ordenamento social, deslocando a preocupação prioritária com a *propriedade* comum tanto ao liberalismo como ao marxismo. Por isso, elas destacam tendências convergentes na evolução

dos países do Ocidente e do Leste (em função da semelhança das suas bases tecnológicas), em vez de destacar as diferenças fundamentais nas suas estruturas de propriedade. A validade desta opção metodológica (como a de qualquer opção metodológica), não pode ser julgada no abstrato, mas apenas confrontando-a com o desenvolvimento do(s) fenômeno(s) que procura explicar.²³ A reversão nas políticas de aproximação e *détente* no final dos anos 70, e, sobretudo, a *derrota* dos antigos regimes do Leste *pelos* potências ocidentais ao final dos anos 80 (em vez da sua convergência) indicam que essa opção pode ter encoberto diferenças sistêmicas fundamentais. Voltaremos a esta questão na segunda parte da resenha.

Teorias da Modernização e do Desenvolvimento

Um outro enfoque econômico surgido nos meios acadêmicos ocidentais nos anos 50 enfatizou a natureza “desenvolvimentista” dos Estados e sociedades de tipo soviético. As leituras centradas nesta identificação guardam inúmeras afinidades com as teorias da convergência que acabamos de ver. Suas origens intelectuais mais diretas remetem às reflexões de Walt Rostow sobre as etapas do crescimento econômico (Rostow, 1953 e 1960). Mais remotamente, a perspectiva do desenvolvimento remete aos grandes debates sobre a relação entre Estado, mercado, desenvolvimento e socialismo ocorridos na União Soviética nos anos 20.²⁴

O principal marco da incorporação da “perspectiva do desenvolvimento” aos estudos ocidentais sobre os Estados de tipo soviético foi um seminário interdisciplinar organizado em abril de 1958 em Nova Iorque. Os trabalhos apresentados a este seminário foram reunidos no livro editado por Cyril Black (1960). Um destes, intitulado “Problems and Patterns of Russian Economic Development”, do historiador econômico Alexander Gershenkron, viria a se transformar em um livro clássico da literatura desenvolvimentista (Gershenkron, 1973).

As reflexões de Gershenkron partiam

de uma crítica fundamental ao enfoque de Rostow, que concebia a reprodução das mesmas etapas de desenvolvimento econômico por todos os países. Para Gershenkron, a industrialização tardia acarretava certas “vantagens do atraso” aos países que a empreendiam, entre as quais se destacava a capacidade de generalizar mais rapidamente nas suas economias inovações tecnológicas que haviam levado um longo tempo para maturar nos países mais adiantados. Como conseqüência, o padrão de desenvolvimento dos países atrasados não reproduzia as mesmas etapas de desenvolvimento dos países avançados. Baseado em um estudo comparativo dos processos de industrialização tardia na Europa, Gershenkron apontava para seis características comuns ao padrão de desenvolvimento dos países mais atrasados: 1) sua industrialização começava de forma descontínua e assumia a forma de um grande surto, com ritmos elevados de crescimento; 2) era dada prioridade, no esforço de industrialização, às fábricas e empresas de grande porte; 3) privilegiava-se a produção de bens de produção no processo industrial, em detrimento dos bens de consumo; 4) exercia-se uma forte pressão para conter o nível de consumo da população; 5) fatores institucionais especiais (como a intervenção ativa do Estado) desempenhavam papel decisivo na oferta de capital para as novas indústrias; e 6) a agricultura não desempenhava papel ativo no processo de industrialização, seja como mercado para a produção industrial ou como zona para a elevação da produtividade do trabalho.

Segundo Gershenkron, estas mesmas características marcaram o desenvolvimento soviético, sobretudo a partir do lançamento dos primeiros planos quinquenais no final dos anos 20. Assim, o processo soviético de industrialização deveria ser visto como a continuidade dos dois surtos anteriores de industrialização propiciados pelo próprio tzarismo (na última década do século XIX e na década que precedeu a eclosão da Primeira Guerra Mundial). O seu caráter “socialista” seria, na verdade, irrelevante. Outros partici-

pantes no referido seminário de 1958 concordavam com Gershenkron. Theodore von Laue, por exemplo, afirmava que o Estado soviético havia aplicado, pela primeira vez, a lógica completa do sistema do famoso ministro de finanças czarista Sergei Witte (Laue, 1960:223-5). O próprio Rostow indicava que a modernização soviética não havia tomado um caminho substancialmente diferente das fases anteriores de desenvolvimento russo. Também na sua opinião, Stalin não passava de um “sucessor de Witte” (Rostow, 1960:60).

Segundo as análises desses autores, a dinâmica econômica, política e social dos Estados de tipo soviético não era determinada pela sua especificidade “totalitária” ou “socialista”, mas pelas exigências da própria modernização. Neste sentido, essa dinâmica respondia a necessidades objetivas enfrentadas por todos os “países em desenvolvimento”, independente da sua opção político-ideológica ou estrutura de propriedade. Ao reverter a contraposição conceitual entre democracia liberal e totalitarismo, o enfoque do “desenvolvimento” se inseriu, de uma maneira geral, na maré de revisão crítica do conceito de totalitarismo que varreu os estudos da “área soviética” nos meios acadêmicos ocidentais a partir dos anos 60.

Esta abordagem inspirou a produção de uma gama variada de estudos e trabalhos. Ela é desenvolvida na vasta obra de Alec Nove sobre a história econômica da URSS e fundamenta a sua caracterização da economia soviética como uma “economia de guerra”.²⁵ Ela se articula com a abordagem do “desenvolvimento político” (vista junto com as leituras centradas na cultura política) para conceber o desenvolvimento dos Estados de tipo soviético como uma expressão da “política de industrialização”. (Almond e Powell, 1966, 1978; Kautsky, 1968; Benjamin e Kautsky, 1969; Triska e Cocks, 1977; Hoffman e Laird, 1982). Ela se relaciona, igualmente, com as versões “brandas” das leituras da convergência por David Lane e do pluralismo por Jerry Hough (ambas vistas anteriormente).

O enfoque do “desenvolvimento” teve o

grande mérito de situar a evolução dos Estados e sociedades de tipo soviético nos seus contextos e desafios histórico-concretos. No entanto, como as perspectivas do pluralismo, corporativismo, burocracia e sociedades industriais e pós-industriais resenhadas anteriormente ela pecava por subestimar ou ignorar diferenças sistêmicas cruciais entre os países do Ocidente e do Leste (e também do Sul), em prol de uma suposta convergência para padrões idênticos ou análogos de desenvolvimento econômico, político e social.²⁶ Uma vez mais, esta perspectiva não nos ajuda a desvendar os processos que culminaram no colapso do antigo campo socialista em 1989-1991. A análise crítica desta temática será retomada ao final da segunda parte da resenha.

Alguns Esforços de Síntese Teórica

Como vimos, a opção metodológica predominante nas leituras ocidentais resenhadas até aqui foi a de retalhar conceitualmente a realidade social dos países do Leste e privilegiar a análise isolada de uma das suas dimensões. Os estudos de história econômica produzidos no âmbito das teorias da convergência e do desenvolvimento começaram a romper com este “retalhamento conceitual”, mas acabaram resvalando para um determinismo tecnológico igualmente limitado para dar conta do desenvolvimento das sociedades de tipo soviético. Outras tentativas de síntese teórica também emergiram nos meios acadêmicos ocidentais ao longo das três últimas décadas.

O Estrutural-Funcionalismo

A procura de uma visão mais global e holista das sociedades do Leste marcou a incorporação da teoria dos sistemas do estrutural-funcionalismo aos “estudos da área soviética”. A inspiração teórica desta abordagem remete ao modelo do processo de formação de políticas públicas formulado por David Easton (1965). Gabriel Almond foi o principal responsável pela sua ampliação e introdução aos “estudos da área soviética”, na perspectiva da análise política comparada

(Almond e Powell, 1966). Almond dividiu o elemento de “entrada” (*input*) do modelo de Easton em quatro funções: socialização política, recrutamento político, articulação de interesses e agregação de interesses. Já o elemento de saída (*output*) foi dividido em três funções: a feitura de regras, a aplicação das regras e a adjudicação de regras. Estas funções do processo de formulação de políticas públicas, por sua vez, se articulariam com outras dimensões da vida social: as “capacidades políticas”, o “desenvolvimento político”, a “cultura política”, a “cultura cívica”, entre outros.

Justamente por sua abrangência sistêmica, as contribuições de Almond aparecem em diferentes leituras resenhadas até (como as do corporativismo, da cultura política, da modernização e do desenvolvimento). Entre os autores que procuraram aplicar diretamente a teoria sistêmica de Almond ao estudo da evolução soviética destacam-se Frederick Barghoorn (1966) e Michael Gehlen (1986). De uma forma menos rígida, a abordagem estrutural-funcionalista pode ser encontrada nos trabalhos de David Lane sobre o Estado industrial socialista (Lane, 1970, 1978 e 1986), de James Oliver sobre a formulação de demandas dos cidadãos na URSS (Oliver, 1969), de Vernon Aspaturian sobre a formulação da política externa soviética (Aspaturian, 1971) e de Gerhard Lehmbruch sobre a intermediação de interesses nos sistemas capitalista e socialista (Lehmbruch, 1983).

A incorporação da teoria estrutural-funcionalista permitiu inserir os estudos sobre as sociedades do Leste em pesquisas e análises globais de política comparada, revertendo o “auto-isolamento” anterior gerado pela construção conceitual das teorias do totalitarismo. Para isto, ela procurou formular uma visão mais global da evolução dos Estados de tipo soviético a partir da análise do seu processo de formulação de políticas públicas (que resvalava, assim, para um certo “reducionismo político”).

Ao mesmo tempo em que introduzia uma abordagem mais ampla aos estudos oci-

dentais sobre as sociedades do Leste, esta perspectiva sistêmica acarretava, também, uma forte conotação teleológica nas suas explicações. Ao destacar que as “funções” nos fornecem a “razão de ser” das estruturas (que as cumprem de forma manifesta ou latente), a teoria estrutural-funcionalista concebe como *fim* ou *atribuição* dessas estruturas o mero cumprimento de funções perenes a todos os sistemas sociais. Como indica Sartori (1970), isto implica conceber a relação estrutura-função como uma relação meio-fim, onde a problemática da *funcionalidade sistêmica* passa a ser a chave para qualquer explicação (ou seja, tudo se explica à luz das funções necessárias para a auto-reprodução do sistema). Além de subestimar ou ignorar diferenças intra-sistêmicas de lógicas, funções e dinâmicas, isto introduz um viés de análise em que a responsabilidade por qualquer ruptura é imputada à intransigência das elites. Haveria embutida dentro dos sistemas sociais um potencial ilimitado para o equilíbrio, dependente unicamente da sensibilidade das suas elites para a promoção de reformas estruturais que evitem a disfunção múltipla. Não há espaço, nesta construção, para a noção de antagonismos estruturais e/ou sistêmicos irreconciliáveis, sobre a qual se assenta a teoria de desenvolvimento social do marxismo. Voltaremos a examinar criticamente este viés do estrutural-funcionalismo na parte final da resenha, à luz do colapso do antigo “campo socialista”.

A Sociologia Histórica e a História Social

Uma segunda e importante tentativa de síntese teórica nos estudos ocidentais sobre os Estados e sociedades de tipo soviético é fornecida pela vertente da chamada “sociologia histórica”, de inspiração predominantemente weberiana. O precursor desta abordagem foi Barrington Moore Jr. (1954 e 1966). Moore estudou o desenvolvimento soviético pelo ângulo da análise comparada de processos macro-históricos. Nesta base, ele diferenciou três vias históricas principais de transição para a moderna sociedade industrial: a

via liberal-burguesa, a via das revoluções conservadoras e a das revoluções camponesas.

A via liberal-burguesa se caracterizaria pela aliança do desenvolvimento capitalista com a democracia parlamentar, exemplificada pela experiência histórica inglesa, francesa e norte-americana. A via da revolução conservadora também gerou o desenvolvimento capitalista, mas associado à adoção de formas políticas reacionárias que culminaram no nazi-fascismo. Já a via das revoluções camponesas desembocaria em um desenvolvimento não-capitalista associado à instauração de regimes comunistas totalitários como o da URSS.

Segundo Barrington Moore, a chave para a diferenciação dessas vias seria a composição e disposição das classes agrárias — senhores de terra e camponeses — no início da transição para a sociedade moderna. Nos países onde essas classes não efetuaram uma transição bem-sucedida para a agricultura comercial (processo este que levaria à “domesticação do setor agrário” pelos interesses urbanos), os grandes proprietários rurais puderam continuar subordinando os interesses urbanos e formar uma espécie de “coalizão reacionária” que enfrentou de forma não-democrática os desafios da modernização (é o caso das experiências de industrialização tardia na Europa Central, do Sul e do Leste). Se se soma a isso a persistência da organização social tradicional dos camponeses até os tempos modernos, o processo acaba desembocando em revoluções camponesas (como na Rússia).

O enfoque da Sociologia Histórica introduzido por Barrington Moore é marcado, assim, por um forte determinismo estrutural. Diferentemente do estrutural-funcionalismo, ele não concebe uma capacidade ilimitada das elites para gerar mudanças que recomponham o equilíbrio sistêmico em bases modernas. Pelo contrário, ele enfatiza a existência de limitações estruturais bastante rígidas para a ação das elites em cada período histórico. No que concerne à URSS, Moore inovou ao caracterizar a revolução soviética como uma via de modernização *camponesa*, que culmina na subjugação do

próprio campesinato por uma nova elite intelectual urbana modernizadora. Esta seria a gênese histórica do *totalitarismo* na URSS (conceito que ele incorpora acriticamente das abordagens então predominantes nos “estudos da área soviética”).

Inspirada, no fundamental, pelo enfoque de Barrington Moore, Theda Skocpol produziu um importante estudo comparativo macro-histórico sobre os Estados e revoluções sociais na França, China e Rússia. Seguindo a própria Skocpol, sua abordagem introduz três inovações centrais na análise destes processos:

1. Ela se apóia em uma perspectiva estrutural estritamente não-voluntarista, formulando limites ainda mais estreitos para a margem de opções e manobras dos atores políticos do que os concebidos pelos enfoques de Barrington Moore ou Karl Marx. No seu esquema, os desenlaces revolucionários são fruto do desenvolvimento estrutural da sociedade, e não de qualquer “ação consciente”: as revoluções não são “feitas”, elas “emergem”, (Skocpol, 1979:18). E aqui, a exemplo de Moore, o fator decisivo são as estruturas agrárias.
2. Ela enfatiza a influência decisiva das estruturas internacionais e dos desenvolvimentos mundiais sobre os processos revolucionários “internos” a cada sociedade.
3. Ela concebe o Estado como uma força e organização autônoma dos interesses pre-valetentes nas estruturas socioeconômicas, com os quais, inclusive, compete para a apropriação de recursos.

Com base nestas formulações, Skocpol identificou dois processos fundamentais que eram comuns às experiências revolucionárias francesa, russa e chinesa: a crise dos antigos regimes e o surgimento de insurreições camponesas a partir de estruturas agrárias. O esquema geral sugerido pela autora para explicar os fenômenos revolucionários está sintetizado na seguinte fórmula:

Condições para a Crise Política
+
Condições para Insurreições Camponesas
↓
Transformações Societais

As condições para as crises políticas se decomporiam, segundo Skocpol, em três elementos básicos: a relação entre a monarquia e a classe dominante; a economia agrária; e as pressões internacionais. Já as condições para as insurreições camponesas foram decompostas em dois elementos básicos: as estruturas de classe agrárias e as características do poder local. As diferentes condições da russa, francesa e chinesa no tocante a esses cinco elementos teriam determinado padrões distintos no desenvolvimento das suas respectivas revoluções.

Tanto Barrington Moore quanto Theda Skocpol oferecem teorias sofisticadas, integradas e globais para explicar a gênese da sociedade soviética, tomando como referência diferentes vias de transição para o mundo industrial moderno. Ao caracterizar o desenvolvimento específico do período soviético, no entanto, ambos se limitam a recuperar o conceito de totalitarismo, sem procurar qualquer generalização alternativa. Sua leitura da modernização, por outro lado, é vulnerável às mesmas críticas já formuladas contra os autores das teorias da convergência e do desenvolvimento: a de identificarem um único padrão de desenvolvimento a partir de diferentes vias de transição para o mundo industrial moderno. Seu determinismo estrutural, por fim, tende a obliterar analiticamente qualquer espaço para a subjetividade e a liberdade humana nos processos históricos (ainda que situadas dentro de condições históricas dadas). Em outras palavras, ele elimina a *política* da análise histórica.

Este mesmo tipo de problema metodológico e conceitual pode ser identificado na maré de estudos sobre a história social dos Estados do Leste surgidas nos meios acadêmicos ocidentais nas últimas décadas, como reação aos estudos históricos estruturados sobre o conceito de totalitarismo.²⁷ Seu precursor foi, sem dúvida, a monumental obra de E. H. Carr sobre a história da Rússia soviética (Carr, 1966, 1969 e 1970-1972; Carr e Davies, 1971-1974). Nos anos 70, o enfoque da “história social” se expressou nos trabalhos inovadores de Sheila Fitzpatrick (1970 e

1979). A partir dos anos 80, houve uma autêntica “explosão” de estudos históricos sobre os Estados e sociedades do Leste (sobretudo a URSS) referenciados nesta abordagem. Entre estes, destacam-se Getty (1985), Viola (1987), Kuromiya (1988), Benvenuti (1988), Rittersporn (1988), Koenker (1989), McAuley (1991) e Rosenberg e Siegelbaum (1993).

Baseados em uma farta e minuciosa pesquisa de fontes primárias, estes estudos desmontaram a visão totalitária do Estado soviético como uma força integrada, compacta e monolítica, e revelaram um quadro de interação política e social altamente contraditório, complexo e desconexo. Por este novo ângulo social, inúmeras decisões e ações, que antes haviam sido atribuídas à “vontade totalitária do ditador”, agora surgem como respostas *ad hoc* a múltiplas e contraditórias pressões e tensões sociais. No seu esforço para corrigir o viés estatista-monista das leituras totalitárias, no entanto, as abordagens da história social tenderam a obliterar ou subsumir, assim como Barington Moore e Theda Skocpol, a dimensão política nos processos históricos.²⁸ Ou seja, mais uma vez perdeu-se de perspectiva a *globalidade* do desenvolvimento social. No que tange à interpretação dos Estados e sociedades de tipo soviético, esses autores não se preocuparam em formular um conceito estruturador alternativo. Um autor no âmbito da história social que deu atenção a essas questões foi Moshe Lewin (1968, 1974, 1977, 1985 e 1988). Por se referenciar tão proximamente da teoria marxista, seu enfoque nos remete ao debate marxista sobre a natureza das sociedades de tipo soviético, que será analisada na segunda parte da resenha.

A Crise Teórica da “Sovietologia” e o Refúgio no Ecletismo

Quando o mundo foi sacudido pelos acontecimentos que culminaram no colapso do antigo “campo socialista” em 1989-91, o estudo sobre os Estados e sociedades de tipo soviético nos meios acadêmicos ocidentais já

se encontrava pulverizado em um grande número de perspectivas e interpretações concorrentes, evidenciando a sua própria crise teórica.

O reconhecimento da persistência de graves limitações e problemas em cada uma das perspectivas resenhadas até aqui levou muitos autores (mesmo os mais rigorosos e perspicazes) a buscar refúgio teórico no ecletismo para compor um quadro “mais completo” da realidade multilateral dos Estados e sociedades do Leste. Archie Brown, por exemplo, chegou mesmo a formular que “a realidade soviética é por demais complexa, multifacética e contraditória para ser enquadrada em uma palavra ou frase” (Brown, 1983:95). Em outros trabalhos, ele já havia defendido a complementação da “abordagem marxista” por “outros modos de análise” e a integração do “modelo da sociedade industrial” com o “conceito de totalitarismo” (Brown, 1974:31 e 41). No mesmo veio, Gabriel Almond argumentou que “uma estratégia que emprega teorias liberais e conservadoras em conjunto pode nos dar uma compreensão mais próxima de como o sistema [soviético] funciona” (Almond e Roselle, 1990:104). T. H. Rigby, por sua vez, defendeu o refinamento e a integração das abordagens “totalitária, classista e burocrática” (Rigby, 1992:318).

A questão epistemológica fundamental, no entanto, não é a das “palavras” ou “frases”, mas a necessidade de uma *sólida fundamentação teórica* para gerar conceitos capazes de captar a dinâmica de desenvolvimento da realidade social que examinam.²⁹ Por isto, a combinação de elementos de teorias contraditórias (ou mesmo antagônicas) *não produz* uma melhor compreensão das complexidades do desenvolvimento social, mas apenas confusão teórica, desmazelo metodológico e capacidade explanatória reduzida. Em outras palavras, o “atalho” do ecletismo nos conduz a um beco sem saída — continua sem solução o desafio crucial de gerar um quadro teórico coerente capaz de identificar, explicar e abarcar o desenvolvimento objetivo dos Estados e sociedades de tipo so-

viético. As interpretações desenvolvidas no âmbito da tradição do pensamento marxista tenderam a enfrentar este desafio a partir de leituras mais integradas e totalizantes das sociedades do Leste. Na segunda parte desta resenha, a ser publicada em número futuro do *BIB*, veremos se elas conseguiram se sair melhor. Confrontaremos, igualmente, as

principais leituras ocidentais e marxistas com as realidades sociais reveladas pelo colapso do antigo “campo socialista” na passagem da década de 80 para a década de 90.

(Recebido para publicação
em abril de 1994)

Notas

1. Para uma crítica teórica mais profunda dos principais paradigmas desenvolvidos no Ocidente para dar conta das sociedades de tipo soviético, sugiro a leitura, em conjunto com esta resenha, de um artigo de minha autoria recentemente publicado pela *DADOS* (Fernandes, 1994). Embora eu já tenha revisto algumas das suas conclusões, um outro artigo meu publicado na revista *Comunicação e Política* contém uma crítica teórica das principais interpretações sobre a natureza da sociedade soviética desenvolvidas no âmbito do pensamento marxista (Fernandes, 1987). Indico, ainda, um terceiro artigo que marca a evolução do meu pensamento sobre o tema à luz da implosão do bloco soviético e da própria URSS entre 1989 e 1991 (Fernandes, 1991).
2. Uma defesa mais contemporânea desta opção metodológica pode ser encontrada no trabalho de Juan Linz, “Totalitarian and Authoritarian Regimes”, onde o autor argumenta ser necessário separar conceitualmente as esferas econômica, política e social para poder formular tipologias distintas de sistemas sociais, econômicos e políticos (Linz, 1975:182).
3. Esta parte do artigo se apóia na discussão teórica desenvolvida no meu artigo para a *DADOS* (Fernandes, 1994) e reproduz alguns de seus trechos. Esta coincidência marca os pontos de cruzamento do enfoque mais vertical e profundo, desenvolvido naquele artigo, com a abordagem mais horizontal e panorâmica que caracteriza esta resenha.
4. Ver, por exemplo, Popper (1945), Talmon (1952), Fainsod (1953), Moore Jr. (1954), Neumann (1957), Bauer, Inkeles e Kluckhohn (1959), Conquest (1960), Schapiro (1960), Armstrong (1961) e Ulam (1963).
5. Ver, por exemplo, Fleron Jr. (1969), Curtis (1969) e Spiro e Barber (1970).
6. Ver, por exemplo, Kassoff (1964), Brzezinski (1967) e Friedrich (1969).
7. Ver, por exemplo, Wiatr e Przeworski (1966) e Linz (1975).
8. Basta lembrar a insistência de Ronald Reagan em caracterizar a URSS como o “império do mal”.
9. Ver, por exemplo, os estudos reunidos em Skilling e Griffiths (1971) e os trabalhos de Friedgut (1976), Kelley (1972 e 1976), Solomon (1978) e Gustafson (1981).
10. Entre estes, Black (1982), Pravda (1983), McCain (1983) e Lehmbbruch (1983).

11. Entre os trabalhos mais representativos desta abordagem estão Alfred Meyer (1961, 1965 e 1969), Allen Kassoff (1964), John Armstrong (1965) e T. H. Rigby (1973, 1976, 1980 e 1990) e Maria Hirzowicz (1980).
12. Ver a evolução das reflexões weberianas sobre este tema nos ensaios reunidos em Weber (1982).
13. Para uma discussão inteligente a este respeito, ver Deutscher (1984).
14. O próprio T. H. Rigby conclui seu esforço mais recente de “reconceitualização” do sistema soviético com apelos por uma maior integração das perspectivas totalitária, burocrática e de classes (Rigby, 1992:318).
15. Ver, por exemplo, De Gaulle (1960:68-9) e Davies (1942:341-2.)
16. Para rerepresentações mais contemporâneas desta abordagem, ver Kornai (1980, 1990), Rydenfelt (1987) e Sorman (1991).
17. Os principais expoentes desta resposta socialista foram Lange e Taylor (1938) e Dobb (1955). Para uma retomada mais recente dessa polêmica, ver Nove (1989). Uma detalhada resenha de todo o debate pode ser encontrada em Steele (1992).
18. Esse é o título que ele deu ao livro que acabou se transformando no texto fundador do credo neoliberal da segunda metade do século XX (Hayek, 1946).
19. Ver Marcuse (1958 e 1964). Para a definição e discussão do natureza do marxismo ocidental, ver Anderson (1976).
20. As analogias desta abordagem com as leituras centradas na temática da burocracia são óbvias.
21. Ver Aron (1962 e 1964). Para a qualificação e retificação, ver Aron (1983:402-03).
22. Ver, sobretudo, Meyer (1969).
23. Desenvolvo este ponto mais amplamente em Fernandes (1994).
24. Para a resenha, compilação e discussão destes debates, ver Erlich (1960) e Jones e Moskoff (1991).
25. Ver, sobretudo, Nove (1964, 1975, 1984 e 1986)
26. Mesmo a análise desenvolvida por Gershenkron — com base na sua crítica de Rostow — aponta para padrões diferentes de desenvolvimento entre países “adiantados” e “atrasados” apenas numa fase inicial, em que os últimos se defrontam com o seu atraso estrutural. Superada esta fase, eles tenderiam para um padrão comum e linear de desenvolvimento com os países avançados. Por isto mesmo, Gershenkron indicava que a União Soviética seria incapaz de continuar sustentando altos índices de crescimento econômico e industrial nos anos 60.
27. Entre os principais historiadores ocidentais que se referenciam em leituras do totalitarismo estão Leonard Schapiro (1955, 1960, 1965, 1972a e 1972b) e Robert Conquest (1960, 1971 e 1986).
28. Para uma crítica neste sentido, ver Eley (1986).
29. Discuto este ponto mais aprofundadamente em Fernandes (1994).

Bibliografia

I. Resenhas Gerais sobre os Estudos da Área Soviética no Ocidente

- Almond, Gabriel e Roselle, Laura
1990 "Model Fitting in Communism Studies", in G. Almond, *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*, Newbury, Sage Publications.
- Amman, Ronald
1986 "Searching for the Appropriate Concept of Soviet Politics", in *British Journal of Political Science*, vol. 16, n. 4.
- Bell, Daniel
1958 "Ten Theories in Search of Reality: The Prediction of Soviet Behavior", in *World Politics*, vol. 10, n. 3.
- Boffa, Giuseppe
1992 *The Stalin Phenomenon*, Ithaca, Cornell University Press.
- Brown, A. H.
1974 *Soviet Politics and Political Science*, Londres, Macmillan.
- Buckley, Mary
1993 *Redefining Russian Society and Policy*, Boulder, Westview Press.
- Desjardins, Robert
1988 *The Soviet Union Through French Eyes*, Londres, Macmillan.
- Fernandes, Luis
1994 "Conceitos Fora do Lugar: uma crítica epistemológica das principais teorias ocidentais sobre os estados socialistas do Leste", in *DADOS* vol. 37, n. 2.
- Fleron Jr., Frederic
1969 "Soviet Area Studies and the Social Sciences", in F. Fleron Jr. (ed.), *Communist Studies and the Social Sciences*, Chicago, Rand McNally & Company.
- Fleron Jr., Frederic e Hoffman, Erik (eds.)
1993 *Post-Communist Studies and Political Science*, Boulder, Westview Press.
- Hough, Jerry
1977 *The Soviet Union and Social Science Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Inkeles, Alex
1966 "Models and Issues in the Study of Soviet Society", in *Survey*, n. 60.
- Ionescu, Ghita
1972 *Comparative Communist Politics*, Londres, Macmillan.
- Kanet, Roger (ed.)
1971 *The Behavioral Revolution and Communist Studies*, Nova Iorque, The Free Press e Collier-Macmillan.
- Lane, David
1984 "The Structure of Soviet Socialism: Recent Western Theoretical Approaches", in *Insurgent Sociologist*, n. 12.
- Rigby, T. H.
1992 "Reconceptualising the Soviet System", in S. White, A. Pravda e Z. Gitelman (eds.), *Developments in Soviet and Post-Soviet Politics*, Londres, Macmillan.

Taras, Ray (ed.)
1992 *Handbook of Political Science Research on the USSR and Eastern Europe*, Westport, Greenwood Press.

II. Indicações Bibliográficas para as Leituras do Totalitarismo e Seus Críticos

- Arendt, Hannah
1949 "Totalitarian Terror", in *Review of Politics*, n. 11.
1951 *The Origins of Totalitarianism*, Nova Iorque, Harcourt & Brace.
- Armstrong, John
1961 *The Politics of Totalitarianism*, Cambridge, Harvard University Press.
- Aron, Raymond
1968 *Democracy and Totalitarianism*, Londres, Weidenfelds and Nicolson.
- Aron, Raymond, Le Pain, Marc e Mahoney, Daniel
1993 "The Essence of Totalitarianism according to Hannah Arendt", in *Partisan Review*, vol. 60, n. 3.
- Barber, Benjamin
1969 "Conceptual Foundations of Totalitarianism", in C. Friedrich, M. Curtis e B. Barber, *Totalitarianism in Perspective: Three Views*, Londres, Pall Mall Press.
- Bauer, R., Inkeles, A. e Kluckhohn, C.
1959 *How the Soviet System Works*, Cambridge, Harvard University Press.
- Beilharz, Peter, Robinson, Gillian, e Rundell, John (eds.)
1992 *Between Totalitarianism and Postmodernity: a Thesis Eleven Reader*, Cambridge, MIT Press.
- Besançon, Alain
1976 *Court Traité de Sovietologie à l'Usage des Autorités Civiles, Militaires et Religieuses*, Paris, Hachette.
1980 "L'Empire Russe et la Domination Sovietique", in M. Duverger, *Le Concept d'Empire*, Paris, Presses Universitaires de France.
1981 *Anatomie d'un Spectre: l'Economie Politique du Socialisme Réel*, Paris, Calmann-Levy.
- Birou, Alain
1982 *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.
- Brzezinski, Zbigniew
1967 *Ideology and Power in Soviet Politics*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
1989 *The Grand Failure*, Londres, Macdonald.
- Castoriadis, Cornelius
1985a "Os Domínios do Totalitarismo", in C. Castoriadis, *Os Domínios do Totalitarismo & Outros Escritos*, Porto Alegre, L&PM.
- Chamberlin, William
1935:b "Russia and Germany — Parallels and Contrasts", in *Atlantic Monthly*, vol. 156, n. 3.
- Conquest, Robert
1960 *Power and Policy in the USSR*, Londres, Macmillan.
1971 *The Great Terror: Stalin's Purges of the Thirties*, Harmondsworth, Penguin.

- 1986 *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror Famine*, Londres, Hutchinson.
- Curtis, Michael
 1969 "Retreat from Totalitarianism", in C. Friedrich, M. Curtis e B. Barber, *Totalitarianism in Perspective: Three Views*, Londres, Pall Mall Press.
- D'Encausse, Helene Carrere
 1982 *Confiscated Power: How Soviet Society Really Works*, Nova Iorque, Harper and Row.
- 1985 "L'URSS ou le Totalitarisme Exemplaire", in M. Grawitz e J. Leca (eds.), *Traité de Science Politique — Vol. 2: Les Regimes Politiques Contemporains*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Dahrendorf, Ralf
 1988 "Totalitarianism Revisited", in *Partisan Review*, vol. 55, n. 4.
- Daniels, Robert (ed.)
 1972 *The Stalin Revolution: Foundations of Soviet Totalitarianism*, Lexington, Heath.
- Fainsod, Merle
 1953 *How Russia is Ruled*, Cambridge, Harvard University Press.
- Fehér, Ferenc e Heller, Agnes (eds.)
 1987 *Western Left, Eastern Left: Totalitarianism, Freedom and Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Fernandes, Rubens César
 1990 "O Fim do 'Outro Mundo' Socialista", in *Caderno de Idéias do Jornal do Brasil*, edição de 12 de agosto.
- Florinsky, M.
 1936 *Fascism and National Socialism: a Study of the Economic and Social Policies of the Totalitarian State*, Nova Iorque, editora não especificada.
- Friedrich, Carl
 1969 "The Evolving Theory and Practice of Totalitarian Regimes", in C. Friedrich, M. Curtis e B. Barber, *Totalitarianism in Perspective: Three Views*, Londres, Pall Mall Press.
- Friedrich, Carl e Brzezinski, Zbigniew
 1965 *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- Gleason, Abbott
 1984 "Totalitarianism in 1984", in *The Russian Review*, vol. 43, n. 2.
- Hayes, C. J. H.
 1940 "The Novelty of Totalitarianism in the History of Western Civilization", *Proceedings of the American Philosophical Society*, November 1939, Filadélfia, APS.
- Hosking, Geoffrey
 1990 *The Awakening of the Soviet Union*, Cambridge, Harvard University Press.
- Kassoff, Allen
 1964 "The Administered Society: Totalitarianism Without Terror", in *World Politics*, vol. 16, n. 4.
- Lefort, Claude
 1981 *L'Invention Démocratique: Les Limites de la Domination Totalitaire*, Paris, Fayard.

- Linz, Juan
1975 "Totalitarian and Authoritarian Regimes", in F. Greenstein e N. Polsby (eds.), *Handbook of Political Science — Volume 3: Macropolitical Theory*, Reading, Addison-Wesley.
- Marcuse, Herbert
1958 *Soviet Marxism: a Critical Analysis*, Nova Iorque, Columbia University Press.
1964 *One Dimensional Man*, Boston, Beacon.
- Menze, Ernest (ed.)
1981 *Totalitarianism Reconsidered*, Port Washington, Kennikat Press.
- Moore Jr., Barrington
1954 *Terror and Progress. USSR*, Cambridge, Harvard University Press.
- Morin, Edgar
s.d. "A Revolução Anti-Totalitária", in E. Morin, G. Bocchi e M. Ceruti, *Os Problemas do Fim do Século*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Motyl, Alexander
1987 *Will the Non-Russians Rebel?*, Ithaca, Cornell University Press.
- Motyl, Alexander (ed.)
1992 *The Post-Soviet Nation: Perspectives on the Demise of the USSR*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Neumann, Franz
1957 *The Democratic and the Authoritarian State: Essays in Political and Legal Theory*, Glencoe, Free Press.
- Paul, Ellen Frank (ed.)
1990 *Totalitarianism at the Crossroads*, New Brunswick, Transaction Books.
- Popper, Karl
1945 *The Open Society and Its Enemies*, Londres, Kegan Paul.
- Revel, Jean-François
1978 *The Totalitarian Temptation*, Nova Iorque, Penguin Books.
- Russell, Bertrand
1938 *Power: a New Social Analysis*, Londres, George Allen & Unwin.
- Sartori, Giovanni
1993 "Totalitarianism, Model Mania and Learning from Error", in *Journal of Theoretical Politics*, vol. 5, n. 1.
- Schapiro, Leonard
1955 *The Origin of Communist Autocracy: Political Opposition in the Soviet State, 1917-1922*, Londres, Bell.
1960 *The Communist Party of the Soviet Union*, Nova Iorque, Vintage Books.
1965 *The Government and Politics of the Soviet Union*, Londres, Hutchinson.
1972a "Totalitarianism in the Doghouse", in L. Schapiro (ed.), *Political Opposition in One Party States*, Londres, Macmillan.
1972b *Totalitarianism*, Londres, Macmillan.
- Schapiro, Leonard e Godson, Joseph (eds.)
1981 *The Soviet Worker*, Londres, Macmillan.
- Spiro, H. J.
1968 "Totalitarianism", in D. Sills (ed.), *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Nova Iorque, Free Press.

- Spiro, H. J. e Barber, B.
1970 "Counter-Ideological Uses of *Totalitarianism*", in *Politics and Society*, vol. 1, n. 1.
- Talmon, J. L.
1952 *The Rise of Totalitarian Democracy*, Boston, Beacon Press.
- Ulam, Adam
1963 *The New Face of Soviet Totalitarianism*, Cambridge, Harvard University Press.
- Whitfield, Stephen
1980 *Into the Dark: Hannah Arendt and Totalitarianism*, Philadelphia, Temple University Press.
- Wiatr, Jerzy e Przeworski, Adam
1966 "Control Without Opposition", in *Government and Opposition*, vol. 1, n. 2.
- Zinoviev, Alexander
198 *The Reality of Communism*, Londres, Gollancz.

III. Indicações Bibliográficas para as Leituras do Pluralismo e Seus Críticos

- Barnard, F. M.
1991 *Pluralism, Socialism and Political Legitimacy: Reflections on Opening Up Communism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Biddulph, H. L.
198 "Local Interest Articulation at CPSU Congresses", in *World Politics*, vol. 34, n. 1.
- Brown, A. H.
1983 "Pluralism, Power and the Soviet Political System: a Comparative Perspective", in S. G. Solomon (ed.), *Pluralism in the Soviet Union*, Londres, Macmillan.
- Brucan, Silviu
1990 *Pluralism and Social Conflict: a Social Analysis of the Communist World*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- Fainsod, Merle e Hough, Jerry
1979 *How the Soviet Union is Governed*, Cambridge, Harvard University Press.
- Friedgut, Theodore
1976 "Interest Groups in Soviet Policy-Making: the MTS Reforms", in *Soviet Studies*, vol. 28, n. 4.
1979 *Political Participation in the USSR*, Princeton, Princeton University Press.
- Gustafson, T.
1981 *Reform in Soviet Politics: Lessons of Recent Policies on Land and Water*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hammer, D.,
1974 *USSR: the Politics of Oligarchy*, Hinsdale, Dryden.
- Hammer, D.
1979 *Bureaucratic Pluralism*, Moscou, mimeo.
- Hough, Jerry
1983 "Pluralism, Corporatism and the Soviet Union", in S. Solomon (ed.), *Pluralism in the Soviet Union*, Londres, Macmillan.

- Janos, Andrew
 1971 "Group Politics in Communist Societies: a Second Look at the Pluralist Model", in S. P. Huntington e C. H. Moore, *Authoritarian Politics in Modern Society: the Dynamics of Established One-Party Systems*, Nova Iorque, Basic Books.
- Kelley, D. R.
 1972 "Interest Groups in the USSR: the Impact of Political Sensitivity on Group Influence", in *The Journal of Politics*, vol. 34, n. 3.
 1976 "Environmental Policy-Making in the USSR: the Role of Industrial and Environmental Groups", in *Soviet Studies*, vol. 28, n. 4.
- Littlejohn, Gary
 1984 *A Sociology of the Soviet Union*, Londres, Macmillan.
- Lowenhardt, J. S.
 1981 *Decision-Making in Soviet Politics*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- Odom, W. E.
 1976 "A Dissenting View on the Group Approach to Soviet Politics", in *World Politics*, vol. 28, n. 4.
- Skilling, H. Gordon
 1967 "Interest Groups and Communist Politics", in *World Politics*, vol. 19, n. 2.
- Skilling, H. Gordon e Griffiths, F.(eds.)
 1971 *Interest Groups in Soviet Politics*, Princeton, Princeton University Press.
- Solomon Jr., Peter H.
 1978 *Soviet Criminologists and Criminal Policy: Specialists in Soviet Policy-Making*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Truman, David
 1971 *The Governmental Process*, Nova Iorque, Knopf (originalmente publicado em 1951).

IV. Indicações Bibliográficas para as Leituras do Corporativismo e Seus Críticos

- Black, Cyril
 1982 "Organizational Participation in Imperial Russia and the Soviet Union", trabalho apresentado à *American Association for the Advancement of Slavic Studies*, Washington D. C.
- Bunce, Valerie
 1983 "The Political Economy of the Brejnev Era: the Rise and Fall of Corporatism", in *British Journal of Political Science*, vol. 13, Parte 2.
- Bunce, Valerie e Echols III, John
 1980 "Soviet Politics in the Brezhnev Era: 'Pluralism' or 'Corporatism'", in Donald R. Kelley (ed.), *Soviet Politics in Brezhnev Era*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- Cawson, Alan
 1983 "Functional Representation and Democratic Politics: Towards a Corporatist Democracy", in G. Duncan (ed.), *Democratic Theory and Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Lehmbruch, Gerhard
 1983 "Interest Group Intermediation in Capitalist and Socialist Systems: Some Structural and Functional Perspectives in Comparative Research", in *International Political Science Review*, vol. 4, n. 2.
- McCain Jr., M. A.
 1983 "Soviet Jurists Divided: a Case for Corporatism in the USSR?", in *Comparative Politics*, vol. 15, n. 4.
- Offe, Claus
 1989 "A atribuição de *status* Público aos Grupos de Interesse" in Claus Offe, *Capitalismo Desorganizado*, São Paulo, Brasiliense.
- Pravda, A.
 1983 "Trade Unions in East European Communist Systems: Towards Corporatism?", in *International Political Science Review*, vol. 4, n. 2.
- Sakwa, Richard
 1989 *Soviet Politics: an Introduction*, Londres, Routledge.
- Schmitter, Phillippe C.
 1974 "Still the Century of Corporatism?", in *Review of Politics*, vol. 36, n. 1.

V. Indicações Bibliográficas para as Leituras da Burocracia e Seus Críticos

- Armstrong, John
 1965 "Sources of Administrative Behavior: Some Soviet and Western European Comparisons", in *American Political Science Review*, vol. 59, n. 3.
- Cohen, Stephen
 1977 "Bolshevism and Stalinism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, Nova Iorque, Norton.
- Deutscher, Isaac
 1984 "The Roots of Bureaucracy", in I. Deutscher, *Marxism, Wars & Revolutions*, Londres, Verso.
- Hirszowicz, Maria
 1980 *The Bureaucratic Leviathan: a Study in the Sociology of Communism*, Londres, Martin Robertson.
- Hirszowicz, Maria
 1986 *Coercion and Control in Communist Society*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- Meyer, Alfred
 1961 "USSR Incorporated", in *Slavic Review*, vol. XX, No. 3.
 1965 *The Soviet Political System*, Nova Iorque, Random House.
 1969 "The Comparative Study of Communist Political Systems", in F. Fleron Jr. (ed.), *Communist Studies and the Social Sciences*, Chicago, Rand McNally & Company.
- Michels, Robert
 1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*, Brasília, Editora da UNB.
- Nove, Alec
 1975a *Stalinism and After*, Londres, Allen & Unwin.

- Rigby, T. H.
 1973 "Bureaucratic Politics: an Introduction", in *Public Administration*, vol. 32, n. 1.
 1976 "Politics in the Mono-organizational Society", in A. Janos (ed.), *Authoritarian Politics in Communist Europe*, Berkeley, University of California Press.
 1980 "A Conceptual Approach to Authority, Power and Policy in the Soviet Union", in T. H. Rigby, A. Brown e P. Reddaway (eds.), *Authority, Power and Policy in the USSR*, Londres, Macmillan.
 1990 *The Changing Soviet System: Mono-organisational Socialism from its Origins to Gorbachev's Restructuring*, Hants, Edward Elgar.
- Rigby, T. H. e Fehér, Ferenc (eds.)
 1982 *Political Legitimation in Communist States*, Londres, Macmillan.
- Weber, Max
 1982 *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

VI. Indicações Bibliográficas para as Leituras Centradas na Cultura Política

- Almond, Gabriel e Verba, Sydney
 1963 *The Civic Culture*, Princeton, Princeton University Press.
- Berdiaev, Nicholas
 1937 *The Origin of Russian Communism*, Londres, Bles.
 1948 *The Russian Idea*, Nova Iorque, editora não especificada.
 1966 *The Russian Revolution*, Michigan, University of Michigan Press.
- Brown, Archie e Gray, Jack (eds.)
 1977 *Political Culture and Political Change in Communist States*, Londres, Macmillan.
- Davies, Joseph
 1942 *Missão em Moscou*, Rio de Janeiro, Editorial Calvino.
- De Gaulle, Charles
 1960 *The War Memoirs: Salvation, 1944-46*, Nova Iorque, editora não especificada.
- Huntington, Samuel
 1968 *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press.
 1993 "The Clash of Civilizations", in *Foreign Affairs*, Summer.
- Kavanagh, Dennis
 1972 *Political Culture*, Londres, Allen & Unwin.
 1980 *Political Science and Political Behaviour*, Londres, Allen & Unwin
- Miliukov, Pavel
 1927 *Rossia na Perelome*, Paris, editora não especificada.
- Montesquieu, Barão de
 1950-61 *L'Esprit des Lois*, 4 volumes. Paris, Les Belles-Lettres.
- Pye, Lucian e Verba, Sydney
 1965 *Political Culture and Political Development*, Princeton, Princeton University Press.
- Timashev, Nicholas
 1946 *The Great Retreat: the Growth and Decline of Communism in Russia*, Nova Iorque, editora não especificada.

- Tocqueville, Alexis de
 1945 *Democracy in America*, 2 volumes., Nova Iorque, Alfred A. Knopf.
- Tucker, Robert
 1971 *The Soviet Political Mind: Stalinism and Post-Stalin Change*, Nova Iorque, Norton.
 1977 "Introduction: Stalinism and Comparative Communism", in R. C. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, Nova Iorque, Norton & Company.
 1985 "Lenin's Bolshevism as Culture in the Making", in A. Gleason, P. Kenez e R. Stites, *Bolshevik Culture*, Bloomington, Indiana University Press.
 1987 "Culture, Political Culture and Soviet Studies", in R. C. Tucker, *Political Culture and Leadership in Soviet Russia: from Lenin to Gorbachev*, Sussex, Wheatsheaf Books.
- White, Stephen
 1979 *Political Culture and Soviet Politics*, Londres, Macmillan.

VII. Indicações Bibliográficas para as Leituras sobre a
 Economia Planificada de Comando e Seus Críticos

- Blackburn, Robin
 1991 "Fin de Siècle: Socialism After the Crash", in R. Blackburn (ed.), *After the Fall*, Londres, Verso.
- Bettelheim, Charles
 1972 *Cálculo Económico y Formas de Propriedad*, Madrid, Siglo Veintiuno.
 1977 *A Planificação Socialista da Economia*, Lisboa, Edições 70.
- Dobb, Maurice
 1955 *Economic Theory and Socialism*, Nova Iorque, International Publishers.
 1978 *Soviet Economic Development since 1917*, Londres, Routledge & Kegan Paul (publicado originalmente em 1948).
- Hayek, Friedrich von
 1935a "The Nature and History of the Problem", in F. Hayek (ed.), *Collectivist Economic Planning*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
 1935b "The present state of debate", in F. Hayek (ed.), *Collectivist Economic Planning*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
 1940 "Socialist Calculation: the Competitive Solution", in *Economica*, maio, número não especificado.
 1946 *O Caminho da Servidão*, Rio de Janeiro, Editora Globo.
 1948 *Individualism and Economic Order*, Londres, editora não especificada.
- Jones, A. e Moskoff, W. (eds.)
 1991 *The Great Market Debate in Soviet Economics*, Armonk, M. E. Sharpe.
- Kalecki, Michal
 1972 *Selected Essays on the Economic Growth of the Socialist and Mixed Economy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kornai, Janos
 1980 *Economics of Shortage*, Amsterdão, North Holland Publishing Company.
 1990 *Vision and Reality, Market and State*, Nova Iorque, Harvester Wheatsheaf.

- Lange, Oskar e Taylor, F.
 1938 *On the Economic Theory of Socialism*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Mises, Ludwig von
 1935 "Economic calculation in the socialist commonwealth", in F. Hayek (ed.), *Collectivist Economic Planning*, Londres, Routledge and Kegan Paul (originalmente publicado em 1920).
 1978 *Omnipotent Government: the Rise of the Total State and Total War*, Nova Rochelle, Arlington House (originalmente publicado em 1944).
 1981a *Socialism: an Economic and Sociological Analysis*, Indianapolis, Liberty Press (originalmente publicado em 1922).
 1981b *The Anti-Capitalist Mentality*, South Holland, Libertarian Press (originalmente publicado em 1956).
 1986 *As Seis Lições*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Nove, Alec
 1989 *A Economia Política do Socialismo Possível*. São Paulo, Editora Ática.
- Polanyi, Karl
 1980 *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Editora Campus (publicado originalmente em 1944).
- Rydenfelt, Sven
 1987 *Crise nas Economias Socialistas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Sorman, Guy
 1991 *Sair do Socialismo*, Rio de Janeiro, Instituto Liberal.
- Steele, David Ramsay
 1992 *From Marx to Mises*, La Salle, Open Court.

VIII. Indicações Bibliográficas para as Teorias da Convergência e Seus Críticos

- Aron, Raymond
 1962 *Dix-huit Leçons sur la Société Industrielle*, Paris, Gallimard.
 1964 *La Lutte de Classes — Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles*, Paris, Gallimard.
 1983 *Mémoires — 50 Ans de Réflexion Politique*, Paris, Julliard.
- Bell, Daniel
 1977 *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*, São Paulo, Editora Cultrix.
- Burnham, Peter
 1941 *The Managerial Revolution*, Nova Iorque, John Day.
- Duverger, Maurice
 1956 "La Seconde Etape", *Le Monde*, 28 de junho.
 1964 *Introduction a la Politique*, Paris, Gallimard.
 1972 *Janus, Les Deux Faces d l'Occident*, Paris, Fayard.
- Lane, David
 1970 *Politics and Society in the USSR*, Londres, Weidenfield and Nicholson.
 1978 *The Socialist Industrial State*, Londres, George Allen & Unwin.

1982 *The End of Social Inequality: Class, Status and Power under State Socialism*, Londres, George Allen & Unwin.

Meyer, Alfred

1970 "Theories of Convergence", in C. Johnson (ed.), *Change in Communist Systems*, Stanford, Stanford University Press.

Sorokin, P.

1947 *Society, Culture and Personality, Their Structure and Dynamics*, Nova Iorque, Cooper.

IX. Indicações Bibliográficas para as Teorias da Modernização e do Desenvolvimento

Almond, Gabriel e Coleman, James

1960 *The Politics of Developing Areas*, Princeton, Princeton University Press.

Almond, Gabriel e Powell, G. Bingham

1978 *Comparative Politics: System, Process and Policy*, Boston, Little Brown.

Benjamin, Roger e Kautsky, John

1969 "Communism and Economic Development", in F. Fleron Jr. (ed.), *Communist Studies and the Social Sciences*, Chicago, Rand McNally & Company.

Black, Cyril (ed.)

1960 *The Transformation of Russian Society: Aspects of Social Change since 1861*, Cambridge, Harvard University Press.

Buroway, Michael

1992 "The End of Sovietology and the Renaissance of Modernization Theory", in *Contemporary Sociology*, vol. 21, n. 6.

Erlich, Alexander

1960 *The Soviet Industrialization Debate, 1924-1928*, Cambridge, Harvard University Press.

Gershenkron, Alexander

1973 *El Atraso Económico en su Perspectiva Historica*, Barcelona, Editora Ariel (publicado originalmente em 1962).

Hoffman, P. e Laird, R.

1982 *The Politics of Economic Modernization in the Soviet Union*, Ithaca, Cornell University Press.

Inkeles, Alex e Smith, David

1974 *Becoming Modern*, Cambridge, Harvard University Press.

Kautsky, John

1968 *Communism and the Politics of Development*, Nova Iorque, John Wiley.

Laue, Theodor von

1960 "The State and the Economy", in C. Black (ed.), *The Transformation of Russian Society: Aspects of Social Change since 1861*, Cambridge, Harvard University Press.

1963 *Sergei Witte and the Industrialization of Russia*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Nove, Alec

1986 *Socialism, Economics and Development*, Londres, Allen & Unwin.

- Rostow, Walt
 1953 *The Process of Economic Growth*, Oxford, Clarendon Press.
 1960 *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, Harvard University Press.
 Triska, J. e Cocks, P. (eds.)
 1977 *Political Development in Eastern Europe*, Nova Iorque, Praeger Publishers.

X. Indicações Bibliográficas para as Leituras Baseadas no Estrutural-Funcionalismo e Seus Críticos

- Almond, Gabriel
 1956 "Comparative Political Systems", in *Journal of Politics*, vol. 18.
 Almond, Gabriel e Powell, G. Bingham
 1966 *Comparative Politics: a Developmental Approach*, Boston, Little Brown.
 Aspaturian, Vernon
 1971 *Process and Power in Soviet Foreign Policy*, Boston, Little Brown.
 Barghoorn, Frederic
 1966 *Politics in the USSR*, Boston, Little Brown.
 Easton, David
 1965 *A Systems Analysis of Political Life*, Nova Iorque, John Wiley.
 Gehlen, Michael
 1986 *The Communist Party of the Soviet Union: a Functional Analysis*, Bloomington, Indiana University Press.
 Lane, David
 1986 *Politics in the USSR*, Boston, Little Brown.
 Oliver, James
 1969 "Citizen Demands and the Soviet Political System", in *World Politics*, vol. 63, n. 2.

XI. Indicações Bibliográficas para os Enfoques da História Econômica, Sociologia Histórica e História Social

- Benvenuti, Francesco
 1988 *Fuoco sui Sabotatori! Stachonovismo e Organizzazione Industriale in URSS: 1934-1938*, Roma, Valerio Levi Editore.
 Benvenuti, Francesco e Pons, Silvio
 1988 *Il Sistema di Potere dello Stalinismo: Partito e Stato in URSS: 1933-1953*, Milão, Franco Angeli Libri.
 Bettelheim, Charles
 1974-83 *Les Luttes de Classes en URSS*, Paris, Maspéro/Seuil, 4 volumes.
 Carr, E. H.
 1966 *The Bolshevik Revolution, 1917-1923*, Harmondsworth, Penguin Books, 3 volumes.
 1969 *The Interregnum, 1923-1924*, Harmondsworth, Penguin Books.

- 1970-72 *Socialism in One Country, 1924-1926*, Harmondsworth, Penguin, 3 volumes.
- Carr, E. H., e Davies, R. W.
 1971-74 *Foundations of a Planned Economy, 1926-1929*, Harmondsworth, Penguin Books, 3 volumes.
- Chase, William J.
 1987 *Workers, Society and the Soviet State: Labor and Life in Moscow, 1918-1929*, Urbana, University of Illinois Press.
- Cohen, Stephen
 1986 "Stalin's Terror as Social History", in *The Russian Review*, Vol. 45, No. 4.
- Davies, R., Harrison, Mark e Wheatcroft, S. (eds.)
 1994 *The Economic Transformation of the Soviet Union*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Eley, Geoff
 1986 "History With the Politics Left Out — Again?", in *The Russian Review*, vol. 45, n. 4.
- Fitzpatrick, Sheila
 1970 *The Commissariat of Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press.
 1979 *Education and Social Mobility in the Soviet Union, 1921-1934*, Cambridge, Cambridge University Press.
 1982 *The Russian Revolution*, Oxford, Oxford University Press.
 1986a "New Perspectives on Stalinism", in *The Russian Review*, Vol. 45, No. 4.
 1986b "Afterword: Revisionism Revisited", in *The Russian Review*, Vol. 45, No. 4.
- Getty, J. Arch
 1985 *Origins of the Great Purges*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kenez, Peter
 1986 "Stalinism as Humdrum Politics", in *The Russian Review*, vol. 45, n. 4.
- Koenker, D. (ed.)
 1989 *Party, State and Society in the Russian Civil War: Explorations in Social History*, Bloomington, Indiana University Press.
- Kuromiya, Horoaki
 1988 *Stalin's Industrial Revolution: Politics and Workers: 1928-1932*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lampert, Nick e Rittersporn, Gábor (eds.)
 1992 *Stalinism: Its Nature and Aftermath*, Londres, Macmillan.
- Lewin, Moshe
 1968 *Russian Peasants and Soviet Power: a Study of Collectivization*, Londres, Allen and Unwin.
 1974 *Political Undercurrents in Soviet Economic Debates*, Princeton, Princeton University Press.
 1977 "The Social Background of Stalinism", in R. C. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, Nova Iorque, Norton & Company.
 1985 *The Making of the Soviet System: Essays in the Social History of Interwar Russia*, Nova Iorque, Pantheon Books
 1988 *O Fenômeno Gorbachev*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

- Lewin, Moshe e Kihm, Alain
 1982 "Aux Prises avec le Stalinisme: Quelques Reflexiones Historiques", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 43.
- Manning, Roberta
 1985 *Government in the Soviet Countryside in the Stalinist Thirties: The Case of the Delvi Raion in 1937*, Pittsburgh, University of Pittsburgh.
- Mcauley, Mary
 1991 *Bread and Justice: State and Society in Petrograd, 1917-1922*, Oxford, Oxford University Press.
- Meyer, Alfred
 1986 "Coming to Terms with the Past... and with One's Older Colleagues", in *The Russian Review*, Vol. 45, No. 4.
- Moore Jr., Barrington
 1966 *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Cambridge, Harvard University Press.
- Nove, Alec
 1977 *The Soviet Economic System*, Boston, Allen & Unwin.
 1984 *An Economic History of the USSR*, Middlesex, Penguin Books.
- Rittersporn, Gábor (ed.)
 1988 *Simplifications Staliniennes et Complications Soviétiques: Tensions Sociales et Conflicts Politiques en URSS, 1928-1953*, Paris, Editions des Archives Contemporaines.
- Rosenberg, William e Siegelbaum, Lewis (eds.)
 1993 *Social Dimensions of Soviet Industrialization*, Bloomington, Indiana University Press.
- Siegelbaum, Lewis H.
 1988 *Stakhanovism and the Politics of Productivity in the USSR, 1935-1941*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Skocpol, Theda
 1979 *States and Social Revolutions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Viola, Lynne
 1987 *The Best Sons of the Fatherland: Workers in the Vanguard of Soviet Collectivization*, Oxford, Oxford University Press.

XII. Indicações Bibliográficas Gerais

- Amin, Samir
 1992 "Thirty Years of Critique of the Soviet System", in *Monthly Review*, vol. 44, n. 1.
- Anderson Perry
 1976 *Considerations on Western Marxism*, Londres, Verso.
- Arnason, Johann
 1993 *The Future that Failed: Origins and Destinies of the Soviet Model*, Londres, Routledge.
- Batsell, W.
 1934 *Soviet Rule in Russia*, Londres, Macmillan.

- Chamberlin, William
 1930 *Soviet Russia*, Boston, Little, Brown.
 1935a *The Russian Revolution, 1917-1921*, editora não especificada.
- Cohen, Stephen,
 1980 *Bukharin and the Bolshevik Revolution*, Oxford, Oxford University Press.
- Elleinstein, Jean
 1975 *L'URSS Contemporaine — Histoire de l'URSS*, Paris, Editions Sociales, vol. 4.
- Elleinstein, Jean e Latham, Peter
 1976 *The Stalin Phenomenon*, Londres, Lawrence and Wishart.
- Fernandes, Luis
 1987 "O Marxismo e o Debate sobre a Natureza da Sociedade Soviética", in *Comunicação e Política*, vol. 1, n. 7.
 1991 "Sobre a Natureza das Sociedades do Leste", in *Princípios*, No. 23.
- Gide, André
 1936 *Return from the USSR*, editora não especificada.
- Gill, Graeme
 1990 *The Origins of the Stalinist Political System*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Harding, Neil (ed.)
 1984 *The State in Socialist Society*, Londres, Macmillan.
- Harper, Samuel
 1938 *The Government of the Soviet Union*, Nova Iorque, D. Van Nostrand.
- Ionescu, Ghita
 1967 *The Politics of East European States*, Londres, Wedenfeld and Nicholson.
- Johnson, Chalmers
 1970 "Comparing Communist Nations", in C. Johnson (ed.), *Change in Communist Systems*, Stanford, Stanford University Press.
- Johnson, Hewlett
 1940 *The Soviet Power*, Nova Iorque, International Publishers.
- Lane, David (ed.)
 1992 *Russia in Flux: the Political and Social Consequences of Reform*, Londres, Edward Elgar.
- Laquer, Walter
 1964 "In Search of Russia", in *Survey*, No. 50.
- Maxwell, B.
 1930 *The Soviet State*, Topeka, Steves and Wayburn.
- Mcauley, Martin
 1983 *Stalin and Stalinism*, Harlow, Longman, 1983.
- Mcauley, Mary
 1992 *Soviet Politics, 1917-1991*, Oxford, Oxford University Press.
- Medvedev, Roy
 1979 *On Stalin and Stalinism*, Oxford, Oxford University Press.
- Meyer, Alfred
 1989 "The Origins of Stalinism: a Review Article", in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 31, n. 1.

- Mills, C. Wright.
1956 *The Power Elite*, Londres, Oxford University Press.
- Nove, Alec
1964 *Economic Rationality and Soviet Politics: Was Stalin Really Necessary*, Londres, Allen & Unwin.
1975b "Is There a Ruling Class in the USSR?", in *Soviet Studies*, vol. 27, n. 4.
- Reiman, Michal
1987 *The Birth of Stalinism: the USSR on the Eve of the "Second Revolution"*, Bloomington, Indiana University Press.
- Sartori, Giovanni
1970 "Concept Misformation in Comparative Politics", in *American Political Science Review*, vol. 64, n. 4.
- Sinkovics, Alfred
1991 "Feudal State Socialism and the Theory of Scientific Socialism", in *Coexistence*, Vol. 28, No. 3.
- Tucker, Robert
1967 "On the Comparative Study of Communism", in *World Politics*, vol. 19, n. 2.
- Webb, Sidney e Webb, Beatrice
1935 *Soviet Communism: a New Civilization*, Londres, Longmans.
- White, Stephen e Nelson, Daniel (eds.)
1982 *Communist Legislatures in Comparative Perspective*, Londres, Macmillan.
- Zaslavsky, Victor
1984 "Soviet Society and the World Systems Analysis", in *Telos*, n. 62.

Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola Uma Revisão Temática *

Julia S. Guivant

Introdução

Uma nova proposta científica está sendo construída nos últimos anos nas Ciências Sociais, assumindo que os recursos naturais do planeta são finitos e sujeitos a sérias degradações, o que estabelece os limites dentro dos quais planejar o crescimento econômico e o bem-estar dos seres humanos. Nesta proposta, os processos sociais passam a ser estudados no contexto maior da biosfera, considerando-se que as práticas humanas deliberadas têm afetado o meio ambiente e provocado efeitos negativos não previstos.

Particularmente, as pesquisas sobre agricultura também passaram a contar com novas agendas, colocando-se a problemática ambiental, vista de uma ótica social, como central para a análise. As críticas ao modelo agrícola dominante confluem em apontar a necessidade de sua transformação, assumindo-se a impossibilidade de satisfazer simultaneamente os objetivos de aumento de produtividade e sustentabilidade agrícola, conceito utilizado com frequência atualmente, embora não exista uma homogeneidade em relação a seu significado.

Neste artigo analiso fundamentalmente três questões. Uma refere-se à importância da agricultura sustentável e a como a Sociologia Rural no Brasil tem considerado limitadamente esta temática. A segunda é relativa

a alguns debates centrais sobre sustentabilidade agrícola que atravessam as Ciências Sociais, como os referentes à sua própria definição, à sua viabilidade econômica, ao perfil dos potenciais adotantes, aos obstáculos e requisitos para sua difusão e adoção e às características de um processo de transição para a agricultura sustentável. A bibliografia norte-americana é uma referência fundamental, dada a grande atenção que tem sido dedicada ao tema da sustentabilidade pela Sociologia Rural nos EUA.

A terceira questão que considero são alguns limites teóricos dessas pesquisas, que tendem a permanecer balizadas por pressupostos empiricistas no que se refere à conceitualização do ator social — o agricultor. Da complexa rede de fatores dos quais depende a difusão e adoção de práticas agrícolas sustentáveis, aponto a contribuição de certas teorias sociológicas e antropológicas para a análise das representações sociais dos agricultores. A consideração das formas como estes, enquanto grupo social, estruturam cognitivamente suas práticas agrícolas e legitimam a adoção e implementação da tecnologia convencional pode contribuir para integrar a pesquisa social e as possibilidades de intervenção social para a difusão de práticas agrícolas sustentáveis, abrindo novos cami-

* Este artigo é uma versão modificada do trabalho "A Agricultura Sustentável desde a Perspectiva das Ciências Sociais", publicado em Ilse Scherer-Warren *et al.*, *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez/UFSC, 1994 (no prelo).

nhos para uma Sociologia do Meio Ambiente Rural.

Impactos Sócio-Ambientais da Agricultura Moderna

As descobertas englobadas na Revolução Verde foram vistas como panacéias para resolver o drama da fome mundial. Efetivamente, entre 1950 e 1985 a Revolução Verde foi a principal responsável, junto com a expansão da base de produção, pelo aumento da produção mundial de cereais, que superou o aumento da população mundial, passando de quase 700 milhões de toneladas para mais de 1,8 bilhão de toneladas, com uma taxa de crescimento anual de 2,7% (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988). No Brasil, a chamada "modernização conservadora" difundiu-se também a partir dos anos 60, quando estabeleceram-se as condições políticas para a implantação exitosa deste modelo agrícola (Sorj, 1980).

O crescimento da produtividade não foi, contudo, homogêneo, diferenciando-se significativamente segundo as regiões, o que contribuiu para o aprofundamento das defasagens nos processos de desenvolvimento. As altas taxas de produtividade foram conseguidas com um estímulo às monoculturas e à mecanização de alto consumo energético (FAO, 1989). Não se considerava o custo dos insumos (máquinas, fertilizantes, pesticidas e combustíveis) como um problema significativo (Sachs, 1987), o que acabou prejudicando os pequenos produtores rurais, já afetados desfavoravelmente, em especial quando suas terras não eram aptas para a adoção das inovações. Os problemas ocasionados pela agricultura moderna, porém, não se devem exclusivamente a uma tecnologia inadequada, mas também ao tipo de políticas públicas que acompanhou sua difusão, destacando apenas a importância do crescimento econômico.

As altas taxas de produtividade obtidas com este modelo de produção intensiva tiveram, como contrapartida, graves conseqüências socioeconômicas que, já no início de sua

difusão, passaram a ser denunciadas, fundamentalmente nos países periféricos: agravamento do quadro de pobreza, proletarização, êxodo rural e crescimento descontrolado das metrópoles. Em anos recentes, passou-se a reconhecer também o impacto ambiental deste tipo de desenvolvimento: deterioração dos solos produtivos, contaminação das vertentes hídricas, devastação das florestas, desertificação dos solos e perda dos recursos genéticos. A isto somam-se problemas de saúde pública, ocasionados pelos riscos decorrentes do uso de insumos químicos, que afetam tanto os agricultores como os consumidores dos alimentos.

Quando as culturas são plantadas em sistema de monocultivo, fertilizadas sinteticamente todos os anos, trabalhadas mecanicamente de forma intensiva, sem possibilidades de que a terra recupere sua fertilidade pelo pousio ou cultivo de leguminosas, por exemplo, o equilíbrio dos solos perde-se gradativamente. A redução da matéria orgânica diminui a capacidade dos solos de retenção de umidade, o que, por sua vez, ocasiona uma cadeia de efeitos, tornando-os estéreis e secos, duros e compactos, e obrigando os produtores agrícolas a usar máquinas poderosas mas que, finalmente, acabam deteriorando-os cada vez mais. Na medida em que os solos perdem a capacidade de absorção, os insumos químicos aplicados acabam indo para as águas mais próximas, contaminando as vertentes hídricas. Por outro lado, estes insumos químicos, utilizados em geral de forma excessiva, têm deixado as pragas e doenças cada vez mais resistentes e estimulado o aparecimento de outras de novos tipos, uma vez que acabam eliminando os inimigos naturais que mantinham as primeiras controladas.

A expansão agrícola, juntamente com o crescimento do comércio internacional de madeira e a demanda de carvão vegetal, também têm levado à destruição de grande parte da cobertura florestal do planeta. Isto afeta fundamentalmente as encostas das montanhas, as bacias das terras altas e os ecossistemas dependentes. A desertificação

do planeta já atinge 36% da superfície terrestre (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988).

Desde 1985, a produtividade agrícola mundial está em declínio devido à degradação ambiental, à diminuição das áreas de plantio e à salinização das terras produtivas por excessiva irrigação, fatores aos quais se somam outros não diretamente vinculados à agricultura, mas que a afetam em profundidade, como a poluição do ar, a chuva ácida e as transformações na camada de ozônio (Brown *et alii*, 1990).

A Especificidade dos Agroecossistemas

Se as tecnologias caracterizam-se por alterar os ciclos naturais, a agricultura o faz de uma maneira peculiar. Sua análise não pode ser desvinculada das interações que estabelece com os ecossistemas naturais e de seu impacto nestes. A produção agrícola implica uma transformação, através da intervenção humana, nestes ecossistemas naturais, gerando como produto *agroecossistemas*.

Apesar das contínuas tentativas de reverter essa dependência dos ecossistemas, entre os diversos ramos industriais a agricultura moderna continua sendo o mais próximo da natureza, por ser um processo de produção mais biológico que industrial. A especificidade da agricultura radica no seu processo natural de produção. Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) fazem uma excelente análise de como o processo de produção capitalista tem tentado eliminar cada vez mais a base material da agricultura, objetivo nem sempre exitoso até o aparecimento das biotecnologias. Ainda permanecem como resistências dos ecossistemas à industrialização da agricultura a conversão biológica da energia (presente no tempo de crescimento das plantas e animais) e a necessidade do espaço rural (a agricultura ainda não pode se desenvolver num meio industrial pleno).

As tendências da agricultura mundial abrangem um amplo espectro de alternativas, desde a continuidade e aprofundamento do padrão tecnológico e produtivo atual até

formas de agricultura sustentável, com a contribuição ou não de novas biotecnologias, aspecto ainda em debate (Buttel e Youngberg, 1983; Buttel, 1986 e 1989; National Research Council, 1989).

Entretanto, há um crescente consenso entre diferentes setores sociais e econômicos de que a agricultura como produção de alimentos que visa apenas uma alta produtividade a curto prazo deve ser redirecionada para uma agricultura que considere os agroecossistemas como passíveis de combinação entre produtividade e sustentabilidade. A agricultura deve ser focalizada como uma totalidade que envolve diversos níveis de interdependência (trocas de energia, ciclos de nutrientes, manutenção das populações etc.) entre cultivos, fauna, solos, florestas e seres humanos.

As propostas em favor de uma agricultura baseada em princípios biológicos, utilizando pequena quantidade ou nenhum insumo químico, não são novas, mas foi fundamentalmente na última década, à medida que as conseqüências da tecnologia dominante foram ficando mais claras, que a necessidade de uma transformação visando à sustentabilidade agrícola passou a receber mais apoio e reconhecimento como uma alternativa economicamente viável, e não como um sonho ou prática limitada a pequenos grupos romântico-radicais.

Nos últimos anos, nos países altamente industrializados, tem crescido o mercado consumidor de produtos orgânicos, assim como o número de produtores que abandonam práticas convencionais, num processo em que as políticas agrícolas estão sendo questionadas e repensadas na direção da sustentabilidade. Nos países subdesenvolvidos, algumas experiências importantes também estão sendo realizadas, ainda que com uma pressão muito menor do mercado consumidor.

Sociologia e Meio Ambiente

A Sociologia marginalizou a dimensão ambiental como variável que influencia e é influenciada pelas ações sociais. A pouca

problematização em torno da questão ambiental pode ser atribuída ao domínio do determinismo sociocultural desde as origens da disciplina. Duas outras razões fundamentais explicam essa marginalização (Dunlap e Martin, 1983). Em primeiro lugar, os fundadores das Ciências Sociais, apesar de criticarem os efeitos degradantes do trabalho industrial moderno, não chegaram a prever que o desenvolvimento das forças produtivas teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material (Giddens, 1991). Em segundo lugar, havia a necessidade de estabelecer-se as bases da nova ciência, o que levou seus fundadores a enfatizar a especificidade de seu objeto, por razões metodológicas e epistemológicas. Um dos resultados da marginalização da questão ambiental foi o de considerar-se o meio físico como uma variável constante, como um simples pano de fundo imutável, sem qualquer influência significativa para as análises sociais.

A Sociologia Ambiental cresceu significativamente na última década, tanto em termos da diversidade de pesquisas quanto do reconhecimento científico.¹ Um dos eixos centrais desta subdisciplina é a importância conferida aos fatores físicos e biológicos nas relações sociais, bem como ao impacto destas, das organizações sociais e dos processos de transformação social no meio ambiente. Diversas linhas de pesquisa estão sendo desenvolvidas neste campo: (1) nova ecologia humana; (2) movimento ambientalista; (3) economia política do meio ambiente e política ambiental; (4) atitudes, valores, comportamentos ambientalistas; e (5) risco tecnológico (Buttel, 1987).

Particularmente, o que poderia se denominar de Sociologia do Meio Ambiente Rural ou Sociologia da Agricultura emerge como um dos ramos mais dinâmicos da Sociologia Rural norte-americana dentro da Sociologia Ambiental (Buttel, 1989; Buttel *et alli*, 1990).² São muitos os autores que admitem uma profunda crise e fossilização da Sociologia Rural devido à sua pouca teorização e precisão sobre conceitos como “ruralida-

de” ou “comunidade rural” (Carlson *et alli*, 1982; Friedland, 1982; Flinn, 1982; Buttel *et alli*, 1990). Efetivamente, o que pode ser considerado atualmente como “rural”? O caráter das relações capitalistas urbanas tem impregnado de tal forma as relações que têm lugar no meio rural que se torna difícil diferenciá-lo do meio urbano. A especificidade do rural transformou-se: não se resume mais no conceito de ruralidade, estendendo-se também no de *agricultura*, entendido como processo produtivo estreitamente vinculado às dinâmicas dos ecossistemas e a determinadas relações de produção (Carlson *et alli*, 1982). Entretanto, ainda é necessária uma maior compreensão dos nexos entre agricultura, meio ambiente e sociedade. Os estudos neste sentido encontram-se numa fase inicial. Em especial, o conhecimento sociológico acerca dos diferentes impactos socioeconômicos e culturais da adoção da tecnologia bioquímica (sementes, pesticidas, fertilizantes etc.) ainda é mais reduzido que o referente aos impactos da mecanização (Buttel *et alli*, 1990, p. 134).

Sustentabilidade Agrícola e a Sociologia no Brasil

A marginalização da questão ambiental na Sociologia brasileira, que se manifesta no insuficiente questionamento do modelo de desenvolvimento dominante, do ponto de vista de uma alternativa de desenvolvimento sustentável, acompanha o quadro presente em outros países periféricos, onde a ênfase na satisfação das necessidades básicas e a luta pela sobrevivência das camadas mais desfavorecidas da população não têm sido vinculadas à degradação ambiental (ver crítica em Goodman e Redclift, 1991, pp.1-23).

Grande parte das denúncias no Brasil sobre os riscos ao meio ambiente e à saúde da população decorrentes do processo de modernização agrícola tem sido realizada por profissionais vinculados às ciências agrárias e biológicas, junto com o movimento ecológico. Sem pretender realizar uma revisão histórica do movimento de agricultura alternativa no Brasil — tema ainda a ser pes-

quisado —, cumpre destacar alguns aspectos deste processo.

Nos anos 80 foram realizados os Encontros Nacionais de Agricultura Alternativa, organizados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Nestes encontros, aglutinando diferentes orientações e tendências, questões estritamente agronômicas foram vinculadas às sociais e econômicas para construir uma crítica mais global ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país.³

Em 1983 foi criado o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), sediado em uma organização não-governamental (ONG) da área de educação popular, a FASE (von der Weid, 1991 e 1992). Num primeiro momento, o PTA não assumiu claramente uma perspectiva ecológica, orientando-se mais para a procura de alternativas que viabilizassem a pequena propriedade rural de caráter familiar, como moinhos de vento, secadores solares, cultivadores etc. Gradativamente, porém, os participantes do projeto foram se identificando com a proposta denominada Agroecologia e se envolvendo mais com a agricultura alternativa. Hoje o projeto denomina-se Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), mantendo parte da sigla anterior devido à identidade já construída nos anos de atuação do grupo. Um dos eixos fundamentais de seu trabalho tem sido o estudo, avaliação e divulgação de novas tecnologias, contando para isso com um Centro de Documentação que é um dos maiores sobre o tema na América Latina. Além disso, a AS-PTA tem constituído uma rede nacional de informação, intercâmbio e ajuda a pequenos proprietários rurais organizados em sindicatos, associações, pastorais etc., visando à melhoria de sua capacidade produtiva, preservando-se e recuperando-se o meio ambiente (von der Weid, 1993). Atualmente, sua principal atividade tem sido prestar assessoria numa estrutura descentralizada abarcando três fóruns regionais, que agrupam diversas ONGs.

As publicações da AS-PTA, como a recente *Alternativas. Cadernos de Agroecologia*, têm apresentado artigos que combinam as preocupações agrícolas e técnicas com as sociais, da perspectiva de uma agricultura sustentável. Lamentavelmente, essas publicações não têm mantido uma periodicidade regular. Antes dessa publicação a AS-PTA editava *Tecnologias Agrícolas em Periódicos*, reunindo artigos publicados em outros espaços, mas fundamentalmente possibilitando a difusão de trabalhos traduzidos e de difícil acesso entre o público interessado.

Também deve ser resgatado o trabalho da AS-PTA de tradução de alguns livros importantes, entre os quais se destaca o organizado por Altieri (1989), que reúne artigos de consulta básica em que vários especialistas desenvolvem as bases para uma integração entre as ciências ecológicas e os sistemas agrícolas tradicionais, como parte de projetos de agricultura sustentável para países periféricos. Altieri propõe uma nova disciplina, a Agroecologia,⁴ que trataria do desenvolvimento e aplicação da teoria ecológica ao manejo dos sistemas agrícolas, segundo as características específicas dos solos e outros recursos disponíveis. Além das dimensões propriamente ecológicas, esta proposta inclui o estudo da influência dos fatores sociais, econômicos e políticos na estruturação dos sistemas agrícolas. A Agroecologia, para este autor, não implica uma rejeição da agricultura convencional; ao contrário, tem inclusive produzido importantes *insights* sobre alguns aspectos dos sistemas agrícolas tradicionais.

Ainda que a idéia de integrar diferentes níveis de análise seja muito interessante, o que se observa na bibliografia referida à Agroecologia é ainda uma integração limitada da análise sociológica, considerada mais em capítulos separados.⁵

Nas Ciências Agrárias, são muitos os nomes dos que têm aprofundado as críticas às conseqüências ambientais, econômicas e sociais do modelo agrícola brasileiro. Entre algumas referências básicas contam-se as análises de Paschoal (1979) e Bull e Hathaway (1986) sobre o uso inadequado de agro-

tóxicos no país. Estes trabalhos foram posteriormente complementados por outros estudos, encontrando-se dados mais recentes em Dinham (1993). Este livro, que também cobre o uso de agrotóxicos em outros países, é resultado do trabalho internacional realizado pela Pesticide Action Network (PAN), criada em 1983 com representantes dos cinco continentes e que conta com uma sede no Brasil.

Graziano Neto (1985), com formação em Agronomia, escreveu uma das primeiras análises que, de uma perspectiva social, introduziram a crítica ecológica ao modelo de modernização agrícola no Brasil. Procurando estabelecer um diálogo entre as perspectivas agraristas e ecologistas, o autor apresenta um texto didático no qual mostra como os aparentes dilemas entre ecologia e reforma agrária são fundamentalmente complementares.

Os exemplos citados acima, assim como muitos outros, são resultado do encontro das Ciências Agrárias com a temática da agricultura sustentável, ainda que dentro destas disciplinas existam correntes contrárias a tal cruzamento. No que se refere à Sociologia Rural brasileira, o desencontro com tal temática tem sido mais persistente. A disciplina não assumiu ainda esta questão, tendendo a considerá-la secundária entre os demais efeitos socioeconômicos do modelo de desenvolvimento sobre as diferentes classes sociais no meio rural e as unidades produtivas familiares. Algumas das questões mais enfatizadas têm sido as vinculadas ao êxodo rural, à necessidade de uma reforma agrária, ao desaparecimento das pequenas propriedades rurais, às relações de trabalho etc., predominantemente de uma abordagem marxista que destaca a importância da acumulação capitalista na modernização rural.⁶ A própria tecnologia não tem sido questionada, em parte, provavelmente, porque a temática da adoção e difusão de tecnologias agrícolas — que na Sociologia Rural norte-americana abriu caminho para se pensar a transição para uma agricultura sustentável

— não tem uma história significativa na Sociologia Rural brasileira (Guivant, 1993).

Cabe destacar, contudo, alguns importantes trabalhos dentro das Ciências Sociais que realizam a crítica ao modelo agrícola brasileiro da perspectiva de uma agricultura sustentável. Estas análises não apresentam uma perspectiva homogênea — o que não necessariamente seria um ideal — sobre a viabilidade de tal agricultura e o papel das políticas públicas, das organizações não-governamentais, dos agricultores e demais atores sociais envolvidos na questão. Entretanto, mostram, nesta diversidade, a riqueza dos problemas relativos à agricultura sustentável e o quanto esta ainda deve ser estudada para estimular efetivamente a sua difusão no Brasil.

O livro organizado por Martine e Garcia (1987) é uma das referências fundamentais. Inclui excelentes artigos de autores de diferentes origens disciplinares sobre temas-chave para caracterizar não só os impactos sociais da modernização agrícola, como resalta o título, mas também os seus impactos ambientais. Particularmente, deve-se destacar os trabalhos que, apoiados em dados e documentos importantes, questionam o uso de agrotóxicos e suas conseqüências, como a contaminação de fontes de água, do solo, do meio ambiente em geral e dos alimentos e seus reflexos na saúde pública (Ruegg *et alli*, 1987). O livro também contribui para a discussão sobre a viabilidade de alternativas tecnológicas, como o manejo integrado de pragas, em regiões específicas do sul do país.

Romeiro (1987 e 1992) defende a viabilidade, no Brasil, do que ele denomina de “agricultura ecologicamente equilibrada e altamente produtiva”. Num artigo sugestivo (1992), que inclui uma análise pertinente dos diferentes aspectos da questão ecologia e agricultura, o autor considera a heterogeneidade do quadro agrário no Brasil e aponta possibilidades de mudança na agricultura convencional. Adverte, entretanto, que estas dependem de fatores atuantes tanto do lado da oferta como da demanda de alimentos. No Brasil, a estrutura agrária altamente concentrada não seria muito favorável à intro-

dução e difusão de sistemas agrícolas mais complexos, em função, principalmente, da lógica comercial da monocultura: produzir apenas o produto com maiores perspectivas de mercado. Romeiro finaliza advertindo que, “dado o atual arcabouço institucional, que permite o uso meramente especulativo dos recursos fundiários, as forças de mercado atuarão de forma enviesada, no sentido de dificultar a mudança de um padrão de modernização agrícola predatório e socialmente perverso.” (Romeiro, 1992, p. 229).

Wilkinson (1985) oferece outro enfoque para a questão da agricultura alternativa no Brasil, situando-a dentro do quadro global das transformações do sistema alimentar. Considerando este contexto, afirma que uma perspectiva política realista para o desenvolvimento de tal agricultura não pode ser reduzida à questão da produção rural, mas deve “tomar como ponto de partida o conjunto agroindustrial que compõe o novo sistema alimentar” (Wilkinson, 1985, p. 46). Isto implicaria uma intervenção mais decisiva do setor público em diferentes planos, como o maior controle e fiscalização sobre a indústria alimentar e o investimento em pesquisas na área de agricultura biológica.

Sawyer (1992), concentrando sua análise na Amazônia, propõe como caminho para resolver os problemas da pequena produção agrícola na região: a integração dos níveis sociais e ambientais. Isto poderia levar a configurar o que ele denomina de “campesinato ecológico”, integrando formas familiares e semimercantis de produção e extração agrosilvo-pastoris, o que possibilitaria transformar as práticas agrícolas e pecuárias convencionais, diminuindo a pressão sobre a floresta tropical. Para viabilizar este tipo de proposta, Sawyer sugere que o Estado, ainda muito pouco presente na Amazônia, deixe de ser visto como “inimigo sistemático do trabalhador rural e aliado incondicional do grande capital” e passe a exercer suas funções-chave, garantindo a plena cidadania e o bem-estar da população rural. O autor também não deixa de ressaltar a necessidade de encontrar tecnologias apropriadas que per-

mitam uma agricultura sustentável mantendo-se a heterogeneidade ecológica e social.

Referências gerais à importância da sustentabilidade na agricultura estão presentes na revista *Reforma Agrária*, vol. 23, n.1 (jan.-abr., 1993), que inclui artigos de autores de diferentes formações, mostrando a riqueza interdisciplinar da temática.

Outra fonte de trabalhos sobre agricultura e sustentabilidade é a incipiente produção de teses de mestrado e doutorado. Ferraz Amstalden (1994) analisa os consumidores de produtos orgânicos da feira semanal organizada pela Associação de Agricultura Orgânica no Parque de Água Branca, em São Paulo, observando que a pressão daqueles é fundamental para estimular uma agricultura mais sustentável. A partir da análise de questionários aplicados a uma amostra de frequentadores de tal feira, o autor conclui que um bom número de consumidores desconhece os riscos decorrentes do uso de pesticidas nos vegetais e frutas, e encerra sua dissertação sugerindo uma série de práticas que poderiam ser seguidas pelos organizadores da feira para estender seu raio de ação.

Costa (1992) analisou na sua dissertação de mestrado a experiência da Cooperativa Colméia, no Rio Grande do Sul. Estudou sua formação e suas diversas atividades, envolvendo tanto produtores orgânicos como consumidores, numa experiência bastante bem-sucedida. Em minha tese de doutorado (Guivant, 1992) analisei como produtores rurais dedicados à olericultura no cinturão verde da Grande Florianópolis legitimam cultural e cognitivamente o uso intensivo e inseguro de agrotóxicos. Este aspecto foi complementado com a análise das causas estruturais que subjazem ao uso inadequado destes produtos.

Problemas Conceituais

Em termos mais gerais, a sustentabilidade agrícola vincula-se à estratégia de desenvolvimento global que nos anos 70 e parte dos 80 foi chamada de ecodesenvolvimento e, mais recentemente, de desenvolvimento sustentável. Esta estratégia caracteriza-se,

centralmente, por buscar garantir a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas, o que requer novas políticas relativas à exploração dos recursos naturais, à orientação dos investimentos, aos rumos do desenvolvimento tecnológico e às estruturas institucionais. A complexidade deste processo de transformação pressupõe que, para considerar o futuro das próximas gerações, sejam garantidas as relações de equidade social em cada geração (Redclift, 1987).

Uma das mais importantes manifestações internacionais de apoio à viabilidade da agricultura sustentável foi a publicação, em 1989, do relatório do Committee on the Role of Alternative Farming Methods in Modern Production on Agriculture, do National Research Council (NRC) dos Estados Unidos da América. Depois de analisar a bibliografia disponível sobre diversos aspectos referentes a técnicas e métodos sustentáveis no contexto internacional, e particularmente no dos Estados Unidos, o relatório levanta a necessidade de uma transformação urgente do modelo agrícola dominante.

Ao aprofundar a questão da sustentabilidade agrícola, observa-se uma grande confusão terminológica. O conceito chega a ser utilizado para referir-se a tudo o que se percebe como bom ou benigno na agricultura (ver referências a este problema em Lockeretz, 1989; Conway e Barbier, 1990; Allen *et alii*, 1991; Allen, 1993). Por exemplo, o relatório do NRC prefere o conceito de "agricultura alternativa" para se referir a uma agricultura que reduz, mediante novas técnicas e práticas agrícolas, o uso de insumos químicos, mas que tem como objetivo central a sustentabilidade dos agroecossistemas. Mais explicitamente, outros cientistas criticam o conceito de "sustentabilidade" na sua capacidade de englobar as tecnologias agrícolas alternativas (Keeney, 1989; Madden, 1989; Crosson, 1989; Lowrance *et alii*, 1986).

A falta de consenso conceitual emerge diante das inúmeras definições e denominações para as tecnologias que destoam das

convencionais e que criticam seus pressupostos. Além do conceito de "alternativa", contam-se regenerativa, biológica, orgânica, ecológica, entre outros. A confusão conceitual leva a que autores recorram à mesma denominação com conotações diferentes (ver Buttell *et al.*, 1986, e o excelente artigo de Lockeretz, 1989). Enfim, diversas formas de agricultura, que têm fundamentalmente em comum suas diferenças em relação à agricultura convencional e à tradicional, têm sido englobadas no "guarda-chuva conceitual" de "sustentável".

Resumindo, de forma abrangente, os objetivos destas diferentes propostas para uma agricultura sustentável, pode-se dizer que eles incluem: promover a saúde de agricultores e consumidores; manter a estabilidade do meio ambiente mediante a incorporação de processos naturais como os ciclos de nutrientes, a fixação de nitrogênio, o controle de pragas pelos seus predadores naturais; assegurar os lucros dos agricultores no longo prazo; e produzir para responder às necessidades da sociedade, considerando-se as gerações futuras.

Como estes objetivos são muito gerais e difusos, é importante considerar *planos* em que a sustentabilidade agrícola pode chegar a se realizar. Lowrance *et alii* (1986) apresentam um modelo da sustentabilidade agrícola enquanto sistema que abrange quatro subsistemas, destacando em cada um deles um conjunto diferente de fatores. A *sustentabilidade agronômica* pode ser resumida como sendo a capacidade que tem a menor unidade de produção de produzir indefinidamente, respeitando os ciclos naturais e o equilíbrio dos agroecossistemas. O tempo de produção está fundamentalmente vinculado a fatores como características da formação dos solos, práticas de cultura utilizadas, localização geográfica e tipos de propriedade da terra. A *sustentabilidade microeconômica*, no nível da propriedade rural, denota a capacidade do agricultor de trocar os objetivos produtivos de certas áreas conforme elas estejam respondendo ou não ao primeiro plano. A *sustentabilidade ecológica*, no nível de

uma região maior que a propriedade rural, refere-se à interação de florestas, fauna, flora, cursos de água, agroecossistemas e áreas não cultivadas. Finalmente, a *sustentabilidade macroeconômica* refere-se aos planos nacionais e internacionais, nos quais se determinam as políticas das quais dependem as capacidades dos sistemas de alimentar as populações. A estes planos deve agregar-se também o nível social, no qual a equidade entre gerações e dentro de uma geração é fundamental.

Em cada um desses planos diversas técnicas agrícolas podem ser utilizadas, incluindo todas as opções que possibilitem a redução dos custos de produção com a substituição dos insumos químicos, protejam a qualidade do meio ambiente e da saúde e reforcem as interações biológicas e físicas nos agroecossistemas (National Research Council, 1989). Entre as técnicas agrícolas mais importantes contam-se: o manejo integrado de pragas, a rotação de culturas, a baixa intensidade de produção de animais, diversas formas de fertilização orgânica e verde, técnicas de plantio e trabalho da terra, controle manual de ervas daninhas, agrosilvicultura etc.

A biotecnologia abre um espaço de debate próprio, já que ainda não é claro seu papel numa agricultura sustentável. Por um lado, parece promissora a pesquisa de novas espécies mais resistentes, que cresçam em qualquer meio ambiente e tipo de solo com necessidades mínimas de água, gerem seu próprio pesticida, fixem nitrogênio ou fiquem resistentes a certos herbicidas. Por outro, muitas técnicas e espécies pesquisadas parecem limitar sua ligação com a sustentabilidade, na medida em que se apóiam, fundamentalmente, em recursos não-renováveis e no princípio de um controle cada vez mais absoluto dos processos naturais dos quais a agricultura ainda é dependente. O fato, porém, é que até o momento a biotecnologia tem permanecido mais no terreno das promessas que no das realizações, apesar do capital privado investido em pesquisas (Buttel, 1989).

Algumas das práticas mencionadas podem ser adotadas isoladamente, mas isto não caracteriza necessariamente a unidade agrícola como sustentável. A idéia diretriz é a de que a agricultura sustentável constitui um sistema integrado de diversas técnicas; não é necessário que todas as mencionadas estejam presentes, mas pelo menos duas ou três delas devem aplicar-se concertadamente. Esta é a vantagem relativa do conceito de "sustentável" perante outras denominações usuais desde os anos 60, que englobavam um conjunto de técnicas equivalentes mas sem a proposta global assumida pelo desenvolvimento sustentável nesta década. Algumas das técnicas enumeradas foram incluídas na denominação "tecnologia apropriada", de uso difundido a partir daquela década, principalmente nos países anglo-saxônicos, marcando a crítica às tecnologias ocidentais dominantes, identificadas com forte centralização e automatização dos sistemas produtivos, especialização, alto consumo de energia e de recursos naturais não-renováveis etc. Mas o conceito foi abandonado gradativamente por sua imprecisão global: era apropriado para que e para quem? Outra terminologia difundida é a de "tecnologias intermediárias", com "rostro humano" e baratas. O problema desta proposta é um certo determinismo tecnológico, colocando-se como central para a emergência de transformações sociais os avanços tecnológicos (Blanc, 1980).

Ao discutir o tema da sustentabilidade agrícola, um aspecto deve ser particularmente ressaltado: a dimensão social da questão. A sustentabilidade não só diz respeito às conexões entre sociedade e agricultura, como também remete a problemas e contradições sociais mais gerais que igualmente devem ser pensados a partir de um programa mais global de desenvolvimento sustentável. Uma das causas que influenciam diretamente na degradação dos recursos naturais é a pobreza rural, que por sua vez é provocada, como afirma Goodman (1993), por políticas econômicas que estimulam a concentração de terras, eliminam os sistemas de manejo tradi-

cional dos recursos naturais e subsidiam tecnologias não-sustentáveis.

Tipos de Sustentabilidade Agrícola

Em cada um dos planos anteriormente mencionados, os objetivos gerais da agricultura sustentável podem realizar-se com diversas intensidades. Existem várias combinações possíveis, numa escala que vai de formas mais próximas de uma agricultura convencional às que mais longe se situam desta. Neste espectro é possível destacar dois tipos mais importantes de sustentabilidade agrícola: a orgânica e a de insumos reduzidos, uma mais distante da agricultura convencional, a outra mais próxima.

A *agricultura orgânica* tem como compromisso maior a proteção do meio ambiente e da saúde, garantindo-se a produtividade a longo prazo, e não procurando sua maximização imediatista (Vogtmann, 1984). Esta produção realiza-se visando ao mercado de consumidores alternativos, tendo, portanto, uma perspectiva comercial. A eliminação do consumo de insumos químicos não leva a um corte total no uso de insumos do exterior da propriedade rural. Estes podem até aumentar, como acontece com o uso de máquinas em lugar de herbicidas para o controle de ervas daninhas, o que requer novos implementos agrícolas e combustível (Lockeretz, 1989, p. 176). A agricultura orgânica que usa exclusivamente os recursos encontrados na propriedade rural, em lugar de recursos energéticos importados e custosos, tem sido chamada de regenerativa (Francis *et alli*, 1986).

Uma das características da agricultura orgânica é a valorização da agricultura como um modo de vida no qual os fatores económicos não são os mais importantes. Incluem-se, aqui, alternativas mais voltadas para pequenos grupos sociais que para o problema global de alimentação de populações em grande escala. À diferença dos que aderem a uma agricultura tradicional, os adeptos desta agricultura optam por assumir um estilo de vida simples — “simplicidade voluntária” —,

em rejeição ao paradigma ocidental, que leva a um padrão de alto consumo e à degradação ambiental. À diferença, ainda, da agricultura tradicional, procuram-se técnicas agrícolas que não sejam poluentes, em harmonia com os ecossistemas locais, e que conservem a fertilidade dos solos sem agredir a microvida. Isto não implica negar totalmente o valor das técnicas tradicionais, só que estas são selecionadas conforme o grau de compatibilidade com o equilíbrio dos ecossistemas.

No Brasil contam-se algumas experiências que podem ser enquadradas neste tipo de agricultura, como o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, em Botucatu (SP), e a Corporação Mokiti Okada do Brasil, que vende produtos orgânicos em escala reduzida, vinculada à Fundação Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura Natural, com sede em Maringá (SP).⁷ Outros produtores orgânicos estão ligados diretamente a cooperativas de consumidores urbanos como a Coonatura, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e a cooperativa Colméia, de Porto Alegre (Costa, 1992). A Associação de Agricultores Biológicos do Estado de Rio de Janeiro agrupa 40 produtores e obtém resultados muito satisfatórios: todas as semanas são produzidas perto de 30 toneladas de frutas, legumes, verduras, ovos e laticínios. Há uma experiência equivalente no Estado de São Paulo, a Associação de Agricultura Orgânica, que mantém uma feira semanal no Parque de Água Branca, na cidade de São Paulo. Tanto esta Associação como a anterior funcionam não só facilitando a comercialização dos produtos, mas também prestando assistência técnica aos produtores (Ferraz Amstalden, 1994).

O “hortão” de Cachoeiro de Itapemirim (ES) é uma das experiências mais bem-sucedidas de abandono de insumos químicos na produção de hortaliças e frutas. Existe há nove anos no Centro de Cultura Natural Augusto Ruschi por iniciativa do agrônomo Nasser Youssef Nasr, hoje mundialmente conhecido. Seus altos índices de produtividade mostram os resultados da adoção de uma

agricultura orgânica. No caso da laranja, atinge-se uma produção cinco vezes maior que a média de São Paulo com um custo 80% mais baixo.

A *agricultura de insumos reduzidos* vincula-se a uma priorização da questão econômica. Seu objetivo fundamental é a redução dos custos de produção mediante a redução parcial dos insumos químicos e das fontes de energia não-renováveis. Esta alternativa implica o reconhecimento de que nem todos os agricultores podem eliminar o uso de insumos químicos para poderem manter-se competitivos no mercado (Buttel *et alli*, 1986). Neste tipo de agricultura incluem-se experiências que procuram um uso mais racional desses insumos, apontando para a resolução de um dos grandes problemas da agricultura convencional: o uso excessivo e inseguro de tais produtos. Acredita-se que seu emprego mais controlado produz menor impacto ambiental, uma diminuição dos riscos de contaminação para os seres humanos e uma redução dos custos para o produtor.

No Brasil, a agricultura de insumos reduzidos é praticada, por exemplo, pelos produtores ligados à Cooperativa Agrícola de Cotia, do interior de São Paulo, que hoje produzem hortaliças com menos insumos químicos, embora a Cooperativa, com 19 mil cooperados espalhados por todo o país, seja uma das mais importantes revendedoras de agrotóxicos no Brasil. Há tempos atrás, um grupo de trabalho constituído dentro da Cooperativa pesquisou e descobriu que um número crescente de produtores estava abandonando a lavoura devido à insatisfação e ao mal-estar decorrentes da queda de produtividade pela intensa degradação dos solos, por sua vez produto de práticas agrícolas desequilibradas. Desde então, a Cooperativa vem desenvolvendo cursos sobre práticas agrícolas sustentáveis para agricultores jovens de todo o país. Com um trabalho integrado de conservação dos solos e de aconselhamento nas formas de desenvolver a administração da propriedade, os produtores gradativamente estão transformando suas práticas convencionais.

Uma experiência equivalente é a da Cooperativa Regional Tritícola Serrana (Cotrijuí), com sede central em Ijuí (RS) e atuando também em outras regiões do estado e no Mato Grosso do Sul. Um problema central nas terras dos cooperados, em torno de 22.500, era o da perda de fertilidade, em função do qual muitos agricultores estavam abandonando a lavoura. Visando enfrentar tal problema, a Cotrijuí criou em 1976, próximo a Ijuí, um Centro de Treinamento responsável pela pesquisa, experimentação e formação de técnicos e produtores. O objetivo principal deste Centro é resgatar e/ou introduzir culturas alternativas e sistemas de produção adaptados às condições regionais. Principalmente, têm sido pesquisadas alternativas ao sistema de produção convencional — o binômio soja e trigo — que contemplem a minimização da dependência em relação a insumos externos à propriedade, incluindo fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Outra experiência vivenciada no Brasil é a da adoção do manejo integrado de pragas, fundamentalmente nas monoculturas de soja, trigo, algodão, cítricos e café, entre outras. Na Embrapa e nos órgãos de pesquisa agrícola estaduais são realizadas várias pesquisas sobre técnicas sustentáveis, muitas delas já aplicadas com resultados bastante favoráveis entre os produtores. Nos estados do Sul, o pulgão do trigo é controlado praticamente sem o uso de pesticidas químicos (só 3% dos produtores do Rio Grande do Sul continuam usando-os). Neste estado, o manejo integrado de pragas reduziu em 67% o uso de inseticidas nas lavouras de soja (*Guia Rural*, janeiro de 1990, pp. 40-5; Primavesi, 1988; Gravena, 1987). Entre os produtores de maçã do oeste catarinense, estações de aviso anunciam os momentos em que as condições climáticas fazem necessária a pulverização das plantações. Também os projetos de manejo integrado das bacias hidrográficas em andamento nos estados do Paraná e Santa Catarina estão obtendo resultados que, até o presente, avaliam-se como muito bons, principalmente no que se refere à aplicação de práticas de conservação dos solos.

As relações entre as duas formas de agricultura sustentável são objeto de controvérsia. Duas posições predominam no debate: a de considerar a agricultura orgânica o objetivo final de um processo de transformações em direção à sustentabilidade, sendo a segunda só um passo intermediário, e a de considerá-la uma alternativa restrita a determinados núcleos de produtores rurais que visam um só setor do mercado consumidor, sendo limitadas as possibilidades de sua difusão na produção agrícola mundial — o que não se aplicaria à agricultura de insumos reduzidos. Muitos dos que aderem a esta opção chegam a criticar o termo “sustentável” como metafísico e inválido para países desenvolvidos, nos quais os perigos de colapso dos agroecossistemas seriam menos prováveis. Para os agricultores dos países desenvolvidos propõem-se técnicas alternativas que dêem mais opções tanto para os que querem se tornar independentes dos insumos químicos, vendo que seu preço pode aumentar cada vez mais, como para os que querem economizar capital (Buttel *et alli*, 1986). Creio que a agricultura de insumos reduzidos é uma alternativa pragmática para enfrentar os problemas de alimentação da população mundial e satisfazer as expectativas de lucratividade dos produtores agrícolas.

O Problema da Lucratividade

Uma das idéias mais difundidas entre os críticos de uma agricultura sustentável é a de que sua adoção leva a uma diminuição de rendimentos e lucros. O levantamento mais completo de pesquisas comparativas entre a agricultura convencional e a sustentável é o realizado por McKinney (1987). Mesmo apontando muitas irregularidades nas metodologias utilizadas para o levantamento de dados (faltam equivalências em termos do tipo de solo e qualidade da administração rural, assim como uma consideração sobre o período de tempo em que a agricultura sustentável tem sido implementada em determinada propriedade rural etc.), McKinney chega a algumas conclusões importantes: (1) as

propriedades rurais sustentáveis são mais eficientes em termos de consumo energético porque não utilizam insumos químicos ou reduzem seu uso; (2) os métodos agrícolas sustentáveis podem aumentar o custo da mão-de-obra, já que podem exigir trabalhadores especializados, mas isto varia significativamente segundo o tipo de cultivo; (3) as propriedades rurais sustentáveis, bem administradas, podem ser mais rentáveis que as convencionais, desde que se diversifique a produção sustentável, de forma a que os custos e os lucros não fiquem concentrados numa monocultura, evitando-se, assim, o risco do fracasso total de uma temporada; (4) os solos ficam em condições produtivas muito melhores quando tratados segundo técnicas e práticas sustentáveis. Seu grau de erosão reduz-se com cultivos de cobertura e uma maior infiltração de água, possibilitando maior atividade dos micróbios do solo e menor perda de nutrientes. Uma produção mais resistente às pragas é um dos resultados de melhores solos, e requer nenhum ou pouco uso de pesticidas; (5) na maioria dos casos estudados, a renda bruta dos produtores sustentáveis é igual ou até maior que a obtida pelos agricultores convencionais.

Em geral, os trabalhos que defendem a agricultura sustentável afirmam que a eliminação total ou parcial de insumos químicos pode implicar a redução da produtividade entre 5 e 15%, dependendo da cultura (Lockeretz *et alli*, 1984). No relatório do NRC (1989), mencionado anteriormente, confirma-se que as tecnologias sustentáveis podem ser lucrativas e reconhece-se a existência de um número cada vez maior de dados recentes fundamentando a sua viabilidade econômica. Estes resultados positivos em termos econômicos tendem a manifestar-se depois de um período de transição de aproximadamente três anos. Mas isto varia segundo diferenças regionais e as características de cada agroecossistema. Por exemplo, embora a rotação de culturas aumente a produtividade, diminua os gastos com pesticidas e, no caso das hortaliças, também com fertilizantes, os benefícios totais podem demorar mais tem-

po, conforme o clima, o tipo de solo, a história produtiva, o modo de captação de água etc. da propriedade rural.

Entretanto, o relatório observa que muitas das comparações são feitas a partir de resultados de estudos realizados em propriedades singulares, destacando que estes dados não podem ser transpostos para o plano nacional de forma direta. Buttel *et alli* (1986) também têm chamado a atenção sobre isto. Estes autores dão o exemplo de agricultores sustentáveis que utilizam nutrientes de fontes externas à propriedade a baixos custos. Se esta agricultura se estendesse, os custos destes insumos aumentariam e sua lucratividade seria bastante diferente.

O problema que emerge das comparações realizadas até o momento evidencia a necessidade de se contar com pesquisas sobre os impactos de uma agricultura sustentável no desempenho econômico de toda uma propriedade rural e sobre os efeitos potenciais de uma ampla difusão desta agricultura, bem como com um levantamento de dados agregados que compare os custos e benefícios da agricultura convencional com os de uma bem-sucedida agricultura sustentável.⁸

No debate sobre a lucratividade de uma agricultura sustentável confundem-se os dois tipos aqui diferenciados. A partir do reconhecimento destas duas formas, deve ser considerado que a agricultura orgânica oferece significativas possibilidades de lucratividade, na medida em que se dirige a um mercado restrito de consumidores dispostos a pagar mais alto pelos produtos. A de insumos reduzidos dirige-se ao mercado em geral, podendo atingir mais consumidores que a orgânica — não necessariamente exigentes sobre o uso de pesticidas na produção — e, com isso, uma significativa diminuição nos custos de produção.

O Debate sobre o Perfil dos Adotantes

A delimitação do perfil dos adotantes é um dos temas mais analisados nas pesquisas de Ciências Sociais sobre agricultura susten-

tável. Numa classificação ampla, incluem-se os que o fazem por aderir a uma filosofia ou religião, os que procuram uma diminuição dos custos, os que respondem à demanda crescente de alimentos orgânicos e os que procuram um ecossistema em equilíbrio — categorias não necessariamente excludentes (National Research Council, 1989, p. 186).

Do primeiro tipo de adotantes destacam-se atores sociais de origem urbana e alta escolaridade, sem experiência prévia na agricultura, que geralmente adotam uma agricultura orgânica. Estes novos produtores rurais são parte do “movimento de volta à terra”, que se manifesta de forma difusa (não é um movimento estruturado como tal), estabelecendo redes nos âmbitos internacional, nacional e local. Um dos valores centrais para os que fazem parte deste movimento é o agrarianismo, entendendo-se por isto a idéia de que a agricultura e aqueles com ela envolvidos são elementos sociais fundamentais (Montmarquet, 1989; Berry, 1991). Em geral, tende-se a identificar a pequena propriedade rural de caráter familiar como a representante do agrarianismo. Uma pesquisa pioneira sobre os “novos-rurais” brasileiros é a de Giuliani (1990), que os caracteriza com pessoas de um alto nível educacional e econômico mas que enfrentam grandes dificuldades para implementar seus conhecimentos a fim de obter uma produtividade satisfatória. Em síntese, trata-se de um tipo de produtor que se orienta pelo ideal fourieriano de conciliar trabalho e prazer.

Agricultores que realizam a transição por outras razões foram estudados por Lockeretz *et alli* (1984), Lockeretz e Madden (1988) e Blobaum (1983). Uma das conclusões a que estes autores chegam é a de que os produtores orgânicos não apresentam motivações, estilos de vida ou valores muito diferentes dos convencionais, orientando-se fundamentalmente por uma preocupação pragmática com o risco decorrente do uso de pesticidas e outros insumos químicos ou com a necessidade de reduzir os custos de produção. Observam, por outro lado, que certas

crenças religiosas ou espirituais são significativas num reduzido número de agricultores.

Nas pesquisas não se delineia um consenso sobre quais são os tipos mais abertos à adoção, os médios e pequenos ou os grandes proprietários rurais. Taylor e Miller (1978) concluem que os mais abertos à adoção são aqueles de *status* socioeconômico mais baixo, menos preocupados com os lucros, assim como os agricultores menos cosmopolitas, mais inclinados a extrair toda a sua renda do campo, e que passam o menor tempo possível fora de suas propriedades. Inversamente, observam que morar fora da propriedade, ter um trabalho externo de meio período ou arrendar a terra trabalhada são variáveis que influenciam na adoção de práticas agrícolas não sustentáveis. Heffernan e Green (1986) e Nowak (1987), por sua vez, afirmam que não existe uma relação direta entre pequenos proprietários rurais e a adoção de práticas sustentáveis. Seriam justamente os grandes proprietários rurais os potenciais adotantes, por contarem com melhores condições para adotar novas máquinas e insumos de capital intensivo visando reduzir, por exemplo, os problemas de erosão dos solos. Este grupo social tende a ser caracterizado como o que assume a agricultura como uma empresa e não necessariamente como um modo de vida.

Heffernan e Green consideram outros motivos que podem levar os grandes proprietários rurais à conservação dos agroecossistemas: as grandes propriedades tendem a estar situadas em regiões mais férteis, de melhor qualidade e sem encostas de difícil acesso, enquanto os pequenos proprietários rurais, com menores recursos, vêm-se obrigados a trabalhar terras não tão boas e não muito bem localizadas, o que acaba contribuindo para um desgaste maior dos solos. Embora alguns pequenos proprietários rurais possam ter uma certa preocupação ecológica em relação às suas terras, não teriam condições econômicas de ser conseqüentes. Os grandes proprietários rurais, embora não muito ligados à terra como algo essencial pa-

ra sua forma de vida, têm tais condições econômicas e acesso a informações.

No Brasil, mesmo sem contarmos com um mapeamento das experiências sustentáveis, pode-se afirmar que os grandes proprietários rurais, fundamentalmente os do Sul, orientam-se por motivos pragmáticos na sua adoção de práticas sustentáveis: visam reduzir os custos de produção. Entre pequenos e médios proprietários rurais há tanto motivações conservacionistas, vinculadas a estilos de vida, como motivações de caráter mais pragmático, como satisfazer a ainda tímida demanda de produtos orgânicos. Lamentavelmente, as pesquisas de práticas sustentáveis realizadas pela Embrapa tendem a favorecer mais os grandes proprietários rurais. O manejo integrado de pragas, por exemplo, tem sido muito mais pesquisado em lavouras realizadas em sistema de monocultura em grandes extensões rurais, como a soja, o trigo e o algodão. A olericultura, ao contrário, praticada fundamentalmente por pequenos e médios proprietários rurais, tem recebido uma atenção regional limitada. As expectativas mais otimistas para os pequenos e médios produtores rurais concentram-se, atualmente, em experiências conservacionistas dos solos, como as que tomam como unidade de ação as bacias hidrográficas.

O quadro de possibilidades reais de adoção torna-se mais complexo se considerados os produtores dedicados à subsistência e os assentados, para os quais as alternativas técnicas são quase inexistentes. Dada a diversidade e especificidade regional do campo da pesquisa agrônômica, em geral, pode-se dizer que se há pesquisas visando alternativas produtivas para as pequenas e médias unidades, estas encontram graves problemas de difusão. O sistema de extensão rural no Brasil enfrenta uma crise já bastante demorada. Uma redefinição tanto do âmbito da pesquisa como da extensão rural são requisitos para se pensar as possibilidades de transição para uma agricultura sustentável em certas áreas.

Outro tema discutido secundariamente na bibliografia é o da existência ou não de

uma relação entre atitudes ambientalistas e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis em geral. Conforme tem sido observado entre agricultores norte-americanos, uma maior preocupação com a qualidade do meio ambiente (desejo de conservar a produtividade dos solos; desejo de reduzir a poluição da água; aceitação de incentivos econômicos para práticas de conservação ambiental; preocupação com a contaminação química etc.) pode estimular, mas não de forma necessária, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. Outras atitudes também aparecem como significativas entre certos produtores: por exemplo, o modo como assumem a sua atividade (valorização da vida no campo; orientação para a produção não maximalista) e como se posicionam politicamente (liberais ou conservadores; apoio de negociações coletivas; apoio de controle governamental para a proteção do meio ambiente) (Harris, 1983). Mas não se pode deduzir certas práticas a partir de certos valores e crenças. Pode acontecer que agricultores com tal responsabilidade social e vínculo com a terra não encontrem condições objetivas para realizar a transição, fazendo uma "adoção relutante" da tecnologia convencional.

Os Problemas da Transição

De acordo com a análise apresentada por Reijntjes *et alli* (1992, pp. 108-10), entende-se por transição o processo de conversão de uma agricultura convencional desequilibrada ou de uma agricultura tradicional (produção familiar, mais voltada para o autoconsumo e com uso muito limitado de insumos externos à propriedade) a uma agricultura econômica, ecológica e socialmente equilibrada. Este processo pode levar vários anos. Como as condições da produção agrícola também podem mudar nesse período, os agricultores devem ter capacidade de adaptação, visando a uma transição mais bem-sucedida, com investimentos em trabalho, terra e/ou capital.

As possibilidades de transição são muito diferentes nos países mais desenvolvidos e

nos menos desenvolvidos. Os agricultores pobres e tradicionais dos países periféricos enfrentam riscos maiores, já que não dispõem de capital para amortizar as possíveis perdas econômicas. E neste obstáculo encontra-se uma das especificidades do processo de transição a uma agricultura sustentável nos países periféricos. Assim como existem tais diferenças entre agricultores pobres dos países periféricos e agricultores ricos dos países centrais, também devem ser consideradas as diferentes possibilidades de realizar tal transição entre diversos grupos de agricultores dos países menos industrializados. Lamentavelmente, sobre este tema não há referências importantes. A tendência nos estudos sobre os agricultores destes países é concentrar-se nas camadas mais pobres e tradicionais, excluindo-se os pequenos e médios proprietários rurais numa situação econômica mais próspera (como o fazem Altieri e Anderson, 1986; Little e Horowitz, 1987; Oasa, 1987).

O resgate de conhecimentos e práticas agrícolas tradicionais é considerado uma via possível para a transição. Altieri, em diferentes publicações, argumenta pela recuperação de práticas agrícolas tradicionais ou pré-modernas nos países em vias de desenvolvimento. Reconhece, contudo, que este é um trabalho árduo, justamente pelos valores e pressupostos que opõem a ciência ocidental moderna aos conhecimentos e práticas agrícolas tradicionais. Em geral, as propostas de recuperação de práticas agrícolas tradicionais remetem a contextos nos quais estas, embora tenham sido abandonadas, podem ser reconstituídas por diversos caminhos, como o arqueológico e o antropológico.

Wright (1990) também admite que a remissão a práticas agrícolas tradicionais envolve certos problemas. Segundo ele, as tecnologias tradicionais não são peças de museu aguardando ser ressuscitadas por cientistas agrícolas. Especialmente, deve-se ter sempre em consideração, para evitar sua idealização, que as culturas e as tecnologias são dinâmicas, sofrendo múltiplas transformações em resposta a novas necessidades e pressões so-

cioeconômicas. Tampouco podemos idealizar as práticas agrícolas tradicionais no seu caráter sustentável.

Tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, entre os fatores estruturais fundamentais para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável destacam-se os papéis assumidos pelo Estado, pelas instituições de pesquisa e pelas multinacionais do setor alimentício e agrícola, entre outras instituições e organizações locais, nacionais e internacionais. Créditos adicionais também podem ser um grande estímulo para produtores que não estejam totalmente convencidos da validade de uma nova forma de agricultura. Os agricultores devem ser atendidos nas suas necessidades e integrar-se nos processos de experimentação e avaliação de novas técnicas. Em síntese, entre os vários fatores necessários para que se difundam mais experiências de unidades produtivas sustentáveis contam-se estratégias integradas que envolvam componentes técnicos, comerciais, legislativos, motivacionais, educacionais e políticos. Atingir a sustentabilidade agrícola, ainda que pela redução de insumos externos e por práticas conservacionistas, envolve um processo de alta complexidade. As perspectivas não excluem conflitos e contradições de diversos graus, além dos obstáculos técnicos.

A bibliografia sobre as possibilidades de uma sustentabilidade agrícola tem dedicado significativa atenção aos obstáculos técnicos. Existe um amplo consenso de que estes se devem a desenvolvimentos ainda pouco satisfatórios da agricultura sustentável e quanto à necessidade de empreendermos pesquisas sobre práticas e métodos agrícolas apropriados a diversos ecossistemas e a diversas culturas, bem como visando ao controle de pestes, ervas daninhas e fungos.

Mas a questão técnica não é ponto pacífico. De um lado está a posição que acentua os obstáculos socioeconômicos: a agricultura sustentável exige mais assistência técnica e mão-de-obra mais qualificada que a tecnologia convencional (ver National Research Council, 1989; Crosson, 1989). Para que a transição seja bem-sucedida é fundamental o

conhecimento das interações biológicas e ecológicas e dos ciclos de nutrientes. De outro lado estão pesquisadores como Lockeretz (1989 e 1991), que afirmam que a agricultura sustentável — fundamentalmente, aquela de reduzidos insumos químicos — não é necessariamente mais difícil que a convencional, exceto no primeiro momento em que se realiza a transição. A agricultura convencional, segundo Lockeretz, só pode ser considerada como uma aplicação mecânica e simples, como receitas de um livro de cozinha, entre agricultores que desenvolvem um *planejamento limitado* de sua produção e têm pouco conhecimento dos agroecossistemas. As dificuldades requeridas por ambos os modelos agrícolas seriam equivalentes se se consideram agricultores capazes de apreender e adaptar seu conhecimento a diferentes condições, apesar de contarem com a ajuda de insumos químicos. Embora o conhecimento técnico dificilmente seja utilizado por agricultores convencionais, isto não significa, para o autor, que ele não seja necessário. Acontece que os insumos químicos dão uma falsa impressão de provocar efeitos “mágicos”, independentemente da qualificação do produtor.

Com esta tese, Lockeretz derruba convincentemente um dos principais argumentos contra a possibilidade de adoção de práticas agrícolas sustentáveis: sua sofisticação técnica. De fato, para um uso racional e responsável da agricultura moderna exige-se também qualificação técnica. Portanto, o que pode significar que a agricultura sustentável requeira mais informações? Lockeretz (1991) pergunta-se em que momento estas devem ser importantes: quando o sistema está sendo desenvolvido ou quando o agricultor o adota? Aceitando-se esta última alternativa, outras novas questões surgem: a informação é necessária só para adotar a tecnologia ou para seu uso? Para lidar com a nova informação precisa-se de mais tempo ou de mais capacitação técnica? Lockeretz observa corretamente que estas interrogações só encontram respostas vagas na bibliografia. Seu interesse não é negar o papel das

informações, mas o peso excessivo que se lhes atribuem na implementação de uma agricultura sustentável. Em última instância, ele resgata do debate a idéia de que se maior informação é necessária, isto deveria ser válido também para o modelo agrícola dominante.

Há experiências bem-sucedidas de intervenção social para a promoção da transição à sustentabilidade agrícola realizadas mediante a integração entre cientistas de diferentes áreas, técnicos voltados para a difusão e agricultores. Estas experiências, implementadas em países menos desenvolvidos, fundamentalmente tropicais, envolvem produtores tradicionais e produtores voltados para o mercado, dentro da proposta conhecida como Desenvolvimento Participativo de Tecnologia (DPT) (Reijntjes *et alii*, 1992). Esta abordagem aponta para o valor e a necessidade de cientistas, técnicos e agricultores trabalharem conjuntamente em comunidades locais.

Diversos tipos de propostas participativas têm sido implementados por organizações não-governamentais e instâncias oficiais, deixando-se a iniciativa decisória nas mãos dos produtores (Idem). A proposta de DPT é estimular um desenvolvimento auto-sustentado, no qual os próprios agricultores definam as prioridades e necessidades.⁹ Sem substituir as estações locais de pesquisa agrícola ou as experiências de laboratório, o DPT possibilita uma ligação complementar entre as potencialidades das ciências da agricultura e as expectativas e conhecimentos da população local.

Desta perspectiva participativa, acredita-se que para que o processo de transição proporcione rendimentos satisfatórios o mais rápido possível é necessário contar-se com estratégias que incluam a forma como os recursos naturais, genéticos, técnicos e humanos devem combinar-se. Estas estratégias devem ter como unidade referencial a propriedade rural: suas características socioeconômicas, a história de seu desenvolvimento e sua situação atual, assim como as necessidades e preferências da família produtora. Não

devem ser dogmáticas, mas abertas a resultados inesperados. Por isso os agricultores devem estar altamente motivados e com capacidade de adaptação e imaginação. Eles precisam dispor de técnicas ou de "pontos de entrada" apropriados que possibilitem uma melhor transição.

Nesta direção estão sendo realizadas pesquisas em centros voltados para a agricultura sustentável em países como Tailândia, Quênia, Honduras e regiões da África Ocidental, visando desenvolver técnicas iniciais que permitam bons retornos na primeira colheita, com baixos riscos e efeitos positivos no meio ambiente. Este tipo de experiência não exclui a necessidade de outros fatores estruturais como legislação, demandas do mercado, políticas de preços e fiscalização rigorosa.

A Perspectiva do Ator Social

Ainda que se generalizem as observações sobre os obstáculos e possibilidades estruturais e técnicas para a adoção e difusão de diversos graus de uma agricultura sustentável, a maioria das pesquisas é muito específica. Isto, em parte, deve-se ao próprio caráter da agricultura sustentável, que deve ser pensada em termos locais e regionais. Não seria o caso, portanto, de estabelecer diretrizes únicas e gerais de ação ou de previsão em relação aos adotantes potenciais. A situação das pesquisas mostra, assim, um amplo mosaico de possibilidades e dificuldades, abrindo um campo frutífero para estudos comparativos.

Entretanto, observa-se nessas pesquisas uma tendência a utilizar um referencial empírico e quantitativo, sem problematizar algumas questões teóricas ou sem explicitar os pressupostos assumidos sobre o ator social. Esta é uma categoria que mais aparece como obviedade que como produto de uma construção teórica. Sem desmerecer o peso dos obstáculos e pressões macroestruturais, faz-se necessário integrá-los na análise com os significados que os agricultores atribuem

à adoção e implementação da agricultura moderna, plano que inclui os valores dos agricultores mas vai além.

O desenvolvimento de uma agricultura sustentável certamente se enriquece com o trabalho interdisciplinar. Neste sentido, algumas abordagens das Ciências Sociais têm uma importante contribuição a dar, particularmente visando experiências de Desenvolvimento Participativo de Tecnologia. Refiro-me especificamente às contribuições sociológicas de Giddens (1989 e 1991) e Bourdieu (1980 e 1989) e às reflexões antropológicas de Ortiz (1970), Chibnik (1987), Barlett (1980) e Bennett (1982 e 1986).

A partir dos trabalhos de Giddens e Bourdieu, é possível categorizar o agricultor como um ator social que nem é exclusivamente determinado pelas relações sociais dominantes, nem é plenamente livre para agir e decidir em relação à adoção de uma determinada tecnologia. Seguindo a teoria da estruturação de Giddens e o conceito de *habitus* de Bourdieu é possível evitar uma análise do processo de adoção da tecnologia agrícola tanto objetivista (focalizando apenas as estruturas coercitivas) quanto subjetivista (só focalizando as motivações ou características psicológicas do adotante). Toda prática social apresenta, simultaneamente, tanto um caráter reprodutivo das relações sociais dominantes como também produtivo de novas relações. Se por um lado os agricultores adotam a agricultura moderna dominante, por outro deve-se considerar que o modo como eles a implementam não necessariamente está predeterminado no modelo agrícola. Os atores sociais, embora possam não ser conscientes disto, têm uma capacidade transformadora, de “fazer uma diferença” na produção de suas práticas e, assim, transformar os padrões de ações sociais dominantes.

Embora limitado, há um espaço de produção de conhecimentos, ainda que reproduzindo-se os princípios que orientam a tecnologia agrícola dominante. Estes conhecimentos são de caráter eminentemente prático, diferentes dos conhecimentos dos técnicos, construídos socialmente por meio de di-

versos princípios de classificação, hierarquização, divisão, percepção etc., que não chegam a ser explicitados pelos atores.

A consideração da forma como a tecnologia agrícola foi difundida não esgota as causas que levaram a que comprometesse a saúde da população e o meio ambiente. Parte desses problemas deve-se às próprias características da tecnologia — devendo ser adotadas como um pacote fechado — e outra parte à forma pela qual ela passou a ser utilizada pelos agricultores, o que acentua as conseqüências negativas decorrentes da própria tecnologia. As relações entre o que é difundido e as razões pelas quais os agricultores adotam tal técnica ou os critérios que orientam sua implementação não são necessariamente lineares.

Não se pode partir da interpretação que apresenta os agricultores como “desviantes”, enfatizando os erros que cometem na implementação da tecnologia, e tampouco daquela que os vê como “ignorantes”, o que levaria à necessidade de preencher o vácuo cognitivo com mais e melhores informações. Outra interpretação que considero pouco esclarecedora é a que toma os agricultores exclusivamente como “vítimas” de determinadas pressões que os teriam levado à adoção relutante de práticas e insumos que, em princípio, eles não aceitariam. Em um contexto macroestrutural e ambiental de múltiplas pressões, limitações e oportunidades, os agricultores não assumem um papel passivo mas construtivo. Orientam-se segundo conhecimentos que muitas vezes não só não seguem a orientação técnica como vão contra esta.

Os artigos do livro organizado por Long e Long (1992) apresentam um quadro enriquecedor e fundamental de como é possível, da perspectiva do ator social, desenvolver pesquisas criativas e instigantes que explorem a construção social do conhecimento nas experiências da vida cotidiana seja de agricultores pobres, empresários rurais, burocratas governamentais ou pesquisadores, que nas suas diversas práticas agem em realidades múltiplas. O livro analisa as implica-

ções teóricas, metodológicas e práticas de uma abordagem do ator social (embora não enfatize a importância desta análise para a prática de uma agricultura sustentável) e destaca a necessidade de se pensar, em termos mais gerais, novas estratégias para a sociologia do desenvolvimento. Neste sentido, os autores propõem que se analise como diferentes concepções de poder, influência, conhecimento e eficiência podem configurar as respostas e estratégias dos diferentes atores sociais envolvidos nos programas de desenvolvimento rural.

Alguns trabalhos no âmbito da Antropologia anteriormente citados também podem contribuir para enriquecer esta perspectiva do ator social, visando à análise da adoção e implementação de tecnologias agrícolas como parte do processo decisório e de administração de uma propriedade familiar. Neste processo há distâncias significativas em relação a um parâmetro de racionalidade econômica. Pequenos e médios proprietários rurais tomam suas decisões administrativas afetados por múltiplas pressões, objetivos, expectativas em conflito e outros fatores que podem ser agrupados em três grandes categorias, cobrindo o meio no qual os agricultores conduzem a produção rural: (1) *os recursos físicos*; (2) *os fenômenos microssociais* (família, comunidade); e (3) *os fenômenos macrosociais* (instituições nacionais, mercados, regulamentações governamentais). O agricultor deve lidar de modo adaptativo com estes três planos (Bennett, 1982). As decisões são tomadas em contextos complexos nos quais os riscos e incertezas nem sempre podem ser apropriadamente dimensionados pelos agricultores, ainda que, efetivamente, orientações racionais tendam a predominar nas opções realizadas.

Novos Caminhos e Desafios para a Pesquisa

Considerar as questões referentes à adoção, difusão e implementação da tecnologia agrícola da perspectiva do ator social pode contribuir para entendermos os signifi-

cados que orientam as suas práticas, o que é fundamental para o desenvolvimento de programas de intervenção social nos moldes delimitados no item anterior. Tais questões apresentam-se como temas abertos à pesquisa. Algumas indagações que podem ser pensadas a partir de tal ótica são: como os agricultores implementam a tecnologia e por que o fazem de tal maneira? Qual o impacto cultural ocasionado pela adoção da agricultura moderna? Como, a partir de novas práticas produtivas, os agricultores têm transformado suas representações sociais sobre a natureza? Quais os conhecimentos que orientam suas práticas? Por que os agricultores aplicam doses excessivas e desnecessárias de agrotóxicos, aumentando não só os riscos à saúde — deles e dos consumidores —, mas também os custos de produção? Quais são as atitudes e percepções dos consumidores em relação à forma como os alimentos têm sido produzidos? Que características têm apresentado as diversas experiências de agricultura sustentável no Brasil?

Outro campo de análise está relacionado com o papel das políticas públicas no favorecimento ou não de uma agricultura sustentável. Uma reformulação das políticas públicas pode ser realizada de duas maneiras: por meio de programas voluntários que combinem assistência técnica, subsídios e regulações, ou mediante proibições, combinadas com punições e multas. Nem sempre os programas voluntários têm se mostrado eficazes na difusão de novas tecnologias. Os agricultores não acharão compensador assumir custos privados para reduzir fontes de poluição porque os benefícios dos subsídios podem ficar difusos e sem importância em áreas grandes (Phipps e Crosson, 1985). Por isto, tende-se a duvidar do poder de programas voluntários na redução dos níveis de contaminação dos agroecossistemas.

As políticas regulatórias podem tomar diversas formas, demandando uma ação eficiente de agências de regulação e monitoramento, com diferenças segundo o nível de desenvolvimento dos países. Sua implementação é muito complexa. Às vezes, como no

caso dos pesticidas, implica recursos científicos sofisticados, nem sempre ao alcance dos países menos desenvolvidos, para determinar os níveis aceitáveis de poluição. Avaliar os custos e benefícios para o agricultor e os níveis aceitáveis de poluição para diversas propriedades rurais (segundo o caráter dos solos, a proximidade de fontes de água, o clima etc.) é um trabalho complexo. Fontes de poluição não pontuais são freqüentes e seus responsáveis são virtualmente impossíveis de identificar. Phipps e Crosson (1985) observam que é possível contornar isto com demarcações regionais e, assim, determinar as fontes de poluição que mais impacto produzem. De toda maneira, pode ser difícil punir indivíduos. Portanto, muitas das políticas públicas envolvendo questões ambientais têm de realizar-se numa base de incerteza. Em certas circunstâncias devem funcionar as políticas de incentivo, enquanto que em outras deve-se contar com os meios de uma punição mais firme.

Entretanto, as políticas públicas não podem ser efetivas se outras importantes transformações não têm lugar no campo da pesquisa e da extensão rural. Para isto são necessários programas que reconheçam as formas de legitimação da adoção e implementação da tecnologia agrícola, que não necessariamente se superpõem às do conhecimento técnico. As práticas agrícolas sustentáveis devem ser pesquisadas segundo as especificidades regionais, que apresentam significativas variações em termos ecológicos, culturais, sociais ou econômicos. Pesquisas de campo, que não se reduzem aos espaços dos laboratórios, são fundamentais porque levam a apreciar melhor as limitações ambientais, sociais e econômicas que podem obstar sua implementação. Para que este envolvimento possa dar melhores resultados é necessário que os agricultores sejam participantes integrais em todas as fases do desenvolvimento de uma agricultura sustentável, e não só ajudantes de campo.

As respostas às questões colocadas acima são diferentes não só entre agricultores de diferentes países como entre os de uma

mesma região. Aprofundar estas especificidades é fundamental para se conhecer o impacto da agricultura convencional no Brasil e se pensar as possibilidades de difusão e adoção de práticas agrícolas sustentáveis no país, já que não é meramente pelas evidências de sua viabilidade econômica ou por estímulos macroestruturais vindos de cima para baixo — como tem sido a tradição na difusão da agricultura moderna — que os agricultores assumirão os riscos e vantagens de uma transição.

As pesquisas sobre a agricultura sustentável também se enriquecerão se o foco da análise não se restringir ao processo produtivo e passar a considerar o sistema alimentar em sua totalidade, como afirma Dahlberg (1993), numa excelente fundamentação desta linha de trabalho teórico e empírico. Para este autor, a análise pode oscilar do nível do consumo doméstico ao internacional, incluindo o processamento, distribuição, uso e reciclagem de alimentos. Algumas contribuições importantes nesta direção são as de Goodman e Redclift (1992), Wilkinson (1989, 1993), Sasson (1993) e Mennell *et alii* (1992). Particularmente, a análise das expectativas dos consumidores de alimentos em relação à sua qualidade e a importância desta para a saúde é uma fonte direta de pressões para estimular uma agricultura mais sustentável, abrindo um campo ainda pouco explorado na produção científica internacional (Belasco, 1993; Dunlap e Beus, 1992; Beck, 1992).

A agricultura sustentável apresenta, portanto, diversos desafios para a Sociologia Rural que, integrando questões sociais e ambientais, pode encaminhar-se para a construção de uma Sociologia do Meio Ambiente Rural, como uma forma de revitalizar-se, indo ao encontro de uma nova agenda de pesquisa.

(Recebido para publicação
em maio de 1994)

Notas

1. Sobre a situação no Brasil ver Vieira (1992).
2. Uma referência fundamental para organizações, agências e materiais diversos (livros, periódicos, vídeos etc.) sobre agricultura sustentável nos Estados Unidos é *Sustainable Agriculture. Resources*, publicado pelo Wisconsin Department of Agriculture, Trade and Consumer Protection em 1992.
3. Por exemplo, nos *Anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa*, realizado em Cuiabá – MT, em 1987, são transcritos diversos debates nos quais emergem diferentes tendências. Entre elas, uma é a de considerar que a agricultura alternativa é uma problemática secundária diante das questões agrárias. A outra é a de propor a solução dos impactos da agricultura moderna mais em termos técnicos.
4. Altieri e Francis (1992) têm uma interessante proposta de como incorporar a Agroecologia como uma disciplina curricular.
5. Ver, neste sentido, além dos textos do próprio Altieri, os livros editados por Carroll, Vandermeer e Rosset (1990) e Gliessman (1990).
6. Ver avaliação das pesquisas na Sociologia Rural brasileira em Tavares dos Santos (1991).
7. Grande parte dos dados a seguir apresentados sobre experiências de agricultura sustentável no Brasil é extraída de revistas dedicadas à questão rural, como *Guia Rural* e *Globo Rural*. Nestas publicações aparecem com frequência reportagens sobre práticas sustentáveis bem-sucedidas, com relatos vivenciais e técnicos dos produtores, acompanhados, em geral, de comentários positivos dos jornalistas.
8. Segundo o relatório do NRC, uma característica das pesquisas nessa linha é a de assumir ou projetar “substantial reductions in per acre yields in many crops and then project the effects of these reductions in the context of strong export demand and limited commodity supplies. These assumptions and conditions often result in projected food production shortfalls that do not accurately reflect the constant change of markets or the production capabilities of many available alternative systems.” (National Research Council, 1989, p. 196).
9. Esta proposta tem vários antecedentes, especialmente a experiência de Chambers (1983). Entre outros autores que apóiam esta perspectiva está Ruellan (1992) que, dentro da bibliografia francesa, também enfatiza a importância da cooperação entre técnicos e agricultores: “il faut se donner les moyens de reconquérir le faire-confiance aux agriculteurs”.

Bibliografia

- Allen, Patricia (ed.)
1993 *Food for the Future. Conditions and Contradictions of Sustainability*. New York, John Wiley, Inc.
- Allen, Patricia; Van Dusen, Debra; Lundy, Jackelyn e Gliessman, Stephen
1991 “Integrating Social, Environmental, and Economic Issues in Sustainable Agriculture”. *American Journal of Alternative Agriculture*, vol.6, n. 1.

- Altieri, Miguel
1988 "Beyond Agroecology: Making Sustainable Agriculture Part of a Political Agenda" *American Journal of Alternative Agriculture*, vol. 3, n. 1.
- Altieri, Miguel (org.)
1989 *Agroecologia. As Bases Científicas da Agricultura Alternativa*. Rio de Janeiro, Projeto Tecnologias Alternativas, FASE.
- Altieri, Miguel e Anderson, M. Kat
1986 "An Ecological Basis for the Development of Alternative Agriculture Systems for Small Farmers in the Third World". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol.1, n. 1.
- Altieri, Miguel e Francis, Charles
1992 "Incorporating Agroecology into the Conventional Agricultural Curriculum". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol. 7, ns. 1 e 2.
- Barlett, Peggy (ed.)
1980 *Agricultural Decision Making. Anthropological Contributions to Rural Development*. New York, Academic Press, Inc.
- Beck, Ulrich
1992 *Risk Society. Towards a New Modernity*. Londres, Sage Publications.
- Belasco, Warren
1993 *Appetite for Change. How the Counterculture Took on the Food Industry*. New York, Cornell University Press.
- Bennett, John W.
1982 *Of Time and the Enterprise. North American Family Farm Management in a Context of Resource Marginality. Based on a Decade of Research in the Province of Saskatchewan, Canada*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
1986 "Research on Farmer Behavior and Social Organization". In Kenneth A. Dahlberg (ed.), *New Directions for Agriculture and Agricultural Research. Neglected Dimensions and Emerging Alternatives*. New Jersey, Rowman and Allanheld Publishers.
- Berry, Thomas
1991 *O Sonho da Terra*. Petrópolis, Vozes.
- Blanc, Gerard
1980 "Technologie Appropriece/Apropriable: Le Mot e la Chose". *Autrement*, n. 27.
- Blobaum, Rogers
1983 "Barriers to Conversion to Organic Farming Practices in the Midwest United States". In William Lockeretz (ed.), *Environmentally Sound Agriculture*. Selected Papers from the Fourth International Conference of the International Federation of Organic Agriculture Movements. Cambridge, Massachusetts, New York, Praeger.
- Bourdieu, Pierre
1980 *Le Sens Pratique*. Paris, Les Éditions de Minuit.
1989 *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- Brown, Lester *et alli*
1990 *State of the World, 1990. A Worldwatch Institute Report on Progress Toward a Sustainable Society*. New York, W.W Norton and Co.

- Bull, David e Hathaway, David
1986 *Pragas e Venenos: Agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo*. Petrópolis, FA-SE/Vozes.
- Buttel, Frederick
1986 "Biotechnology and Agricultural Research Policy: Emergent Issues". In Kenneth A. Dalhberg (ed.), *New Directions for Agriculture and Agricultural Research. Neglected Dimensions and Emerging Alternatives*. New Jersey, Rowman and Allanheld.
1987 "New Directions in Environmental Sociology". *Annual Review in Sociology*, n. 13.
1989 "The Sociology of Agriculture. Current Conceptual Status". *The Rural Sociologist*, inverno.
- Buttel, Frederick; Gillespie, G. e Janke, R. et al.
1986 "Reduced-Input Agricultural Systems: Rationale and Prospects". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol.1, n. 2.
- Buttel, Frederick; Larson, Olaf F. e Gillespie Jr., Gilbert W.
1990 *The Sociology of Agriculture*. New York, Greenwood Press.
- Buttel, Frederick e Youngberg, I. Garth
1983 "Implications of Biotechnology for the Development of Sustainable Agricultural Systems". In William Lockeretz (ed.), *Environmental Sound Agriculture. Selected Papers from the Fourth International Federation of Organic Agriculture Movements*, New York, Praeger.
- Carlson, John; Lassey, Marie e Lassey, William
1982 *Rural Society and Environment in America*. New York, McGraw-Hill Book Company.
- Carroll, C.R.; Vandermeer, John e Rosset, Peter (eds.)
1990 *Agroecology*. New York, McGraw-Hill.
- Chambers, Robert
1983 *Rural Development: Putting the Last First*. Londres, Longman.
- Chibnik, Michael
1987 "Saving Soil by Abandoning the Plow: Experimentation with no-till Farming in an Iowa County". In M. Chibnik (ed.), *Farm Work and Fieldwork. American Agriculture in Anthropological Perspective*. Ithaca e London, Cornell University Press.
- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
1988 *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Conway, Gordon R. e Barbier, Edward B.
1990 *After the Green Revolution. Sustainable Agriculture for Development*. Londres, Earthcan Publications Ltd.
- Costa, Carlos F.
1992 *Ecologia, Agricultura e Pequena Produção: Concepções e Práticas de uma Experiência Gaúcha*. Tese de mestrado em Sociologia, Porto Alegre, UFRS.
- Crosson, Pierre
1989 "What is Alternative Agriculture?". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol. 4, n.1.
- Dahlberg, Kenneth A.
1986 "Changing Contexts and Goals and the Need for New Evaluative Approaches". In Kenneth A. Dalhberg (ed.), *New Directions for Agriculture and Agricultural Research. Neglected Dimensions and Emerging Alternatives*. New Jersey, Rowman and Allanheld.

- 1993 "Regenerative Food Systems: Broadening the Scope and Agenda of Sustainability". In Patricia Allen (ed.), *Food for the Future. Conditions and Contradictions of Sustainability*. New York, John Wiley, Inc.
- Dinham, Barbara (org.)
1993 *The Pesticide Hazard. A Global Health and Environmental Audit*. Londres, Zed Books.
- Dunlap, Riley e Martin, K.
1983 "Bringing Environment into the Study of Agriculture: Observations and Suggestions Regarding the Sociology of Agriculture". *Rural Sociology*, vol. 48, n. 2.
- Dunlap, Riley e Beus, C.
1992 "Understanding Public Concerns about Pesticides: An Empirical Examination". *The Journal of Consumer Affairs*, vol.26, n. 2.
- FAO
1989 *The State of Food and Agriculture*. Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations, *Agricultural Series*, n. 22.
- Ferraz Amstalden, Luis Fernando
1994 *Tecnologias Agrícolas e Meio Ambiente. Modelos e Perspectivas de Evolução segundo uma Ótica Sócio-Ambiental*. Tese de mestrado em Sociologia, Campinas, Unicamp.
- Flinn, William
1982 "Rural Sociology: Prospects and Dilemmas in the 1980s". *Rural Sociology*, vol. 47, n. 4, pp.1-16.
- Francis, Charles A.; Harwood, Richard R. e Parr, James F.
1986 "The Potential for Regenerative Agriculture in the Developing World". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol. 1, n. 2.
- Friedland, William
1982 "The End of Rural Society and the Future of Rural Sociology". *Rural Sociology*, vol. 47, n. 4.
- Giddens, Anthony
1989 *A Constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
1991 *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Giuliani, Gian Mario
1990 "Neo-Ruralismo: Um Novo Estilo dos Velhos Modelos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, ano 5, outubro.
- Gliessman, Stephen R.(ed.)
1990 *Agroecology. Researching the Ecological Basis for Sustainable Agriculture*. New York, Springer-Verlag.
- Goodman, David
1993 "Scaling Sustainable Agriculture: Agendas, Discourse, Livelihood". In Patricia Allen (ed.), *Food for the Future. Conditions and Contradictions of Sustainability*. New York, John Wiley, Inc.
- Goodman, David; Sorj, Bernardo e Wilkinson, John
1990 *Da Lavoura às Biotecnologias. Agricultura e Indústria no Sistema Internacional*. Rio de Janeiro, Campus.

- Goodman, David e Redclift, Michael (eds.)
 1991 *Environment and Development in Latin America. The Politics of Sustainability*. Manchester, Manchester University Press.
- 1992 *Refashioning Nature: Food, Ecology and Culture*. Londres, Routledge.
- Graziano Neto, Francisco
 1985 *Questão Agrária e Ecologia. Crítica da Moderna Agricultura*. São Paulo, Brasiliense.
- Gravena, Santin
 1987 "Manejo Integrado de Pragas". *Ciência Hoje*, vol. 5, n. 28.
- Guivant, Julia S.
 1992 *O Uso de Agrotóxicos e os Problemas de sua Legitimação. Um Estudo de Sociologia Ambiental no Município de Santo Amaro da Imperatriz, SC*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp.
- 1993 "Parâmetros Teóricos para a Análise da Difusão e Adoção de uma Agricultura Sustentável". In Paulo F. Vieira e Dália Maimon (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental. Rumo à Interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro, APED/UFPA.
- Harris, Craig K.
 1983 "Attitudes, Ideology and Choice of Farming Practices". In Richard Haynes e Ray Lerner (eds.), *Agriculture, Change and Human Values. Proceedings of a Multidisciplinary Conference*, vol.1, Florida, University of Florida Press.
- Heffernan, W. e Green, G.
 1986 "The Farm Size and Soil Loss: Prospects for a Sustainable Agriculture". *Rural Sociology*, vol. 51, n. 1.
- Keeney, Dennis R.
 1989 "Toward a Sustainable Agriculture: Need for Clarification of Concepts and Terminology". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol. 4, ns. 3 e 4.
- Little, Peter D. e Horowitz, Michael (eds.)
 1987 *Lands at Risk in the Third World: Local-Level Perspectives*. Boulder, CO, Westview Press.
- Lockeretz, William
 1989 "Open Questions in Sustainable Agriculture". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol.3, n. 4.
- 1991 "Information Requirements of Reduced-Chemical Production Methods". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol.6, n. 2.
- Lockeretz, William; Shearer, Georgia; Kohl, Daniel H. e Klepper, Robert W.
 1984 "Comparison of Organic and Conventional Farming in the Corn Belt". In American Society of Agronomy, *Organic Farming: Current Technology and its Role in a Sustainable Agriculture*. Madison, WI, American Society of Agronomy.
- Lockeretz, William e Madden, J. Patrick
 1988 "Midwestern Organic Farming: A Ten-Year Follow-up". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol.2, n. 2.
- Long, Norman e Long, Ann (eds.)
 1992 *Battlefield of Knowledge. The Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development*. Londres, Routledge.
- Lowrance, Richard; Hendrix, Paul F. e Odum, Eugene P.
 1986 "A Hierarchical Approach to Sustainable Agriculture". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol.1, n. 4.

- MacKinney, Thomas R.
1987 *Comparison of Organic and Conventional Agriculture. A Literature Review*. Snowmass, CO, Rocky Mountain Institute.
- Mac Neill, Jim
1989 "Strategies for Sustainable Economic Development". *Scientific American*, setembro.
- Madden, J. Patrick.
1989 "What is Alternative Agriculture?". *American Journal of Alternative Agriculture*, vol.4, n.1.
- Martine, George e Garcia, Ronaldo Garcia (orgs.)
1987 *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo, Caetés.
- Mennell, Stephen; Murcott, Anne e Otterloo, Anneke
1992. *The Sociology of Food: Eating, Diet and Culture*. *Current Sociology*, vol. 40, n. 2.
- Montmarquet, James A.
1989 *The Idea of Agrarianism. From Hunter-Gatherer to Agrarian Radical in Western Culture*. Idaho, University of Idaho Press.
- National Research Council (NRC)
1989 *Alternative Agriculture*. Washington, DC, National Academy Press.
- Neves, Delma Pessanha
1991 "As Políticas Agrícolas e a Construção do Produtor Moderno". In Anpocs (org.), *Ciências Sociais, Hoje*. São Paulo, Anpocs/Cortez.
- Nowak, Peter J.
1987 "The Adoption of Agricultural Conservation Technologies: Economic and Diffusion Explanations". *Rural Sociology*, vol. 52, n. 2.
- Oasa, Edmund K.
1987 "The Political Economy of International Agricultural Research: A Review of the CGIAR's Response to Criticism of the 'Green Revolution'". In Bernhard Glaeser (ed.), *The Green Revolution Revisited. Critiques and Alternatives*. Londres, Allen and Unwin.
- Ortiz, Sutti
1970 "The Structure of Decision-Making among Indians of Colombia". In Raymond Firth (ed.), *Themes in Economic Anthropology*. Londres, Tavistock Publications.
- Paschoal, Adilson
1979 *Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiental. Problemas e Soluções*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Phipps, Tim e Crosson, Pierre
1985 "Agriculture and the Environment. An Overview". In Tim Phipps, Pierre Crosson e Kent Price (eds.), *Agriculture and the Environment*, Washington, DC, Resources for the Future, National Center for Food and Agricultural Policy.
- Primavesi, A.
1988 *Manejo Ecológico de Pragas e Doenças*. São Paulo, Nobel.
- Redclift, Michael
1987 *Sustainable Development. Exploring the Contradictions*. Londres, Routledge.

- Reijntjes, Coen; Haverkort, Bertus e Waters-Bayer, Ann.
1992 *Farming for the Future. An Introduction to Low-External-Input and Sustainable Agriculture*. Londres, The Macmillan Press.
- Romeiro, Ademar Ribeiro
1987 "Alternative Developments in Brazil". In Bernhard Glaeser (ed.), *The Green Revolution Revisited. Critiques and Alternatives*. Londres, Allen and Unwin.
1992 "Agricultura e Ecodesenvolvimento". In Dália Maiomon (coord.), *Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, APED.
- Ruegg, Elza; Puga, F.; Martins de Souza, M.; Úngaro, M.; Ferreira, M.; Yokomizo, Y. e Almeida, W.
1987 "Impactos dos Agrotóxicos sobre o Ambiente e a Saúde". In G. Martine e R. C. Garcia (orgs.), *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo, Caetés.
- Ruellan, Alain
1992 "Quels Projets de Développement dans le Tiers-Monde pour une Agriculture Respectueuse de l'Environnement?". *Economie Rurale*, n. 208-9, mar.-jun.
- Sachs, Ignacy
1987 "Towards a Second Green Revolution". In Bernhard Glaeser (ed.), *The Green Revolution Revisited. Critiques and Alternatives*. London, Allen and Unwin.
- Sasson, Albert
1993 *Alimentando o Mundo de Amanhã*. Rio de Janeiro, Edições Unesco/Imago.
- Sawyer, Donald Rolfe
1992 "Campesinato e Ecologia na Amazônia". In Daniel Hogan e Paulo F. Vieira (orgs.), *Dilemas Sócio-Ambientais e Desenvolvimento*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Sorj, Bernardo
1980 *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Tavares dos Santos, José Vicente
1991 "Crítica da Sociologia Rural e a Construção de uma Outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários". In Anpocs (org.), *Ciências Sociais, Hoje*. São Paulo, Anpocs/Vértice.
- Taylor, D. e Miller, W.
1978 "The Adoption Process and Environmental Innovations: A Case Study of a Government Project". *Rural Sociology*, vol. 43, n. 4.
- Vieira, Paulo F.
1992 "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais — BIB*, n. 33.
- Vogtmann, H.
1984 "Organic Farming Practices and Research in Europe". In American Society of Agronomy, *Organic Farming: Current Technology and its Role in a Sustainable Agriculture*. Madison, WI, American Society of Agronomy.
- Von der Weid, Jean Marc
1991 "AS-PTA: Transformação ou Continuidade do PTA-FASE". *Alternativas. Cadernos de Agroecologia*. AS-PTA, junho.

- 1992 "Atualização em Agroecologia". *Atualização em Agroecologia*, AS-PTA, n. 22.
- 1993 "As Entidades de Desenvolvimento e a Ecologia". *Alternativas. Cadernos de Agroecologia*, AS-PTA, agosto.
- Wilkinson, John
- 1985 "A Agricultura e as Realidades da Agroindústria". *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol.16, n. 3.
- 1989 *O Futuro do Sistema Alimentar*. São Paulo, Hucitec.
- 1993 "Ajustamento a um Sistema de Alimentos Orientado para a Demanda: Novos Rumos para a Inovação Biotecnológica". *Ensaios FEE*, Porto Alegre, ano 14, n. 1.
- Wright, Angus
- 1990 *The Death of Ramón González. The Modern Agricultural Dilemma*. Austin, University of Texas Press.

Queiroz, Tereza Correia da Nóbrega

Políticas Participativas e Extensão da Dominação: O Programa do Leite para Crianças Carentes. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, 1993, 174 pp. Orientadora: Ana Maria Quiroga Fausto Neto.

O objetivo foi investigar os efeitos provocados pelo Programa do Leite – PNLCC sobre organizações populares urbanas e seus líderes. Baseou-se principalmente em documentos sobre o Programa e entrevistas realizadas com líderes comunitários que participaram de sua gestão. A história das organizações populares foi também levantada a partir de trabalhos acadêmicos e de relatos dos próprios líderes. Conclui que o PNLCC atuou como um programa de administração da pobreza, que utilizou o processo de burocratização como um dos instrumentos principais de controle sobre líderes e organizações populares tomando como base denúncias e delações que acompanham toda a sua trajetória. Foi empreendido um processo de mobilização de líderes e entidades populares, o que serviu para justificar sua extinção pelo governo Federal.

Reesink, Edwin B.

Imago Mundi Kanamari. Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 732 pp. Orientador: Eduardo Viveiros de Castro.

Descreve e analisa a mitologia Kanamari, povo indígena habitante do sul do Estado do Amazonas. Fornece um resumo amplo da mitologia, no segundo volume, enquanto o primeiro contém uma primeira aproximação interpretativa dessa mitologia.

Reyes, Mayra Roxana Luisa Falck

El Crédito a los Pequeños Productores dentro del Marco de la Política Sectorial Agrícola en Honduras. Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1993, 280 pp. Orientador: Paulo Beskow.

Investiga o marco das políticas em Honduras e seus efeitos nas unidades visando propor políticas de crédito para pequenos produtores. Na revisão da literatura apresenta-se o marco de relações das teorias e o problema de crédito à pequena produção. O método utilizado é uma combinação de diferentes indicadores de impacto de políticas. Os resultados indicam os efeitos que provocam as políticas em seis rubricas de produção e, com base neles, é feita uma proposta de esquemas de crédito com maior participação comunitária.

Ribeiro, Carlos Antonio Costa

Cor e Criminalidade — Estudo e Análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1993, 170 pp. Orientadora: Yvonne Maggie.

Estuda e analisa os julgamentos de crimes contra a vida (homicídio e tentativa de homicídio) no 1.º Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. O principal objetivo é observar, através de análises estatísticas e descrição de alguns processos criminais, como a Justiça representava a diferença de cor e a desigualdade racial. As análises estatísticas mostram que os acusados pretos tinham mais chances de condenação do que qualquer outro tipo de acusado, assim como os acusados de cometerem crimes contra pretos tinham mais probabilidade de serem absolvidos do que qualquer outro tipo de acusado. Conclui que havia discriminação racial nos julgamentos do Tribunal do Júri.

Rinaldi, Doris Luz

A Ética da Diferença. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 201 pp. Orientador: Otávio Velho.

Retoma o diálogo entre Antropologia e Psicanálise, a partir da discussão da Ética. Por meio da análise da proposta apresentada por Jacques Lacan de uma ética de psicanálise, enquanto ética do desejo, procura estabelecer um diálogo produtivo com a Antropologia, no sentido da formulação de uma ética da diferença. Opondo-se ao universalismo moral, em que a relação do homem com sua ação é regida por ideais, a ética da psicanálise não parte de ideais, situando-se por referência ao Real, de onde surge o desejo, enquanto movimento do sujeito na sua diferença. A partir disso, procura-se pensar uma ética antropológica, já que a Antropologia, ao estudar a diversidade cultural, evidencia este movimento em que a diferença se produz na cultura.

Rodrigues, Alberto Tosi

Mobilização e Conflito Político: A Campanha das Diretas Já. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1993, 256 pp. Orientador: Sebastião C. Velasco e Cruz.

Analisa a dinâmica da mobilização política deflagrada na conjuntura em que se desenrolou a campanha pelo restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República no Brasil (“Diretas Já”) — de janeiro a abril de 1984 — a partir da interrelação entre suas dimensões institucional e societária. A descrição empírica dos eventos da conjuntura pautou-se pela verificação da aplicabilidade de um modelo analítico montado para esse fim. Nele, uma conjuntura crítica, com incidência de mobilização, é vista como o estado particular de um sistema político. O foco da análise não se concentra nas instituições políticas, mas na sensibilidade destas em relação aos processos de mobilização societária. As ações políticas dos sujeitos mobilizados são o ponto de partida da investigação. A conjuntura é definida como “fluida”, na interdependência entre os protagonistas. Empiricamente, parte-se das mudanças econômicas políticas e sociais verificadas no Brasil nas décadas de 60 e 70. Em 1983 acumularam-se tensões para a mobilização de 1984. A disputa balizou-se pelos recursos e pelas arenas do jogo: de um lado, os que apostavam na ampliação da intervenção societária e, de outro, os que apostavam no refluxo do conflito à sua dimensão exclusivamente institucional.

Rodrigues, Gerson Luís Almeida

O Movimento Ecologista e as Políticas Ambientais no Estado do Rio Grande do Sul (1980-1990). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 206 pp. Orientador: Cesar Marcello Baquero Jacome.

Estudo da atuação das ONGs ambientalistas e da formulação de políticas ambientais, destacando os avanços legislativos em contrapartida ao não-cumprimento da legislação, bem como da falta de vontade política dos administradores em estabelecer uma política ambiental no Brasil. O estudo focalizou o Estado do Rio Grande do Sul, destacando uma pequena parcela dos problemas e soluções, para a saída da crise sócio-ambiental.

Rodrigues, José Augusto de Souza

Imagens da Ordem e da Violência na Cidade do Rio de Janeiro. Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, 1993, 156 pp. Orientador: Luiz Jorge Werneck Vianna.

Objetiva compreender o tipo específico de problema que a intensificação da criminalidade violenta, em determinado período da vida política do Rio de Janeiro (1982-1986), representou para a grande imprensa e, particularmente, para o *Jornal do Brasil (JB)*. Identifica os critérios estabelecidos pelo jornal para selecionar as mortes a serem noticiadas. Na problematização da violência urbana que o *JB* e toda grande imprensa constroem, o que ocupa lugar central não é, como no jornalismo policial de *O Dia*, o outro jornal pesquisado, o crime hediondo do homem monstruoso, mas sim o perigo iminente de fragmentação da ordem jurídica e da própria ordem social, causada pela irrupção selvagem e descontrolada de “ordens alternativas”, cuja lógica se dá a partir de éticas particularistas que não se reportam nem à racionalidade formal, nem ao conteúdo normativo da lei. Os jornais aparecem revelando a barbárie nas ruas, associada à imagem do “governo forasteiro”, solidário com o mundo da desordem e da informalidade, e conivente com a emergência de núcleos organizados de ilegalidade. Utilizando dados estatísticos, revela o distanciamento entre os índices de violência oficiais e aqueles veiculados nos meios de comunicação de massa.

Rodrigues, Patrícia de Mendonça

O Povo do Meio: Tempo, Cosmo e Gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal. Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 1993, 438 pp. Orientadora: Alcida Rita Ramos.

Para os Javaé, um grupo indígena da Ilha do Bananal, a idéia de energia vital está na base das noções de corpo, tempo, poder mágico e da própria escatologia nativa, além de ajudar na compreensão de alguns aspectos da construção do gênero. O microcosmo das pinturas corporais e o macrocosmo das aldeias dos vivos e dos mortos ligam-se por intermédio de um mesmo princípio antimaniquês, o qual estabelece uma diferença entre um centro e duas extremidades. Entre ambos não há oposição, mas apenas um *continuum* gradativo que faz de uma extremidade a transformação da outra. Assim, os processos universais são concebidos como transformações contínuas, não havendo limites definidos entre conceitos aparentemente opostos. Os extremos se ligam por um centro mediador, havendo entre os primeiros o mesmo tipo de gradação que ocorre quando um pai, com o depósito gradativo de sua energia vital, forma um feto.

Santiago, Idalina Maria Freitas Lima

A Construção Social da Identidade da Mãe de Santo — Estudo de Caso de um Terreiro Paraibano. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, 1993, 109 pp. Orientadora: Simone Carneiro Maldonado.

Estudo de caso de um terreiro de umbanda paraibano. Analisa o processo de construção social da identidade de mãe de santo, figura que exerce a autoridade máxima dentro daquele espaço religioso. Optou-se pelo viés antropológico, buscando a contribuição da escola francesa desde os clássicos Durkheim, Mauss, Rubert, até Lévi-Strauss e Pierre Bourdieu, cruzando-os com autores nacionais como Roberto Cardoso de Oliveira, Carlos Brandão, Manuela Carneiro, entre outros, que auxiliaram no debate teórico empírico.

Santos, André Marengo dos

Imagens da Representação Política: O Poder Legislativo no Rio Grande do Sul. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 256 pp. Orientador: Hélio Trindade.

Exame dos valores e inclinações manifestos pelos deputados estaduais do Rio Grande do Sul acerca do papel do Poder Legislativo e os limites existentes para o exercício da atividade representativa. Foi possível identificar um sentimento recorrente de impotência em face do volume de expectativas projetadas pelo público e o leque de recursos efetivamente disponíveis ao Poder Legislativo. Ao seu lado, a pouca credibilidade social desfrutada pela instituição acentua a insegurança dos parlamentares, tornando-os mais permeáveis ao monitoramento exercido por segmentos corporativos, comunidades regionais ou, ainda, pela mídia. Paralelamente, o incremento verificado na renovação parlamentar concorre para restringir laços de identidade e solidariedade inter-pares, induzindo à atribuição de um valor instrumental à instituição, como que para a obtenção de metas pontuais, às quais são conferidas caráter preferencial, em relação aos demais temas da agenda parlamentar, o que termina por reduzir o potencial de negociação e arbitragem política da arena parlamentar e, conseqüentemente, sua relevância no sistema político.

Santos Neto, José Marinho dos

Obsessão e Modernidade: Um Estudo de Caso sobre Cultos Afro-Brasileiros em Brasília. Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 1993, 275 pp. Orientador: José Jorge de Carvalho.

Estudo teórico e etnográfico de experiência religiosa de médiuns participantes de cultos de umbanda e candomblé em Brasília. Análise detalhada de trajetórias de vida dos adeptos e da categoria central que, no contexto, define a iniciação e pertinência àqueles cultos, a obsessão. Esta foi interpretada como um idioma por meio do qual os participantes desenvolvem estratégias alternativas de livre escolha, objetivando afirmar alteridade, independentes das restrições impostas por uma "racionalidade" informada por concepções exclusivamente ocidentais dos fenômenos. Finalmente, argumenta que a participação na umbanda e candomblé, permite a seus adeptos desenvolverem uma compreensão de sua história e identidade, levando a considerar os cultos afro-brasileiros como religião de características universais.

Schwade, Elisete

"A Luta Não Faz Parte da Vida... É A Vida". O Projeto Político-Religioso de um Assentamento no Oeste Catarinense. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993, 189 pp. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

Estudo de caso envolvendo um grupo de trabalhadores rurais assentados residentes no extremo Oeste de Santa Catarina que participaram do processo de "conquista da terra". A análise deste grupo no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra privilegiou a interlocução com a Teologia da Libertação na construção de valores político-ideológicos que engendraram a luta. O grupo estudado tem como princípio a "coletivização", a vivência igualitária do cotidiano, sem divisão da terra em lotes individuais, o que o torna singular em face de outros assentamentos. No interior do "viver coletivo", efetivado cotidianamente, é possível observar tensões, que são aqui analisadas apontando as transformações e rupturas na história de vida dos atores sociais em luta pela terra, que têm como objetivo último a "transformação da sociedade". Observando as práticas e representações no interior do grupo coletivizado, é possível apontar para o projeto de "construção da igualdade" enquanto sustentado pela "luta permanente". Esta luta, por sua vez, se constrói no contexto do diálogo com valores político-religiosos, bem como a vivência dos mesmos.

Serrano, Celia Maria de Toledo

A Invenção do Itatiaia. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1993, 182 pp. Orientador: Daniel Joseph Hogan.

O espaço principal do estudo é a região do maciço do Itatiaia (MG-RJ), transformada no primeiro parque nacional brasileiro. O estudo situa-se no cruzamento de várias invenções: da figura do parque nacional nos Estados Unidos em fins do século XIX, do Itatiaia enquanto lugar exemplar da natureza e deste como o primeiro parque nacional do Brasil. É realizado um levantamento das atividades humanas na área até 1937, e aparecimento da região na corografia. São recuperadas ainda as várias etapas de um movimento de proteção do maciço, sua transformação em reserva florestal e depois em estação biológica, e por fim em parque nacional. Aí são analisadas as falas que o instituem, refletindo-se sobre o que estas têm a dizer em termos do conceito de proteção ambiental que ela cristaliza, e quais os conflitos de legitimidade gerados a partir da criação do parque e seus paradoxos inerentes.

Silva, Janaína Andrade da Silva

O Tijuca entre a Tradição e a Modernidade: Identidade Social e Moradia no Rio de Janeiro Hoje. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1993, 134 pp. Orientadora: Eliana da Fonte Pesanha.

Estudo sobre moradores do bairro da Tijuca, cujo objetivo central é analisar a construção social da identidade. Tomando como base a noção de identidade contrastiva, ressalta a oposição entre esses moradores e outros das Zonas Sul e Norte, além de confrontar as diferenças internas ao próprio bairro em questão. O universo de investigação é constituído por dois grupos: o dos frequentadores do Tijuca Tênis Clube e os da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro. Ambos representam, respectivamente, tijuicanos das "camadas médias" e das "camadas pobres". Trata-se, assim, de um estudo sobre um bairro que, apesar das suas diferenças internas, possui especificidades em face dos outros bairros do Rio de Janeiro.

Silva, Josiane Abrunhosa da

Bambas da Orgia: Um Estudo sobre o Carnaval de Rua de Porto Alegre, seus Carnavalescos e os Territórios Negros. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 209 pp. Orientador: Ruben George Oliven.

Estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, resultado de uma pesquisa etnográfica realizada na Escola de Samba Bambas da Orgia, bem como de uma pesquisa em jornais e re-

vistas pertencentes aos acervos de arquivos e museus históricos da cidade. A partir da vivência de campo e dos depoimentos dos antigos carnavalescos, busca compreender diferentes dimensões sociais, que estão articulados à vida dos que realizam o carnaval de rua da cidade. Aborda questões que dizem respeito às práticas e representações dos componentes da Escola, à história do carnaval popular, à constituição étnica da cidade e seus territórios negros.

Silva, Marcio Ferreira da

Romance de Primas e Primos: Uma Etnografia do Parentesco Waimiri-Atroari. Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993, 400 pp. Orientador: Eduardo B. Viveiros de Castro.

Fruto de uma pesquisa de campo de oito meses e meio, a tese tem como objetivo central a análise do parentesco waimiri-atroari, especialmente da sua esfera conceitual e de sua lógica classificatória. Procura, em primeiro lugar, descrever a “forma interna” de um sistema de duas seções amazônico e, em seguida, estabelecer distinções entre este e os sistemas dravídianos indianos. A análise formula ainda algumas hipóteses para a alternância dos cálculos classificatórios cognático/agnático e a distinção entre parentes lineares e colaterais em sistemas deste tipo.

Silva, Paula Cristina da

Negros à Luz dos Fornos: Representações do Trabalho e da Cor entre os Metalúrgicos da Moderna Indústria Baiana. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, 1993, 123 pp. Orientador: Michel Agier.

Objetiva discutir as formas de identificação de um grupo de metalúrgicos baianos, com atenção especial para a percepção das distinções étnico-raciais, conforme aparecem no cotidiano de um espaço de trabalho específico: a empresa. Utilizando técnicas qualitativas e quantitativas, apresenta e analisa dados sobre o modo como os trabalhadores negros estão inseridos na empresa, as diversas representações acerca do trabalho, do racismo e da cor, e sobre a reprodução das desigualdades raciais que caracterizam o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador.

Tavares, Fátima Regina Gomes

Mosaicos de Si: Uma Abordagem Sociológica da Iniciação no Tarô. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, 168 pp. Orientadora: Elina Gonçalves da Fonte Pessanha.

O objetivo do trabalho reside na compreensão do processo pelo qual o iniciante no tarô desenvolve a habilidade de “ler” o fogo. A trajetória desse aprendizado é aqui concebida enquanto um processo de encantamento que utiliza elementos do mundo desencantado para alcançar seus objetivos. Acredita que a natureza desse “processo de encantamento” encontra-se referenciada na contradição básica: domínio intuitivo \times domínio racional, tornando o processo iniciático uma busca incessante no sentido de superar esse dilema. A partir dessa contradição, o “leitor” do tarô pode encontrar-se diante de uma armadilha: na medida em que deseja “despertar” a “intuição”, pode terminar por domesticá-la racionalmente.

Teles, Nair Monteiro

A Construção do Comportamento Infrator de Jovens pela Funabem. Mestrado em Sociologia, Uperj, 1993, 196 pp. Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva.

Descreve e analisa a construção da “teoria” do jovem de conduta anti-social — agente transgressor das normas sociais consideradas como padrão correto de conduta. Essa “teoria” inseriu-se na Política Nacional do Bem-Estar do Menor — PNBEM, a qual compôs a produção de “conhecimento” da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — Funabem (1964-1990). O primeiro capítulo traz a história da produção de “conhecimento” da Funabem. O segundo e terceiro apresentam a construção dessa “teoria” e alguns dos elementos que a constituíram.

Teixeira, Florinda Esteves

Identidade Social: Breve Discussão Teórica. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1993, 109 pp. Orientadora: Madel Terezinha Luz.

Discute o conceito de identidade social, partindo da filosofia hegeliana da definição da identidade como “espírito de um povo”, até as discussões contemporâneas. O objetivo se encaminha claramente para o recorte de algumas mediações teóricas fundamentais à constituição de um conceito de identidade social. Na primeira metade do estudo é desenvolvida uma ampla discussão dessa categoria, sendo destacadas fundamentalmente as bases epistemológicas, com vistas à constituição de um espaço analítico. Na segunda parte é traçado um painel, da formulação clássica às discussões contemporâneas, em que são colocadas várias indagações sobre o potencial explicativo da categoria, caminhando até à constituição de um campo semântico capaz de conceituá-la. Em um terceiro momento é feito um pequeno estudo de caso com um grupo de imigrantes portugueses ilustrando o debate teórico precedente. Finalmente, conclui pela prevalência de alguns aspectos que podem moldar genericamente um conceito de identidade social. Tais aspectos são mediações capazes de constituírem-se em um filtro eficaz para que o pesquisador possa lançar seu olhar seletivo sobre o fenômeno.

Vaitsman, Jeni

Flexíveis e Plurais — Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas. Doutorado em Sociologia, IUPERJ, 1993, 209 pp. Orientadora: Neuma Aguiar.

Analisa as mudanças nos padrões de casamento e família em um segmento de classe média no Rio de Janeiro. Considera que, a partir do final dos anos 60, como parte das tendências pós-modernas que reivindicam o reconhecimento da diferença, da heterogeneidade e da pluralidade, as mulheres desafiaram a concepção de uma natureza feminina associada exclusivamente ao mundo privado e colocaram em xeque discursos e práticas patriarcais. Esse processo, visto como parte de certas circunstâncias históricas, abalou a estabilidade do casamento e da família. Diante de situações de vida diversificadas, fragmentadas e instáveis, as escolhas e decisões flexibilizam-se e a heterogeneidade institui-se no campo do casamento e da família.

Ventura, Maria Terezinha

Oiticica. Entre a Literatura Parnasiana e a Militância Anarquista. Mestrado em Sociologia, IUPERJ, 1993, 174 pp. Orientador: Cesar Guimarães.

Trata-se de uma investigação sobre a biografia intelectual de José Oiticica. Seu objetivo central é identificar a relação entre autor com ambiência cultural do Rio de Janeiro da virada do século. De um lado, o poeta parnasiano vinculado aos círculos literários da *belle époque*; de outro, o revolucionário que busca formular uma doutrina anarquista para o Brasil. Mostra como a literatura parnasiana e a militância literária convergem no esforço intelectual e ético de José Oiticica no sentido de elevar as massas aos padrões de alta cultura como parte de um projeto revolucionário.

Viana, Letícia da Costa Rodrigues

Uma Antropologia na Terra de Marlboro ou a Pragmática da Ilusão na Cultura de Massa. Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 1993, 217 pp. Orientador: José Jorge de Carvalho.

Incurso antropológica à cultura de massa, com foco de análise sobre a publicidade. A cultura de massa no Brasil é pensada como uma configuração particular de um modo de vida de proposições transnacionais. O argumento central é que a publicidade é uma instituição ambígua, fundamental e estruturante na cultura de massa. Publicidade é apresentada sob duas diferentes perspectivas: como princípio de civilização e princípio de barbárie. Algumas facetas da publicidade são abordadas: especialização profissional; financiadora dos meios de comunicação de massa; objeto de consumo, uma espécie de *Poilatch* na guerra por monopólios; e representação coletiva do universo simbólico das camadas médias. Finalmente é feito um paralelo entre Antropologia e publicidade. A Antropologia é a busca do universal no plural, não no uniforme, de modo a garantir o potencial criativo da espécie humana. Uma função oposta à da publicidade, que é transformar todas as lógicas culturais em lógica do consumo.

Weiss, Maria Clara Vieira

Nutrição e Condições Sócio-Biológicas nos Assentamentos em Mato Grosso. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993, 200 pp. Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Analisa a situação de carência dos assentamentos no Estado de Mato Grosso, considerando os conceitos de "Noção de Bio-Política" e de "governabilidade" desenvolvidos por Foucault; aborda questões sobre as condições do meio ambiente, alimentação, saúde, violência, migração, produção e organização social, enfocando a ineficácia das medidas adotadas pelo Plano Regional de Reforma Agrária em Mato Grosso para a resolução das tensões e conflitos na região.

Zuin, João Carlos Soares

Sérgio Milliet: O Paradoxo do Intelectual Crítico. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1993, 250 pp. Orientadora: Walquíria G. Domingues de Leão Rego.

Estudo da trajetória de Sérgio Milliet e, conjuntamente, uma análise crítica do modernismo. Durante esse percurso demonstra a importância de Milliet como organizador da cultura e como crítico de literatura na cidade de São Paulo. Assim, procura revelar um personagem em suas conquistas, desilusões e delírios. Mais que um estudo de um só homem, a hipótese foi a de aproximar Sérgio Milliet de outros intelectuais que estavam entrando em cena no início dos anos 40, tais como os jovens críticos recém-formados pela Universidade de São Paulo. Desse modo, procura entender os limites de Milliet como crítico e como homem-ponte que efetuou uma das mais importantes críticas do modernismo e da literatura.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO BIB

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

res e Ademir Figueiredo, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha", e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil, Hoje".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, "Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teroia do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990"; *Guíta Grin Debert*, "Família, Classe Social e Etnicidade: "Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Políti-

co: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

BIB 35

Sérgio Adorno, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no Brasil - Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth."

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legiti-

midade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975".

BIB 37

Fernando Limongi, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

BIB
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

BELO HORIZONTE

Distribuidora KLS Ltda.w1
Rua Caetés, 1056/1º andar
Belo Horizonte – MG
Tel.: (031) 201-9221 Fax: (031) 201-6659

BRASÍLIA

Livraria Presença Ltda.
SCLS, 102 – bloco C – loja 05
Brasília – DF
Tel.: (061) 321-1181 Fax: (061) 225-7056

CURITIBA

Livraria do Chain Editora
Rua General Carneiro, 441
Curitiba – PR
Tel.: (041)264-3484 Fax: (041)263-1693

FLORIANÓPOLIS

Livros Luis Lunardelli Ltda.
Rua General Bittencourt, 64
Florianópolis – SC
Tel.: (0482)22-9425 Fax: (0482)22-5165

FORTALEZA

Souza Braga Comércio e Representações
Ltda.
Rua Senador Alencar, 652 / 101 e 105
Centro – Fortaleza
Tel.: (085) 226-7689 Fax: (085) 231-0409

PORTO ALEGRE

Rogil Comércio e Repres. Ltda.
Rua Miguel Tostes, 804
Porto Alegre – RS
Tel.: (051)335-1069 Fax: (051)335-1069

RECIFE

Alternativa Distribuidora de Livros Ltda.
Av. Visc. de Jequitinhonha, 1118
Recife – PE
Tel.: (081) 461-1122 Fax: (081) 341-2885
J. Braga Comércio e Representações Ltda.
Av. Manoel Borba, 324 – lojas 07 e 08
Boa Vista – Recife
Tel. / Fax: (081) 221-1463

RIO DE JANEIRO

RGB – Distribuidora e Repres. Ltda.
Rua Nova de Azevedo, 656
Neves – São Gonçalo
Tel.: 988-8345
Odisséia Distribuidora de Livros Ltda.
Av. Bráz de Pina, 104 – sala 503
Penha – Rio de Janeiro
Editora e Distribuidora Irradiação Cultural
Rua Visc. Santa Isabel, 46 / fundos
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 577-3522 Fax: (021) 577-1249
Livraria Dazibao Botafogo Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 367
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 286-5756/226-3217

SALVADOR

Distribuidora de Livros Salvador Ltda.
Rua Rui Barbosa, 43 – Ed. Adelmo Prado
Salvador – BA
Tel.: (071) 243-3655 Fax: (071) 321-0285

SÃO PAULO

Edibral Editora e Distribuidora de Livros Ltda.
Rua N.S. do Livramento, 04
Jardim São Marcos – São Paulo
Tel.: (011) 265-6456 Fax: (011) 265-6836
Livrosul Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Conde de São Joaquim, 337 – casa 01
Liberdade – São Paulo
Tel.: (011) 36-6936 Fax: (011) 37-3160
Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 701/Lj. 22
São Paulo – SP
Tel.: (011) 284-8155 Fax: (011) 285-0305
Fabio Mantegari – Primeira Linha Distrib.
Rua Augusta, 2676/ap. 54
São Paulo – SP
Tel.: (011) 852-1275

VITÓRIA

Representação Paulista Ltda.
Rua Nestor Gomes, 265
Vitória – ES
Tel.: (027) 227-5933 Fax: (027) 222-5205

markgraph

Rua Jornalista Orlando Dantas, 56 - Botafogo
Tel.: (021) 551.9242 • Fax: (021) 551.6721
Rio de Janeiro - RJ

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes das ciências sociais brasileiras visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB** portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do **Bolletim**.

A correspondência pode ser enviada a:

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais - ANPOCS
Editoria do **BIB**
Universidade de São Paulo - USP
Av. Prof. Luciano Gualberto n. 313, sala 118
05504-000
São Paulo, SP